



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE - PPGES

FERNANDA HELLMEISTER DE OLIVEIRA MARTINS

**Fazer-comum: perspectivas de resistências e [re]existências em práticas de produção
coletivas**

PORTO SEGURO - BAHIA

2021

FERNANDA HELLMEISTER DE OLIVEIRA MARTINS

Fazer-comum: perspectivas de resistências e [re]existências em práticas de produção coletivas

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Sul da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Governança.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

PORTO SEGURO - BAHIA

2021

FERNANDA HELLMEISTER DE OLIVEIRA MARTINS

Fazer-comum: perspectivas de resistências e [re]existências em práticas de produção coletivas

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Sul da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 08 de março de 2021

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Herbert Toledo Martins (UFSB / PPGES)
Presidente da banca



Prof. Dr. Álamo Pimentel Gonçalves da Silva (UFSB / PPGES)
Membro interno



Prof. Dra. Valeria Giannella (UFSB / PPGES)
Membra interna



Prof. Dra. Marina Souza Lobo Guzzo (UNIFESP)
Membra externa

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

M386f Martins, Fernanda Hellmeister de Oliveira, 1987 -
Fazer-comum: perspectivas de resistências e [re]existências em
práticas de produção coletivas. / Fernanda Hellmeister de Oliveira
Martins. – Porto Seguro, 2021.
105 f.

Orientador: Herbert Toledo Martins
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade. Campus
Sosígenes Costa.

1. Comum. 2. Laboratório. 3. Santa Cruz Cabralia, BA. 4. Participação
Social. 5. Direito à Cidade. I. Martins, Herbert Toledo. II. Título.

CDD – 334.6

Para Francisco, que o mundo possa ser
melhor para você.

E para todos nós que acreditamos e
trabalhamos para isso.

AGRADECIMENTOS

Ao Herbert Toledo Martins, pela orientação baseada em confiança.
Por tornar esse processo de pesquisa e escrita prazeroso e tranquilo.
E por acreditar desde o início.

Ao Álamo Pimentel e Julio César Chaves, pela generosidade intelectual.
Por compartilharem comigo tanto a biblioteca quanto suas vidas.
E por tudo que temos em comum.

À Valéria Giannella, por dividir comigo o gosto pelo
tema e pelas tantas e tão oportunas reflexões.

Ao Likem Edson Silva de Jesus e à Bárbara Bindeli, meus
amigos e fiéis escudeiros do PPGES.
Por tudo e por tanto.

À Paula Pimenta, amiga querida que me abriu as portas
do desejo desse mestrado.

Aos professores e amigxs queridxs do PPGES.
Pelos momentos compartilhados de estudos e vida.

Aos meus entrevistados em “diálogos sobre o Comum”, por dedicarem seu
tempo e contribuírem muito com essa dissertação.

À Feira Cultural e ao nosso coletivo que me ensinam tanto sobre formas
outras de se relacionar e cocriar mundos melhores.

Ao Claudio e ao Francisco, pelo amor, pela paciência e pela compreensão
durante todo o processo de construção desse trabalho.

E aos que vieram antes de mim e me permitiram estar aqui.

LAS PEQUEÑAS COSAS

Son cosas chiquitas
No acaban con la pobreza,
no nos sacan del subdesarrollo,
no socializan los medios de producción y de cambio,
no expropian las cuevas de Alí Babá.
Pero quizá desencadenen la alegría de hacer,
y la traduzcan en actos.
Y al fin y al cabo, actuar sobre la realidad
y cambiarla aunque sea un poquito,
es la única manera de probar
que la realidad es transformable.

Eduardo Galeano

RESUMO

Apresenta-se aqui uma pesquisa sobre o comum cujo objetivo é refletir sobre as formas de resistência e [re]existência que emergem deste cenário distópico de estreitamento do horizonte democrático a partir da experiência da cidade de Santa Cruz Cabralia, BA. Nesse sentido, busca-se o princípio do comum nas práticas e relações de produção e de reprodução coletivas, cooperativas e autônomas da Feira Cultural – Encontro na Praça, movimento que pensa o espaço público através do seu potencial gerador de encontros e trocas, promovendo assim novas formas de se conviver e relacionar com a cidade. O marco teórico que informa a pesquisa recai sobre quatro abordagens e perspectivas teórico-conceituais: o comum da produção biopolítica de Michael Hardt e Antonio Negri (2016); o comum da reprodução social de Silvia Federici (2014); o comum da práxis de David Bollier (2016); e o comum como princípio político de Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Além disso, foi construído um diálogo com pesquisadores nacionais que trabalham com a perspectiva do comum, cujas entrevistas foram reproduzidas no interior do trabalho como formas de fazer-comum e pensar em companhia. A pesquisa é de natureza qualitativa com a realização de entrevistas com participantes que contribuíram com a construção da referida Feira Cultural. Os achados da pesquisa indicam que as experiências de produção do espaço baseadas em relações e práticas de cooperação, convivência e apropriação coletiva do uso do espaço público, convergem para a realização do direito à cidade e nos conduz ao caminho de pensar a cidade como um comum.

Palavras-chave: Comum. Laboratório. Santa Cruz Cabralia. Participação Social. Direito à Cidade.

ABSTRACT

This research is about the common whose objective is to reflect on the forms of resistance and [re]existence that emerge from this dystopian scenario of narrowing the democratic horizon from the experience of the city of Santa Cruz Cabrália, BA. In this sense, the principle of the common is sought in the collective, cooperative and autonomous production and reproduction practices and relations of the Feira Cultural - Encontro na Praça, a movement that thinks about public space through its potential for generating encounters and exchanges, and promoting new ways of living and relating to the city. The theoretical framework of this research works with four theoretical-conceptual approaches and perspectives: the common one of the biopolitical production of Michael Hardt and Antonio Negri (2016); the common of social reproduction by Silvia Federici (2014); the common practice of David Bollier (2016); and the common as a political principle by Pierre Dardot and Christian Laval (2016). In addition, a dialogue was built with brazilians researchers who works with the perspective of the commons, whose interviews were reproduced within the work as ways of commoning. The research is qualitative in nature with interviews conducted with participants who contributed to the construction of the said Feira Cultural. The research findings indicate that the experiences of space production based on relations and practices of cooperation, coexistence and collective appropriation of the use of public space, converge towards the realization of the right to the city and lead us to the way of thinking the city as a common.

Keywords: Commons. Laboratory. Santa Cruz Cabrália. Social participation. Right to the city.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Da ordem dos acontecimentos.....	10
Apresentação do contexto-tema.....	12
Metodologia – Percurso de pesquisa	14
Limites e pretensões da pesquisa.....	22
Rota de leitura.....	22
CAPÍTULO I.....	24
1. DEBATES SOBRE O COMUM.....	24
1.1. DEFINIÇÕES DE PARTIDA: COMUM... POLISSÊMICO, POLIFÔNICO E INTERDISCIPLINAR ..	24
1.2. A perspectiva histórica do Comum.....	26
1.3. Da tragédia ao governo dos bens comuns	29
1.4. Um olhar contemporâneo sobre o comum: uma breve genealogia	30
1.4.1. O Comum da produção biopolítica ou o comum da multidão.....	32
1.4.2. O comum da perspectiva feminista.....	35
1.4.3. O comum da práxis de David Bollier	39
1.4.4. O comum como princípio político de Dardot e Laval	46
CAPÍTULO II.....	50
2. Diálogos sobre o comum	50
2.1. Vladimir Sibylla Pires (UNIRIO)	53
2.2. Georgia Nicolau (diretora do Instituto Procomum).....	64
2.3. Alana Moraes (Pimentalab – Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento da UNIFESP).....	66
2.4. João Bosco Moura Tonucci (Cedeplar/FACE/UFMG)	71
2.5. Marília Guarita (Instituto Procomum / UNIFESP).....	75
CAPÍTULO III	79
3. Pistas de um fazer-comum	79
3.1. A cidade do comum.....	93
Considerações finais (ou as possibilidades da encruzilhada)	104
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Da ordem dos acontecimentos

O percurso desta pesquisa foi atravessado por dois importantes acontecimentos, um de ordem nacional e outro de dimensões globais. O primeiro foi o derramamento de óleo (petróleo cru), desastre ambiental que teve início em agosto de 2019 e que atingiu mais de três mil quilômetros do litoral brasileiro. Em janeiro de 2020 algumas das localidades atingidas ainda apresentavam resquícios do material. Tal crime ambiental, de impactos imensuráveis para todas as comunidades atingidas, permanece até hoje sem explicações. Na ocasião, as principais iniciativas de combate ao óleo, que abrangeram variadas frentes de atuação - como as de coletas de resíduos, doações de alimentos e demais recursos para as famílias que se encontravam em vulnerabilidade social, doações de equipamentos de proteção para os que estavam atuando na linha de frente na coleta do óleo - se deu devido à mobilização e um fazer-comum das próprias comunidades atingidas.

Na (triste) ocasião pude acompanhar de perto e participar de algumas dessas frentes de atuação aqui no extremo sul da Bahia. A partir dessa experiência observei a discrepância entre os esforços que alguns grupos da própria comunidade empreenderam no intento de minimizar os impactos do óleo e os esforços que os poderes públicos municipais tanto em Santa Cruz de Cabrália, onde eu resido, quanto nas cidades vizinhas, Porto Seguro e Belmonte, empreenderam nesse mesmo sentido. No caso, os grupos protagonizados por moradores demonstraram um maior compromisso com aquilo que diz respeito a todo um coletivo, como no caso as praias, o mar, o estuário, o mangue e a própria comunidade. Essa percepção atravessa completamente o contexto deste trabalho.

O segundo acontecimento - o qual alterou totalmente o percurso desta pesquisa, fazendo com que fosse necessário todo um remanejamento de rotas (que abordarei mais adiante), foi a pandemia do novo coronavírus, o COVID-19. É no interstício entre um futuro incerto e um passado que parece que ficou para trás que escrevo essa introdução, da minha comunidade de isolados composta por dois adultos, uma criança, dois cachorros e dois gatos.

O vírus, essa partícula minúscula, escancarou as deficiências do sistema econômico vigente e fez desacelerar significativamente a economia de diversos países. Ficou claro que não lutamos apenas contra um inimigo invisível, mas contra toda uma razão de mundo incompatível, neste momento, com a vida em sociedade.

Assistimos a profundas mudanças no capitalismo nas últimas décadas, tornado mais flexível, financeirizado e global. O surgimento do novo coronavírus em sua expressão pandêmica suspendeu no mundo todo e ao mesmo tempo esse sistema econômico que diziam, tal qual uma locomotiva em alta velocidade, impossível de ser parado. Os ecologistas e altermundistas há décadas já vinham alertando para a necessidade de uma mudança de rumo na intenção justamente da preservação da vida naquilo que nós temos no sentido macro de mais comum: a Terra. Os argumentos que se opunham à necessidade de pensar em uma mudança era a impossibilidade de se frear o desenvolvimento justamente pelo seu caráter globalizado. É provocativo pensar que foi a globalização a maior aliada da pandemia, fazendo com que o vírus rapidamente alcançasse expressão mundial. E foi a pandemia que colocou em suspensão a economia de todo o mundo, deixou mais evidente do que nunca as desigualdades sociais e nos provocou a repensar nossa forma de organização social e econômica. Foram dezenas de milhares de mortes em um período curto de tempo, espalhadas pelo mundo inteiro, desnudando a cada atualização dos dados as fragilidades e insuficiências do modelo econômico adotado sob influência do neoliberalismo.

Dos nossos confinamentos, nos questionamos: que Brasil e que mundo vão emergir dessa pandemia quando tudo passar? Enfrentamos o vírus e, junto com ele, uma crise civilizatória, uma crise do nosso tipo específico de sociabilidade, crise esta já há muito exposta. O que essa crise que compartilhamos em comum expõe de forma escandalosa é: precisamos de uma reforma radical. E essa tragédia compartilhada não nos servirá como experiência para reorientar futuras ações caso não a utilizemos como oportunidade para criar alternativas à destrutiva racionalidade neoliberal a serviço da reprodução da desigualdade e da injustiça. Nesse caso, o desejo de viver e de cuidar da vida no planeta precisa despertar em nós a capacidade de imaginação, criatividade e determinação para construir coletivamente uma alternativa para este cenário. E é nesse contexto que trabalhar o conceito do comum foi um bálsamo para as muitas feridas que foram abertas neste momento. Mas o objetivo desta pesquisa não é falar sobre a crise que o covid-19 expôs, inclusive, como desdobramento da crise democrática que já estávamos vivendo. Mas sim refletir sobre como, apesar do iminente colapso ambiental, da escalada dos governos autoritários, do estreitamento do horizonte democrático, do extermínio de corpos indesejados (negros, mulheres, transexuais, pobres, indígenas, etc), da intensificação da violência do Estado, ainda assim resistimos e reiventamos nossos modos de viver. É diante deste cenário de resistência e [re]existência que o debate conceitual sobre o comum ganha força como discurso e horizonte político, sustentando e orientando a construção de múltiplas experiências que se pretendem autônomas, democráticas

e autogeridas. Nas palavras de João Tonucci (2017), o comum afirma-se hoje

Como fronteira de resistência à subordinação de todas as esferas da vida humana e da natureza à lógica da competição e da apropriação exclusivista, sem, entretanto, recorrer à crença no papel civilizatório ou revolucionário do Estado, seja como regulador, interventor ou mesmo supressor do mercado. Pode-se mesmo afirmar que o comum tem emergido nas últimas décadas como alternativa emancipatória tanto ao socialismo de Estado quanto ao capitalismo neoliberal, e às suas respectivas formas específicas de propriedade: pública e privada. Além de um importante discurso político que anima lutas, resistências e experiências alternativas, ele constitui igualmente um campo de estudos e pesquisas voltados à compreensão de práticas e relações de produção e de reprodução coletivas, cooperativas e autônomas. (TONUCCI, 2017, p. 23)

Nesta perspectiva, na presente pesquisa intento buscar o sentido do comum justamente no que Tonucci chama de práticas e relações de produção e de reprodução coletivas, cooperativas e autônomas, o que Elinor Ostrom (2002) descreve como “*commoning*”, e que, segundo Capra e Mattei (2018), está hoje nas mãos de pessoas que, por opção ou necessidade, participam dos cuidados e da proteção de algo que reconhecem como um bem a ser compartilhado por todos. Nesta dissertação opto por traduzir “*commoning*” por fazer-comum, conceito que já se encontra traduzido por Peter Linebaugh (2008) em “El manifiesto de la carta magna: comunes y libertades para el Pueblo”. Em minhas investigações encontrei esse fazer-comum na Feira Cultural – Encontro na Praça, movimento protagonizado por moradores da cidade de Santa Cruz Cabrália, município localizado no sul da Bahia, onde resido.

Apresentação do contexto-tema

Mas afinal, sobre o que estamos falando quando falamos sobre comum? Para esta introdução farei um esforço de síntese e deixarei para aprofundar no debate teórico no primeiro capítulo. É importante saber que há um amplo e profundo debate teórico a respeito deste conceito. De modo geral, em sua emergência contemporânea, esse debate está situado em um contexto de luta anticapitalista e contra a mercantilização e privatização da natureza, das cidades, das culturas, dos saberes ancestrais, dos corpos, cujas abordagens teóricas e empíricas possuem convergências e divergências, abrangendo desde um princípio político até recursos e bens naturais materiais e imateriais, culturais e informacionais apropriados coletivamente por uma comunidade por meio de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade.

Nesta pesquisa, no que concerne ao debate teórico, sigo alinhada com a proposta de

alguns autores de considerar o comum como um substantivo (DARDOT e LAVAL, 2016) ou, melhor ainda, como verbo (OSTROM, 2002; BOLLIER, 2016; SAVAZONI, 2018). Pois, “não há comum sem comunhar” (SAVAZONI, 2018, p. 39). Dito de outra maneira, não existe comum sem que haja um fazer-comum por parte de todo um coletivo que conscientemente escolhe produzir de forma interdependente a gestão de um recurso seja ele material, seja ele imaterial. Nesse sentido, a interdependência torna-se aspecto incontornável da produção do comum.

Apesar do debate sobre o comum ter se ampliado com sua emergência contemporânea, ainda assim temos uma carência muito grande de textos sobre o comum em língua portuguesa.

Pra gente ter uma ideia talvez o livro fundamental e muito importante dentro de uma das linhagens de estudo sobre o comum que é o *Governing of Commons* da Elinor Ostrom que foi publicado nos EUA nos anos 90 e publicado em Espanhol no começo desse século até hoje não foi traduzido para o português. E como esse são inúmeros os livros, os autores que não foram publicados em língua portuguesa, o que faz com que em alguma medida essa seja uma bibliografia, inclusive, muito pouco acessível ao universo acadêmico do nosso país. (SAVAZONI, 2020)

Se engana quem pensa que falar sobre o comum é algo atual. Muito pelo contrário, a história do conceito nos remete ao período Feudal com o cercamento das terras comunais. De lá para cá, com a complexificação da vida em sociedade, tanto o comum quanto o próprio significado de cercamento adquiriram novos contornos, mas isso abordaremos mais para frente.

Ao nos aproximarmos do debate teórico é possível perceber que alguns autores fazem uma lista extensa sobre o que poderia ser considerado um comum, elencar essas possibilidades pode ajudar na inteligibilidade do conceito, mas exclui um fator preponderante da própria concepção dele, o que pode acabar gerando dúvidas. Portanto, antes de mais nada, é preciso reafirmar: só há comum se houver um fazer-comum. Assim, podemos presumir que as praias, os oceanos, o solo, a água, o ar, as florestas, as praças, as ruas, as infraestruturas urbanas possuem um potencial enorme para se tornarem um comum e até o são em alguns contextos específicos, mas não o são por si só. É assim que o comum se configura como uma atividade, pois é só através da ação coletiva, um fazer-comum, que o comum se materializa.

Para exemplificar, gosto especialmente da fórmula proposta por David Bollier (2016) que consegue resumir o comum em uma simples equação: $COMUM = RECURSO + COMUNIDADE + CONJUNTO DE PROTOCOLOS$. Dessa forma, para falar do comum precisamos levar em consideração os recursos materiais ou/e imateriais e também a lógica a partir da qual esses recursos são governados, geridos, utilizados. Fica evidente no debate

conceitual sobre o comum, que abordo no primeiro capítulo, que o comum é da ordem das relações, da convivência, da cooperação e está totalmente vinculado aos princípios de interdependência e interconexão.

Desse modo, esta dissertação busca analisar o debate teórico sobre o comum para reinterpretar as lutas, resistências e modos de existência que produzem e sustentam o comum em resposta à tendência da nossa época de mercantilização de todas as esferas da vida. Destarte, a luta pela revitalização do comum traz à tona uma forma de reconceituar a governança, a economia e a política em um momento em que as instituições políticas convencionais resistem a qualquer reforma (BOLLIER, 2016).

Para isso, me proponho a analisar as práticas coletivas (o fazer-comum) que produzem o comum a partir da Feira Cultural – Encontro na Praça, um evento autogestionado por um coletivo de moradores que transforma uma praça pública no centro da cidade em espaço de encontros, difusão de arte, cultura e fortalecimento da economia local. Com o relato deste evento, tenho a intenção de alçar outras compreensões sobre modos de fazer que se alinham ao debate conceitual sobre o comum, pois isso nos possibilita refletir, diante deste cenário de escalada de governos autoritários, sobre os saberes e práticas coletivas que desejamos potencializar e que nos devolvem a capacidade de imaginar e disseminar alternativas a este cenário distópico, de dominação e subordinação de todas e cada forma de vida e de conhecimento à lógica do mercado.

Nesse sentido, encaro o comum como uma possibilidade para se apegar e começar a tecer outro modo de vida possível. Compartilho das palavras de João Tonucci (2017, p. 21): quiçá as reflexões desta dissertação possam contribuir para tornar a esperança possível. Para mim ela também teve esse sentido.

Metodologia – Percurso de pesquisa

Nesta dissertação, realizo o esforço para traçar um percurso por teóricos que trabalham com o conceito de comum de diferentes perspectivas, como a histórica, feminista, jurídica, urbanista, sociológica, filosófica, antropológica, ecológica, econômica, dentre outras, contribuindo assim para localizar, descrever e analisar parte da bibliografia disponível sobre o tema.

Desse modo, essa pesquisa consistiu, principalmente, em um exercício exploratório do debate teórico em torno do comum. As abordagens críticas sobre o conceito seguem linhas e argumentos políticos e teóricos bastante particulares. Procurei organizá-las em quatro grandes

correntes: o comum da produção biopolítica de Michael Hardt e Antonio Negri (2016); o comum da ótica feminista e da reprodução social de Silvia Federici (2014); o comum da práxis de David Bollier (2016); e o comum como princípio político de Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Busquei a partir dessas quatro abordagens, expor o debate teórico sobre o comum e as principais ideias e conclusões dos autores acima citados, sem, entretanto, almejar alcançar uma definição única para o conceito. Aceito desde já que cada abordagem possui suas limitações, contradições e complementaridades.

Além da pesquisa teórico-conceitual, a dissertação contou ainda com uma pesquisa de natureza empírica acerca da produção e sustentação do comum em Santa Cruz de Cabralia, em meio as recomendações de distanciamento social durante a pandemia do novo coronavírus. É preciso ressaltar, conforme já introduzi acima, que o percurso desta pesquisa foi profundamente afetado pela pandemia.

Para a versão desta pesquisa antes da pandemia, tinha identificado que o comum em Santa Cruz Cabralia se materializa no cuidado e uso da quadra poliesportiva do bairro Tânia, um bairro periférico da cidade, com nenhum outro equipamento de lazer; no projeto eu Amo o rio Yaya, que organiza mutirões de limpeza, mas que principalmente busca refletir sobre a relação histórica e cultural da cidade com o rio, ativando memórias que atravessam gerações; na Escola Estadual Indígena de Coroa Vermelha e na relação de pertencimento que a comunidade indígena mantém com ela e que se expressa através da participação dos pais e alunos com o projeto pedagógico e a manutenção da infraestrutura escolar; no território pesqueiro e na relação entre pescadores e meio ambiente, perpassada por questões culturais, econômicas e sociais; na mobilidade urbana atravessada pelo rio João de Tiba que representa um desafio para a comunidade, tendo em 2019, no momento em que iniciei esta pesquisa, eclodido uma mobilização protagonizada pela comunidade exigindo meia passagem de balsa para os moradores e preços mais justos de travessia; na praça do ciclista, fruto da intervenção de um grupo que organiza passeios de bicicleta e mutirões para recuperação de praças abandonadas pelo poder público, transformando espaços ociosos em espaços de encontro e lazer para a população; na luta contra a especulação imobiliária na vila de Santo André, que tem seu acesso à praia e ao rio cercado quase que em toda sua totalidade por interesses privados e que em 2019 foi cenário de uma disputa entre o proprietário de um terreno e a comunidade em defesa da integridade e totalidade do terreno da escola pública municipal; na festa do divino espírito santo, que tem como principal protagonista a própria comunidade, comprometida com a manutenção desta festa tradicional; no boi duro de vovô, uma manifestação cultural que ganha às ruas do povoado de Santo Antônio todo ano durante a

semana de reis e resiste pelo comprometimento de toda a comunidade com a sua salvaguarda; no bloco das bonecas, um bloco de carnaval que se mantém há 30 anos devido aos cuidados de um grupo de amigos. Todos os exemplos acima trazem à tona aspectos importantes do conceito, como a cooperação, a convivência, e o cuidado com algo que é compartilhado por todos.

O objetivo era retratar o comum através de relatos de casos que apresentam modos de olhar a vida diferentes da hegemonia e discutir as questões referentes à revitalização, manutenção, produção e distribuição do comum. Me interessei por pesquisar as práticas e saberes coletivos que produzem e sustentam o comum, levando em conta o agenciamento de corpos, os afetos, as subjetividades, as relações de cuidado, interdependências e as formas de saber que tornam o comum possível.

Há uma diversidade de experiências de práticas coletivas que mantêm e sustentam o comum, conforme expus acima. Ao longo de 2019 e 2020 acompanhei tanto presencialmente quanto através das redes sociais as ações de alguns desses movimentos. Tive também a oportunidade de acompanhar reuniões com os pescadores e marisqueiras na colônia de pescadores Z51, acompanhar a apresentação do boi duro de vovô durante as festas de reis em janeiro de 2020 e acompanhar as ações do time de futsal das mulheres do bairro Tânia. Nessas oportunidades, conversei com membros desses grupos e realizei registros fotográficos.

Com a pandemia, vieram juntas as dificuldades para manter o contato com esses grupos e a impossibilidade de estabelecer a relação de proximidade que a pesquisa exige. Tive que buscar alternativas. Passei alguns meses trabalhando nos capítulos teóricos enquanto decidia quais rumos esta pesquisa iria tomar. Ao observar as formas de união e de solidariedade que emergiram durante a pandemia, considerei durante algum tempo trabalhar com os grupos de whatsapp que foram criados para apoiar os mais vulnerabilizados pela crise da covid-19. Aqui em Santa Cruz Cabrália tivemos aproximadamente cinco grupos agindo em diferentes frentes, como a distribuição de máscaras, de marmitas e de cestas básicas espalhados por diferentes localidades da cidade. Pensei durante muito tempo que essa seria uma boa saída, até que, ao me aprofundar nos estudos sobre os laboratórios do comum, me reencontrei com a experiência da Feira Cultural – Encontro na Praça, movimento que participo diretamente e que foi um dos motivos que me fez escrever o projeto de pesquisa aprovado na seleção do Programa de Pós Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia, em 2018, e que me permitiu estar aqui.

A Feira Cultural – Encontro na Praça concentra as principais características do comum: a cooperação entre diferentes, a horizontalidade na tomada de decisões, o exercício

da convivência em diversidade, o cuidado com os processos, a co-criação, a interdependência para a criação, a imaginação cívica. Para poder captar isso, realizei entrevistas semiestruturadas com sujeitos que fazem parte do coletivo Feira Cultural, que faz a gestão da Feira. Também compartilho minha experiência pessoal com o movimento, já que faço parte da concepção e criação coletiva do mesmo. A Feira foi um divisor de águas na minha relação com a cidade. Santista de nascença, me mudei para Santa Cruz Cabrália para coordenar um projeto de Centro de Educação e Inovação Tecnológica, frente educativa do projeto Pescando com redes 3G, em 2013. Passei quase um ano a frente desse espaço, convivendo diariamente com os jovens da cidade, em uma casa alugada no cais do porto, em frente à praça que quatro anos depois viria a ser ocupada pela Feira Cultural.

Depois dessa experiência de quase um ano, já com a perspectiva de permanecer em Cabrália devido a um relacionamento e um filho a caminho, passei a trabalhar com a ONG Thydêwá em Ilhéus, mesclando trabalho remoto com presencial. Após o nascimento do meu filho Francisco, em julho de 2014, eu e meu companheiro passamos um ano morando em Ilhéus, retornando para Cabrália em julho de 2015. Com essas muitas idas e vindas, dividindo a vida entre duas cidades, duas casas e um filho pequeno, me afastei por completo da vida social e das questões de Santa Cruz Cabrália, embora permanecesse sempre muito interessada pela cultura local, já que meu companheiro é nascido e criado na cidade, tendo presenciado o seu crescimento acelerado das últimas décadas, e compartilha comigo as histórias da sua infância, quando Cabrália era uma pequena vila de pescadores. Foi em 2017 que tivemos a oportunidade de realizar um sonho. Aprovamos, nós dois em conjunto, o projeto I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento no edital setorial de cultura popular do governo do Estado da Bahia. A proposta era ter um dia inteiro de atividades culturais que representam a cultura tradicional das cidades de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

É preciso levar em consideração que essa é uma região cuja principal atividade econômica é o turismo, o que torna grande parte das suas atividades culturais voltadas para quem vem de fora e não para quem está dentro, que no caso somos nós, os moradores. A cultura tradicional local se encontrava, e infelizmente ainda se encontra, em total estado de abandono e desvalorização. Com o I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento, que aconteceu no dia 22 de abril de 2017, conseguimos reacender, ao menos que por um único e singelo dia, a chama da cultura local, valorizando quem se mantém na base, produzindo-a apesar de.

Figura 1: Boi duro de vovô se apresentando no I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento



Fonte: Mariana Cabral / I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento

Sou jornalista por formação e desde o meu trabalho de conclusão de curso em 2011 que me interessa especialmente por redes colaborativas. Passei parte da minha trajetória profissional trabalhando com comunicação e tecnologia em diálogo com a cultura popular e os movimentos sociais. Isso foi, a meu ver, a minha porta de entrada para o comum. Neste percurso sempre busquei as experiências de convivência e formas de cooperação, as possibilidades de fazer comunidade e construções de vidas menos isoladas e com mais espaços em comum.

A Feira Cultural – Encontro na Praça surge então em 2017, logo após o I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento como a vontade de um grupo em continuar promovendo encontros e fortalecendo a cultura da cidade. Já deixei claro anteriormente o meu envolvimento pessoal com o movimento. Nesse aspecto, é preciso enfatizar que pesquisa e vida se confundem. Fiz parte da concepção da Feira Cultural – Encontro na Praça e estive envolvida com a organização de todas as edições realizadas, portanto meu olhar enquanto pesquisadora se mistura com a minha vivência e experiência dentro do próprio movimento. Me amparo em Santos (2008) para destacar que minhas vivências e meu envolvimento pessoal com a Feira Cultural – Encontro na Praça estão plenamente assumidos na trajetória

desta pesquisa.

Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. (SANTOS, 2008, p. 83)

O Comum enquanto processo, ou seja, enquanto fazer-comum que é sempre da ordem das relações, já parte de uma visão epistemológica diferente do paradigma positivista, no qual o caminho para a verdade é apenas um e vem de fora. No fazer-comum a verdade vem de dentro, vem da coletividade, “trata-se de melhorar a qualidade das perguntas, dos modos de conhecer e das relações que precisamos constituir para conhecer algo” (PARRA, 2019)

Durante o percurso de pesquisa, participei e idealizei junto com a professora Valéria Giannella (PPGES/UFSB) uma *live* transmitida pelo YouTube no dia 22 de julho, intitulada “Futuros possíveis no limiar da pandemia: laboratórios do Comum para a gestão social de territórios” tendo como convidados Henrique Parra (UNIFESP, Pimentalab); Georgia Nicolau (Instituto Procomum) e Rodrigo Savazoni (UFABC, Instituto Procomum). O debate me permitiu refletir ainda mais sobre a potência dessas experiências a qual nos referimos como “laboratórios do comum” e que se conecta totalmente com a Feira Cultural – Encontro na Praça. Constitui após a transcrição da *live* “feixos dialógicos” inspirada em Pimentel (2004) e que serão apresentados no terceiro capítulo.

Os feixes dialógicos buscam estabelecer intersecções casuais entre os relatos, promovem aberturas no plano estético da abordagem aproximando o teórico e o empírico a partir de suas relações contextuais e esboçam tessituras epistemológicas através das quais os saberes circulam, desenvolvem *performances* e abrem-se a novas sínteses, favorecem não uma análise, mas contextualizações do discurso a partir da constituição de metadiálogos entre atores e autores da pesquisa (PIMENTEL, 2004, p. 78)

A co-participação, além de ser um pressuposto do comum, está presente nas reflexões desta dissertação para além do debate conceitual. Em Diálogos sobre o Comum reúno um conjunto de entrevistas realizadas com pesquisadores a fim de compor dados para a presente pesquisa. As entrevistadas e entrevistados seguiram os critérios da pesquisa qualitativa, onde busquei reunir um número de vozes capazes de garantir representatividade de áreas de pesquisa e de atuação. A produção científica sobre o comum está crescendo no Brasil, sabendo que não teria oportunidade, nem tempo, tampouco espaço para entrevistar todos os pesquisadores e pesquisadoras as quais tive acesso à produção acadêmica, optei por escolher aqueles e aquelas cujas pesquisas de alguma forma dialogam com a minha. A intenção era

abrir esta dissertação para o fazer-pensar-juntos. As entrevistas foram realizadas entre dezembro e fevereiro de 2021, através de e-mail. Apenas uma, a de Marília Guarita, foi realizada através do aplicativo whatsapp. Algumas perguntas se repetem entre os entrevistados, outras não. Para cada entrevistado busquei construir um conjunto de perguntas que me ajudasse a compreender melhor o conceito de comum. Intentei com este capítulo, me aproximar de outros pesquisadores que discutem o comum no país, atualizar o debate dentro de uma perspectiva do sul, visto que a bibliografia disponibilizada sobre o comum ainda é predominantemente americana e europeia, romper com as barreiras entre o ato solitário da escrita e o diálogo que se trava com a bibliografia e experimentar de um ponto de vista estético, me ancorando na minha formação como jornalista, formas outras de construção de texto acadêmico. É interessante atentar para o fato de que as entrevistas estão datadas de acordo com o mês em que ocorreram. Isso marca temporalmente minha relação com a pesquisa e minha maturidade em relação ao conceito. As primeiras perguntas foram formuladas em dezembro de 2019. Ali ainda me interessava me aproximar de uma definição do comum. A última entrevista foi realizada em fevereiro de 2021, quando eu refletia sobre as relações construídas dentro do coletivo Feira Cultural, dos dilemas inerentes ao trabalho coletivo, das muitas dificuldades enfrentadas em nosso fazer-comum.

Abaixo exponho um desenho de pesquisa, inspirado em um quadro elaborado por Martins (2018), com a intenção de explicar melhor os intentos desta pesquisa.

Quadro 1: Desenho de pesquisa

Pergunta de partida	Etapa da pesquisa	Escolhas empíricas, teóricas e metodológicas
O que estou buscando?	Quando defino meu objeto de pesquisa	O comum
Onde estou buscando?	Quando identifico que minha pesquisa se passa em um cenário específico	Nas práticas coletivas da Feira Cultural – Encontro na praça, um movimento auto gerenciado por moradores de Santa Cruz Cabralia / Bahia.
O que me chama a atenção naquilo que estou buscando?	Quando reparo na dimensão do fenômeno o qual estou	Os modos de socialização, os discursos, os protocolos de convivência, as experiências que

	investigando	cada personagem vivenciou em relação a produção da Feira Cultural – Encontro na praça.
O que vou utilizar para me relacionar com aquilo que estou buscando?	Quando reflito sobre os recursos, instrumentos, metodologia necessária para dar conta da dimensão do meu objeto de pesquisa	Entrevistas semiestruturadas, fotografia, análise dos discursos.
Quais conceitos me acompanham quando interajo com meu objeto de pesquisa?	Quando descubro que outros conceitos estão imbricados com o fenômeno da minha pesquisa e são fundamentais para articular a pesquisa de campo com o debate teórico	Convivência (PIMENTEL, 2013), cooperação (SENNET, 2012), sociedade em movimento (PERES, 2019), direito à cidade (LEFVBRE, 1968, HARVEY, 2014); laboratório (LAFUENTE, 2017, PARRA, 2019, PARRA e MORAES, 2019).
Para que realizo esta pesquisa?	Quando as minhas intenções de pesquisa ultrapassam o interesse individual ¹ e encontram razões comunitárias que também as justificam, o trabalho se amplifica e ecoa de volta para a própria sociedade.	Compreender de que forma o comum contribui para imaginar outros futuros possíveis, alternativos aos que estão postos e parecem intransponíveis. Aqui trabalho para a inteligibilidade do conceito através da observação das práticas do fazer-comum presentes na Feira Cultural – Encontro na praça. O comum, quando articulado aos outros conceitos apontados acima, contribui para a renovação do vocabulário da participação social em tempos de estreitamento do horizonte democrático.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

¹ “Por isso, o exercício do reconhecimento de nossa localização, o que pode ocorrer a partir de encontros e reencontros com imagens e experiências vividas, é fundamental como o ponto de partida de onde emergem nossas problematizações e percepções sobre o mundo. Não é demais insistir na ideia de que até mesmo nossos problemas de pesquisa são produzidos a partir de um conjunto de critérios entre os quais estão elementos de nossa subjetividade, produzida pelas dimensões da corporeidade e corporificação”. (MARTINS, 2018, p. 73)

Limites e pretensões da pesquisa

A pesquisa tem como objetivo contribuir para encontrar no debate teórico sobre o comum uma lente com a qual podemos observar as práticas coletivas, o fazer-comum na Feira.... Ou seja, encontrar um sentido nesse debate teórico que possa estar vinculado à prática. Para tanto, a dissertação foi construída em torno de uma questão teórica: de que forma o debate conceitual sobre o comum contribui para pensar sociologicamente as sociedades em movimento (PERES, 2019) e como, por meio de suas contribuições, o comum contribui para imaginarmos outros futuros possíveis?

Nesse sentido, há um esforço para articular o comum com outros conceitos na busca por uma maior inteligibilidade. Logo, não se trata apenas de decidir como olhar, mas o que olhar naquilo que se vê (MARTINS, 2018).

É importante ressaltar que ao focar esse estudo utilizando o relato da Feira Cultura – Encontro na Praça a partir da ótica do comum, alguns aspectos e dimensões do debate foram certamente subestimados, ou mesmo deixados de lado. Ainda que tenha dedicado uma parte desta dissertação para fazer um levantamento sobre o debate teórico e dentro disso apontar a conexão entre o comum e a reprodução social a partir da abordagem feminista de Silvia Federici, não consegui dar a atenção devida a questões de raça, etnia, religião e orientação sexual, mesmo que relacionadas às lutas e resistências e, portanto, com muitas aproximações a serem feitas com o comum. Também não consegui dar a atenção devida para as cosmologias ameríndias e suas perspectivas que questionam a racionalidade ocidental e seu *ethos* predatório. É importante deixar claro que cada autor que abordo no primeiro capítulo merecia uma atenção muito maior. A construção de seus argumentos envolve um trabalho minucioso de estudos que incluem muitos outros autores da sociologia, antropologia e política, e que infelizmente ficaram de fora.

Rota de leitura

A dissertação divide-se em quatro partes: (1) Debate sobre o Comum; (2) Diálogos sobre o Comum; (3) Pistas de um Fazer-comum; (4) Conclusões.

No Capítulo 1, apresento o comum a partir de seus sentidos conceituais e políticos no contexto de sua emergência contemporânea. Para tanto, discuto inicialmente algumas definições de partida que contribuem para uma maior inteligibilidade do conceito durante o decorrer do capítulo. Em seguida, exponho a narrativa econômica tradicional da “tragédia do

comum” de Garret Hardin (1968) e a abordagem alternativa de Elinor Ostrom (2002) sobre a gestão sustentável dos recursos comuns, apontando suas limitações a partir de contribuições advindas da antropologia econômica. Depois disso apresento os principais argumentos e conclusões de quatro abordagens políticas e perspectivas teórico-conceituais do debate crítico contemporâneo sobre o comum: o comum da produção biopolítica de Michael Hardt e Antonio Negri (2016); o comum da reprodução social de Silvia Federici (2014); o comum da práxis de David Bollier (2016); e o comum como princípio político de Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Com a seleção de tais abordagens, busquei não apenas expor as principais ideias e conclusões dos autores, compondo assim um quadro panorâmico das teorias sobre o comum, mas com eles estabelecer um diálogo crítico, colocá-los em contato, mostrar suas limitações e contradições, e apontar caminhos que conduzem o conceito à prática.

No capítulo 2, debato coletivamente o comum a partir de entrevistas com pesquisadores brasileiros que se dedicam ao conceito. “Diálogos sobre o Comum” constitui uma série de entrevistas que realizei ao longo da pesquisa para avançar em uma compreensão do conceito a partir da experiência e interpretação de outros pesquisadores. As entrevistas foram transcritas integralmente e correspondem a um esforço que realizei para incorporar o fazer-comum nessa dissertação através da abertura da mesma para a colaboração. Neste capítulo, também pude colocar em prática minha formação de jornalista e exercitar as entrevistas em modalidade “ping-pong”, expondo tanto as perguntas, quanto as respostas. Ao final de cada entrevista realizei o exercício da síntese e da articulação daquilo que foi respondido pelos entrevistados com as teorias dos autores que expus no primeiro capítulo.

No capítulo 3, apresento o fazer-comum na prática, ilustrado pela experiência da Feira Cultural – Encontro na Praça, um movimento que teve origem em 2017 e que reuniu moradores de Santa Cruz Cabralia e região para criar um evento que envolvesse arte e cultura e transformasse um espaço ocioso da cidade em um local propício para encontros, cultura e fortalecimento da economia local. Neste capítulo, investigo as potencialidades e ambivalências da produção e sustentação do comum no âmbito da Feira Cultural – Encontro na Praça a partir de entrevistas e relatos das pessoas envolvidas com o movimento.

No final, exponho as conclusões que obtive após esse trajeto de pesquisa, sem pretensões de encerrar definitivamente o assunto, visto que são muitas as possibilidades de abordagens que o comum nos proporciona.

CAPÍTULO I

1. DEBATES SOBRE O COMUM

Neste capítulo me proponho a realizar uma breve apresentação histórica sobre o comum para, em seguida, partir para uma análise mais aprofundada do debate teórico contemporâneo de quatro perspectivas: a da produção da Multidão de Hardt e Negri (2016); a feminista de Silvia Federici (2014); da práxis de David Bollier (2016); e do princípio político de Dardot e Laval (2016). A ideia não é constituir com isso uma genealogia do conceito, para tal indico o livro “Ensaio sobre o Comum” de Dardot e Laval (2016) e o trabalho de dois pesquisadores brasileiros, Rodrigo Savazoni e João Tonucci, que realizaram excelentes genealogias que podem ser encontradas no livro “O comum entre nós” (SAVAZONI, 2018) e na tese de doutorado “Comum urbano: a cidade além do público e do privado” (TONUCCI, 2017).

Meus objetivos neste capítulo são dois: (1) constituir uma narrativa que apresente o comum a partir da concepção de quatro perspectivas diferentes com seus pontos de aproximação e potências para (2) oferecer ao leitor uma lente com a qual ele possa passar a enxergar o comum onde ele existe e onde ele pode vir a existir. Depois disso, enveredaremos pelo capítulo dois através dos “Diálogos sobre o comum”, debatendo o conceito a nível nacional com pesquisadores da área, e em seguida, no capítulo três visualizaremos o comum na prática da cidade de Santa Cruz Cabrália através do estudo de caso da Feira Cultural – Encontro na praça.

1.1. Definições de partida: comum... Polissêmico, polifônico e interdisciplinar

Sobre o que estamos falando quando falamos do comum? Faz dois anos que eu venho respondendo a essa pergunta sempre que sou questionada sobre o tema da minha pesquisa. Já respondi de diferentes formas a depender do tempo disponível e da curiosidade de quem pergunta. Porém nunca estou plenamente satisfeita com a minha capacidade de sintetizar uma resposta à altura do comum. A necessidade de elaborar uma resposta, ainda que temporária, para essa pergunta orientará este capítulo inteiro. Para isso, abordo logo abaixo algumas definições de partida importantes para que a gente prossiga para o debate conceitual.

O comum faz parte hoje de um amplo debate nas ciências humanas e sociais, com uma história que começa em Roma; passando pela história dos cercamentos das terras comunais no

período Feudal; pela formação da propriedade privada capitalista; e chega a um debate mais contemporâneo do comum da reprodução social e do princípio político dos movimentos sociais com suas variadas reivindicações. Eu gosto de chamá-lo de polifônico, já que são variadas as vozes que constituem este campo, e interdisciplinar, pois é possível identificar abordagens de diferentes perspectivas e áreas disciplinares diferentes, como sociologia, filosofia, antropologia, história, arquitetura, direito, entre outras. Essa emergência do comum se deve em parte pelo caráter sedutor e flutuante do conceito (TONUCCI, 2017), conforme veremos mais para frente.

Além disso, não dá para ignorar o caráter polissêmico da tradução do conceito. De commons para comum, adquirindo um significado de “ordinário”, “vulgar” pela linguagem da filosofia. “Senso comum”, da forma pejorativa como a que também é utilizada nos dias de hoje, aparece em Descartes e em Aristóteles e é só em Kant que a palavra comum passa a ser desassociada do vulgar, passando então a ser associada a um ponto de vista universal, um comum, o que equivale a um enobrecimento semântico (DARDOT e LAVAL, 2016).

É preciso estabelecer também algumas orientações básicas sobre o conceito para que o leitor ou leitora não se perca durante o caminho. A primeira delas é a diferenciação do comum que é um substantivo, aquele do conceito teórico, que configura um discurso político, e os comuns que são vistos como bens/recursos para além do público e do privado. Para esta pesquisa essa diferenciação é fundamental. Não é incomum vermos comum e comuns se confundirem em muitos debates, por isso do caráter flutuante do conceito.

É preciso estabelecer as diferenciações entre cada uma dessas formas de utilizar o conceito. “Comuns” e “bens comuns” foram amplamente utilizados no início do debate teórico fundado por Hardin (1968) e Ostrom (2002), de uma perspectiva totalmente economicista de análise do comum. Autores contemporâneos, mais especificamente Dardot e Laval (2016), tentam definitivamente se afastar dessa redução do comum a um bem. Para eles o comum se configura enquanto um princípio político e é preciso não confundir o que é comum em razão da sua natureza, tal qual luz ou ar, ou em razão do próprio direito, como o mar, as águas correntes, a praia, a linguagem, as descobertas científicas, as obras intelectuais de domínio público. Para Dardot e Laval (2016), esses exemplos todos são inegavelmente comuns, mas nem por isso são da esfera do comum, já que é apenas pela ação coletiva que as coisas podem realmente se tornar um comum (Dardot e Laval, 2016).

Já autores como Hardt e Negri (2016), David Bollier (2016), Federici (2014) conseguem transitar mais entre essas duas esferas que consideram o comum tanto quanto um princípio quanto um bem, alguns deles, inclusive, acrescentam uma terceira via: o comum também

pode ser um verbo, o que abordaremos mais adiante. São tantas as vozes que compõe o debate teórico sobre o comum que gosto de reconhecer a polifonia imanente dele.

O que não podemos confundir, e por isso é importante delimitar desde já, é a relação entre o comum, o público e o privado. O conflito entre o comum e a propriedade privada é algo que está sempre em nosso foco de atenção e faz parte da luta contra a mercantilização de todas as esferas da vida. As privatizações, patentes e copyrights fazem parte dos novos cercamentos – conceito que aprofundarei mais para frente – e são mecanismos de transformação daquilo que pode ser de todos em propriedade privada. Já a relação do comum com o público precisa ser melhor esclarecida.

É importante manter separado conceitualmente o comum daquilo que é público. O público está sempre vinculado ao Estado e a certos institucionais que regulamentam o acesso a ele. Para Hardt e Negri (2016), apesar de tentador, as relações entre o comum, o público e privado não são triangulares e nem constituem um sistema fechado, com o comum entre os dois. Aqui considero o comum fundamentalmente autônomo em relação a eles.

Outra importante definição de partida é que o termo faz parte de um vocabulário da luta anticapitalista, sendo considerado um termo crítico, que manifesta a rejeição contra a apropriação neoliberal de todas as esferas da vida. O comum é fundamental para alçar outras compreensões sobre modos de vida baseados no cuidado, na cooperação, na partilha e no fazer-comum, encontrados em diferentes culturas, que têm muito a nos ensinar sobre o mundo que desejamos ter.

Com essas definições de partida que (1) colocam o comum enquanto um conceito polifônico, polissêmico, interdisciplinar; (2) que distinguem o comum substantivo do comum adjetivo; (3) que estabelecem a diferenciação entre o comum, o público e o privado; e (4) que situam o comum como parte do vocabulário da luta anticapitalista, que está para além de uma mera palavra inscrita na teoria, mas que se encontra ancorada em práticas que são como rachaduras no sistema, compreendendo outros modos de vida que fogem da racionalidade neoliberal; podemos partir agora para uma viagem histórica sobre o conceito a fim de traçar a trilha que nos conduz até o presente.

1.2. A perspectiva histórica do Comum

Dardot e Laval (2016) construíram em “Bem estar comum” toda a genealogia do conceito, começando pela usurpação dos direitos dos camponeses de acesso à terra em Roma até os dias de hoje. Toda informação sobre o comum nos ajuda a compreender como ele foi

conquistando espaço até alcançar o lugar em que se encontra hoje, mas para fins desta pesquisa, vou destacar alguns pontos específicos desta linha do tempo:

(1) segundo Mattei e Capra (2018), foi em Roma que surgiu uma distinção jurídica entre o que não se considerava como propriedade estritamente privada, ou seja, era “coisa de ninguém, coisa sem dono” (*res nullius*); o que poderia ser objeto de posse mas não tinha proprietário, podendo, portanto, ser livremente ocupado; sendo “coisa pertencente a todos em comum” (*res communis omnium*), como o ar, o oceano, as regiões litorâneas e a água corrente, os quais, por sua própria natureza, não podiam ser possuídos segundo o princípio de exclusão; e “coisas pertencentes à cidade” (*res publicae*), terras públicas, praças, aquedutos ou redes de esgotos. E foi com a difusão do pensamento jurídico romano baseado na estruturação de ideais alinhados à classe dominante, o que incluía a Igreja, que a propriedade privada passou a ganhar um novo status, alicerçada em uma concepção de direitos privados e individuais. Desta forma, o que era antes da comunidade (*res communis*) passou a ser transferido para instituições políticas centralizadas (*res publicae*), para isso, declarou-se que aquilo que pertencia a todos, na verdade não pertencia a ninguém - ninguém tinha direito de propriedade, portanto estava disponível a quem se desse ao trabalho de obter. Se antes esses bens comuns eram governados por costumes e leis populares que, pelo menos em teoria, conseguiam proteger o acesso a eles, com a difusão do pensamento jurídico romano, o que basicamente se passou a proteger foi o poder de alguém de excluir outras pessoas do acesso a esses bens comunitários;

(2) o cercamento das terras comunais do período Feudal foi um projeto político para eliminar o uso comum da terra e expandir as propriedades privadas. Segundo Federici (2017), as terras comunais eram a base onde se desenvolvia a vida campesina, com suas redes de relações de cooperação e solidariedade. Isso tudo desmoronou quando o sistema de campos abertos foi abolido e as terras comunais foram cercadas, impactando diretamente na coesão social, desintegrando famílias, aumentando a massa de nômades pobres e carentes de tudo. Esse fenômeno foi associado com a expropriação dos trabalhadores da sua riqueza coletiva, pois mesmo os camponeses que não tinham terra poderiam sobreviver graças a seus direitos consuetudinários, como o direito a caça, por exemplo.

Após os cercamentos, um terço da população da Inglaterra não tinha mais acesso à terra e precisava comprar alimentos que até então havia produzido nas terras comunais. Os cercamentos forçavam os expropriados a trabalharem na nova engrenagem geradora da concentração de propriedade. A terra passou a funcionar como meio de acumulação e exploração e não mais como meio de subsistência e com isso o campesinato foi introduzido ao

trabalho assalariado forçado. A acumulação primitiva do capital consistiu em uma imensa acumulação de força de trabalho, na forma de bens roubados e na forma de seres humanos postos à disposição para sua exploração.

O cercamento foi essencial para o surgimento e desenvolvimento da manufatura têxtil e contribuiu para explicar o papel da Inglaterra como berço da Revolução Industrial. Foi ali que um inovador sistema político centralizado foi colocado em prática, resultando na separação entre soberania pública e propriedade privada, e criando as condições ideais para o capitalismo desenvolver seu poder e sua ideologia.

Posta esta primeira definição histórica de cercamento, é importante salientar que apesar desse processo ter ocorrido no século XVI, os teóricos do comum continuam a utilizar o conceito como um significante para cada ataque aos direitos sociais (SAVAZONI, 2018). A luta contra o cercamento dos bens comunitários, seja pela ação de governos, seja pela ação dos mercados, mobiliza a força de grupos que encontram no comum e nos comuns uma inspiração capaz de promover novas formas de conviver em sociedade.

Entre as bandeiras levantadas pelo movimento de revitalização do comum está a radicalização da democracia e a promoção da gestão compartilhada de recursos comuns. A ideologia por trás do movimento segue na contramão do argumento colocado pelo ecologista Garrett Hardin, em 1968, de que os comuns deveriam ser privatizados ou estatizados, pois se compartilhados estariam fadados ao esgotamento. Segundo Federici (2017), esse argumento também foi utilizado no período dos cercamentos da Idade Média, com a ideia de que se as terras continuassem abertas para o uso comum se esgotariam em pouco tempo e que cercando-as a produtividade aumentaria e sobraria alimentos para todos. Já se sabe que o desfecho desta história não resultou na distribuição melhor dos alimentos, mas sim na pauperização da classe trabalhadora.

Por que ir tão longe para apresentar o comum? Primeiro para mostrar que essa não é uma discussão nova, teve início há séculos e hoje, com a complexificação da vida em sociedade, ganhou novos contornos, contornos esses que não excluem essa trajetória histórica, pelo contrário, a tendência é incorporá-la no debate atribuindo ainda mais significado para a discussão atual. O resgate do comum no sentido romano é hoje uma possível terceira via para além do público e do privado. E entender o uso da palavra cercamento nos tempos atuais nos coloca em contato com um projeto político secular, mas que ainda permanece atual.

1.3. Da tragédia ao governo dos bens comuns

Em 2020, o artigo “A tragédia dos comuns” do ecologista Garrett Hardin completa 52 anos de publicação. São cinco décadas formando mentalidades que associam o comum a uma questão meramente econômica e que está fadado ao caos, a ruína e ao fracasso. Hardin (1968) é conhecido no campo teórico por representar uma visão desanimadora sobre a gestão compartilhada de recursos comuns. O artigo de seis páginas apresenta um cenário pessimista que exemplifica de que forma a exploração compartilhada dos recursos está fadada ao fracasso.

Em seu artigo, Hardin apresenta um cenário em que um pasto amplo é utilizado por diversos pastores nos cuidados com seus animais, sendo assim um pasto comum a todos. Em um determinado momento, motivados pela possibilidade de receberem benefícios individuais compartilhando os custos, cada pastor passa a adicionar animais sem pensar na coletividade, situação que acabou terminando com o esgotamento dos recursos naturais disponíveis. É dessa forma que Hardin fala sobre a inviabilidade da ação coletiva.

Ao fazer uma análise dos fatos apresentados, o autor nos oferece dois caminhos para evitar este tipo de tragédia: a privatização ou a estatização dos recursos comuns. Assim, ele admite que apenas uma estrutura coercitiva é capaz de frear a ganância humana, portanto a privatização ou estatização dos comuns evitaria a superexploração por parte de uma minoria. Hardin chega a afirmar que valeria mais a pena privatizar um recurso comum em benefício de uma só pessoa do que deixar para que um coletivo de pessoas o levasse ao fatídico destino da destruição.

Nesse caso é importante ressaltar que nesse cenário fictício, Hardin nos apresenta um sistema de uso comum onde não existem normas ou limites que regulam o acesso ao recurso, ou seja, não existe gestão compartilhada. Existe apenas um recurso de livre acesso ao qual equivocadamente ele intitula como “bem comum”. O próprio Hardin reconheceu alguns anos depois que deveria ter intitulado seu ensaio de a “Tragédia dos comuns não gerenciados”, ainda que essa expressão por si só caracterize uma contradição.

Um comum possui limites, regras, normas sociais e sanções contra oportunistas. Um comum necessita que haja uma comunidade disposta a atuar como guardiã rigorosa de um recurso específico. E Hardin confunde um terreno comum com uma “terra de ninguém”, descreditando assim os comuns como um paradigma frustrado de gestão de recursos (BOLLIER, 2016, p. 31)

Décadas depois, quem desconstrói os argumentos de Hardin é a cientista política Elinor Ostrom (2002). Segundo Ostrom (2002), a parábola de Hobbes sobre o homem em um estado de natureza é um protótipo da tragédia dos comuns: os homens perseguem seu próprio bem e terminam guerreando entre si. Contrária a isso, a autora sistematizou diversos modelos de gestão de bens comuns em países e culturas diferentes. Ostrom (2002) realizou um trabalho de campo empírico, visitou camponeses na Etiópia, seringueiros na Amazônia e pescadores nas Filipinas e investigou a maneira com que todos esses grupos acordavam planos de cooperação e combinavam suas estruturas sociais com o ecossistema do lugar.

O trabalho de Ostrom (2002) constitui um consistente estudo em defesa dos comuns como alternativa à gestão privada ou exclusivamente estatal dos bens naturais, sociais e culturais. A autora escreveu sobre comunidades que por meio de um sistema de auto organização e cooperação fizeram ao longo de anos uma gestão mais eficiente dos recursos do que quando seguiam as normas impositivas de algum agente exterior. Para ela, os comuns são, sobretudo, um sistema de direitos e obrigações. Ostrom (2002) conseguiu construir um sistema de regras institucionais e de análise que mostra como se constrói uma ecologia de relações que geram ao final mais incentivos à cooperação entre os atores do que a competição entre eles. A autora investiga a capacidade que temos de aprender a cooperar e de construir instituições e sistemas de gestão duradouros para a preservação do comum. Mesmo com tantos avanços em comparação a Hardin (1968), Ostrom (2002) ainda atuava dentro de um marco econômico convencional e tendia a analisar os bens comuns de forma funcional, tendo pouco interesse na dinâmica intersubjetiva que poderia motivar as comunidades em suas práticas coletivas. De qualquer forma, não podemos retirar de Ostrom (2002) o crédito por resgatar o comum da tirania do mito da “tragédia” (BOLLIER, 2016).

Percebemos que apesar da visão de Hardin (1968) e Ostrom (2002) caminharem em direção opostas, ambos não refletem sobre a constituição política do comum como racionalidade alternativa, portanto são iguais nesse sentido. Em ambos ainda estamos falando de um comum enquanto adjetivo, um recurso. O comum enquanto princípio surge no debate teórico mais contemporâneo como veremos a seguir.

1.4. Um olhar contemporâneo sobre o comum: uma breve genealogia

Após termos passado pelas definições de partida iniciais, pela retomada histórica do conceito e pela sua fundação no âmbito acadêmico através de Hardin (1968) e Ostrom (2002), a pergunta “sobre o que estamos falando quando falamos do comum?”, que orienta todo este

capítulo, alcança um terreno contemporâneo de práticas e ações atuais. Assim, já é possível afirmar que quando passamos a utilizar a lente do comum conseguimos identificá-lo nas práticas comunitárias presentes nas ocupações urbanas e rurais, nas cozinhas coletivas montadas e compartilhadas para a reprodução dessas lutas, na ética hacker, no movimento do software livre, no ciberativismo, nas produções colaborativas nas plataformas digitais, nas hortas urbanas coletivas que transformam a lógica de mercantilização da vida nas cidades e dão vida a terrenos abandonados, nas ocupações de praças, parques, prédios públicos e outros espaços ociosos urbanos, nos movimentos contra instalações de hidrelétricas e nas gestões compartilhadas de recursos hídricos, nas formas de viver em regimes de terra não proprietários, na produção de conhecimento dos terreiros, quilombos e aldeias sobre alimentos, formas de plantio, curas, cuidados coletivos com o outro e com o meio em que se vive, nas manifestações da cultura popular que se mantém vivas graças as práticas coletivas de partilha, no bem viver das comunidades indígenas latino-americanas.

Esses foram só alguns exemplos. Cada uma dessas situações interage de alguma forma com o debate teórico dentro das perspectivas que veremos a seguir. O que há em comum entre elas são:

- (1) como estão centradas em práticas de cooperação, convivialidade, fazer cidade e coabitação em um mundo comum composto por uma multiplicidade de singularidades cooperantes que se combinam e expressam seus desejos (HARDT e NEGRI, 2016);
- (2) os caminhos que apontam para liberar nossos modos de vida, não só da mercantilização de todas as esferas da vida, mas também dos dispositivos neoliberais do Estado (FEDERICI, 2017);
- (3) a forma como se configuram enquanto “laboratórios” (LAFUENTE, 2017; PARRA, 2019; PARRA e MORAES, 2019), produzindo novas formas de se fazer-juntos, propondo governanças mais abertas e responsáveis, inventando tecnologias, soluções inovadoras para lidar com problemas exasperantes, e modos de vida mais saudáveis e interessantes (BOLLIER, 2016);
- (4) a facilidade com que articulam e se vinculam às práticas sociais anticapitalistas e alternativas e como apontam novas formas democráticas ao instituir o autogoverno das pessoas (Dardot e Laval, 2016).

Como é possível observar acima, o debate teórico sobre o comum produz muitas convergências, mas também são muitos os pontos de inflexão. Aqui nos interessa mais onde os discursos se aproximam e enriquecem o conceito. Abaixo abordo quatro perspectivas sobre o Comum que nos ajudam a prosseguir nessa investigação.

1.4.1. O Comum da produção biopolítica ou o comum da multidão

Se pensarmos na tragédia do comum de Garrett Hardin (1968) como o marco teórico fundador do nosso debate conceitual, é preciso considerar que foram os filósofos Michael Hardt e Antonio Negri (2016) que produziram um divisor de águas, um elemento fundamental para prosseguirmos no debate contemporâneo: a criação e a difusão da categoria “comum” (no singular) no pensamento político. Além disso, ao contrário da parábola de Hardin (1968), em Hardt e Negri (2016) não estamos lidando mais com a destruição dos comuns, mas sim com a sua produção (TONUCCI, 2017).

A discussão sobre o comum em Hardt e Negri está inserida na trilogia Império, Multidão e Bem-estar comum (2000, 2005, 2016, respectivamente). Na sequência de livros, os autores examinaram as transformações políticas e econômicas do capitalismo (denominado por eles como Império) nas últimas décadas; a formação de um novo sujeito social através de um conjunto de singularidades cooperantes (o qual denominam de Multidão), e a emergência de um projeto político radical (o comum) que acontece no cerne da produção biopolítica (TONUCCI, 2017)

É importante conceituar o que é biopolítica segundo Hardt e Negri:

Nossa leitura não só identifica a biopolítica com os poderes produtivos localizados da vida – ou seja, a produção de afetos e linguagens através da cooperação social e da interação de corpos e desejos, a invenção de novas formas de relação com o self e os outros e assim por diante – como afirma a biopolítica como criação de novas subjetividades, apresentadas ao mesmo tempo como resistência e dessubjetivação. (HARDT e NEGRI, 2016, p. 76)

Em outras palavras, a biopolítica está relacionada ao capitalismo cognitivo e as novas formas dominantes de produção que agora envolvem as informações, códigos, conhecimentos, imagens, afetos e criam as bases de uma ordem social e econômica alicerçada no comum.

No contexto biopolítico, pode-se considerar que o capital subsume não só o trabalho mas a sociedade como um todo, ou, ainda, a própria vida social, já que a vida é ao mesmo tempo o que é posto para trabalhar na produção biopolítica e o que é produzido. Essa relação entre capital e vida social produtiva, todavia, já não é orgânica no sentido em que Marx entendia a expressão, pois o capital é cada vez mais externo e desempenha um papel cada vez menos funcional no processo produtivo (HARDT e NEGRI, 2016, “I” 2719)

Por isso os autores defendem que o comum seja considerado um *modo de produção*, constituindo-se então um viés ontológico para o conceito, colocando-o como um produto da atividade laboral humana.

[...] o comum é sempre uma ‘produção’, é natureza regulada ou transformada, ou simplesmente produzida. Logo, o comum é um recurso somente enquanto é um produto – um produto do trabalho humano e, portanto, no regime capitalista, atravessado imediatamente por relações de poder (NEGRI, 2016, p. 2).

Nos deparamos com algumas ambiguidades na obra de Michael Hardt e Antonio Negri (2016), entre elas a forma oscilante com que os autores se referem ao comum. No geral, eles atribuem ao comum quatro significados. O primeiro deles, já contrário ao que foi exposto acima e que relaciona o comum à produção, é o que designa a riqueza comum do mundo material, como o ar, a água e todas as dádivas da natureza. Ou seja, é um comum mais alinhado com a ideia de recurso de acesso comum de Garret Hardin (1968) e Elinor Ostrom (2002). O segundo significado designa aquilo que foi produzido socialmente e é necessário para a interação social, gerando ainda mais produção, como os conhecimentos, linguagens, códigos, informações, afetos, etc. O terceiro significado está ligado às características do capitalismo cognitivo e do trabalho imaterial. Para os autores, a produção capitalista ao mesmo tempo que deseja cercar o que é comum (no sentido que já foi apresentado anteriormente) e explorar isso ao máximo, precisa permanecer alimentando a cadeia de produção do comum para continuar submetendo tudo a seus próprios fins, o que implica uma nova contradição ao capital. Quanto mais se transforma o comum em propriedade, mais ele perde a produtividade. Em outras palavras, a expansão do comum ao mesmo tempo que é fundamental para a reprodução do capital, também se torna um contra-feitiço (RUFINO, 2019) para a própria relação de propriedade ao qual ele está alicerçado. O quarto e último significado apresenta o comum como um fazer coletivo da multidão.

A concepção da multidão em Hardt e Negri (2016) surge em meio a uma consistente genealogia da palavra, mas é principalmente na análise que os autores fazem de Spinoza que surgem os principais argumentos sobre o que a multidão é:

[...] um corpo complexo e misto, composto pela mesma lógica de clinâmen e encontro. Desse modo, a multidão é um corpo inclusivo no sentido de que se mostra aberto a encontros com todos os outros corpos, e sua vida política depende das qualidades de seus encontros, sejam eles alegres e formem corpos mais poderosos ou sejam tristes e se decomponham em corpos menos poderosos (HARDT e NEGRI, 2016, p. 60)

Hardt e Negri (2016) se utilizam dessa mistura de significados, às vezes contraditórios entre si, para definir o comum e acabam dificultando qualquer tentativa de alcançarmos uma concepção mais assertiva sobre o conceito. Dardot e Laval (2016) no livro *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI* tecem algumas críticas em relação ao trabalho dos filósofos. Para fins desta pesquisa, as críticas de Tonucci (2017) se mostram mais pertinentes.

Hardt e Negri acabam por ignorar o comum material, identificando-o erroneamente com o âmbito “natural”, e desconhecendo assim a espacialidade de muitas práticas e espaços comuns socialmente produzidos (particularmente no espaço urbano). Ao focarem na produção biopolítica, os autores não apenas minimizam a importância da produção industrial de mercadorias sob o capitalismo global – que não pode ser reduzido à imaterialidade absoluta da economia financeira e cognitiva, mesmo em termos tendenciais –, mas passam ao largo das mediações, hibridismos e complementaridades entre as diversas dimensões e manifestações do comum. (TONUCCI, 2017, p. 101)

A forma como o trabalho de Hardt e Negri (2016) compõe com esta pesquisa tem relação com a lente que os autores utilizam para enxergar o comum, mesmo que carregando uma definição flutuante do conceito, e também a relação que eles estabelecem com a multidão. Gosto particularmente de pensar que a multidão, esse conjunto de singularidades cooperantes, é uma forma mais interessante de situar a produção do comum. Se a comunidade em sua definição clássica não leva em consideração as individualidades, a multidão, ao contrário, necessita das singularidades para seguir produzindo.

A ação relativa ao comum deve ser orientada não só para o acesso e a autogestão da riqueza compartilhada, mas também para a construção de formas de organização política. O homem do comum deve descobrir os meios de criar alianças entre uma ampla variedade de grupos sociais na luta, incluindo estudantes, trabalhadores, desempregados, pobres, aqueles que combatem a subordinação racial e de gênero, e outros. [...] Naturalmente, a ação relativa ao comum não envolve imaginar que as identidades possam ser negadas, de modo que todos descobrirão que são, na base, as mesmas. Não, o comum não tem nada a ver com uniformidade. Ao contrário, na luta, grupos sociais distintos interagem como singularidades, e são esclarecidos, inspiradores e transformados pelas trocas uns com os outros. (HARDT E NEGRI, 2014, p. 141)

O comum de Hardt e Negri (2016) está orientado na direção da construção e experimentação de novas formas de organização política e social, constituída por singularidades cooperantes em plena autonomia e em interação, em busca de reestabelecer novas formas de convivialidade, de vida em comum, para reinventar/criar políticas de felicidade, da alegria e do amor.

1.4.2. O comum da perspectiva feminista

O que nos ensinam as lutas das mulheres ao redor do mundo? O que essas lutas têm a ver com o comum? É Silvia Federici (2014) que nos introduz a uma perspectiva feminista do comum. Para a pesquisadora e ativista associada à tradição radical do Marxismo feminista e autonomista, as mulheres são sujeitas principais do trabalho reprodutivo, logo dependem mais que os homens do acesso aos recursos comuns e estão mais comprometidas com a sua defesa (FEDERICI, 2014). Além disso, Federici (2017) argumenta que para a transição do feudalismo para o capitalismo foi necessária a livre apropriação de imensas quantidades de trabalho e recursos que são colocados como externos ao mercado, como o trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres, essencial à reprodução social. Em “O Calibã e a Bruxa”, Federici (2017) demonstra que na primeira fase do desenvolvimento capitalista, quando as terras comunais foram cercadas, as mulheres fizeram parte da primeira linha de defesa contra os cercamentos. Como um contra ataque às mobilizações das mulheres e suas fortes conexões com as terras comuns e um estilo de vida comunal, nesse mesmo período, durante os séculos XVI e XVII, aconteceu o mais violento ataque às mulheres já conhecido: a caça às bruxas. Mesmo quando dedicados ao estudo da “transição para o capitalismo”, os historiadores (na sua grande maioria homens) esqueceram por completo do papel da caça às bruxas nesse processo.

O que ainda não foi reconhecido é que a caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. Isso porque o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social. A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social. (FEDERICI, 2017, p. 294)

Sobre a incompatibilidade de algumas existências com os cercamentos promovidos por um Estado capitalista, Federici (2014) aponta dados que demonstram ao redor do mundo inteiro o protagonismo das mulheres na sustentação de modos de vida onde o comum sustenta as práticas sociais.

No Peru, quando os conquistadores passaram a ter o controle dos povos, as mulheres escaparam para as montanhas, onde recriaram modos de vida coletivos que

sobrevivem até hoje [...] As mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta. Na África, produzem 80% dos alimentos que a população consome, apesar dos esforços do Banco Mundial e de outras agências internacionais para convencê-las a dedicar seus esforços aos cultivos comerciais [...] Também na Índia as mulheres têm lutado para recuperar as matas degradadas e proteger as árvores, unindo esforços para expulsar os madeireiros e bloquear operações de mineração e de construção de represas (FEDERICI, 2014, p. 151)

Nesse contexto, Federici argumenta que a esquerda ainda não formulou propostas para tornar o comum como um princípio organizativo de uma economia não capitalista, assim como não articulou as experiências do comum de modo que as tornem fundamentos de um novo modo de produção (TONUCCI, 2017).

As diferenças entre a concepção do comum situada na obra de Hardt e Negri (2016) e na obra de Federici (2014) é que os autores enfatizam a produção de um tipo específico de trabalho (imaterial e cognitivo), em um tipo específico de sociedade (ocidental, capitalista, neoliberal, globalizada), com competências que não estão disponíveis à boa parte da população mundial.

O que os aproximada de certo modo é a ideia de que a formação do comum é imanente a organização do trabalho e da produção. Só que Hardt e Negri (2016) ignoram que esse trabalho ao qual eles se referem está intrinsecamente conectado a atividades econômicas como a mineração, por exemplo, que geram muitos impactos sociais e ambientais. Dessa forma, ao olhar para o comum da perspectiva da produção imaterial, a teoria de Hardt e Negri (2016) não dá a devida atenção para a questão da reprodução da vida cotidiana, que é o principal foco de Federici, que não desvincula as exigências materiais necessárias para a construção de uma outra economia baseada no comum e que não está subordinada às relações capitalistas (TONUCI, 2017, p. 82).

Dessa forma, Federici defende que uma política do comum deve ser encarada a partir de uma perspectiva que se constrói nas lutas contra a discriminação sexual e o trabalho de reprodução social.

Federici (2010) destaca a centralidade contemporânea das mulheres pobres na produção de alimentos para subsistência, na criação de associações autônomas de crédito baseadas na confiança, na resistência a grandes projetos de desenvolvimento destrutivos (mineração, barragens, desmatamento, etc.), na luta contra a privatização da terra e de recursos essenciais à vida, e nos esforços de coletivização do trabalho de reprodução como meio de reduzir seu custo e de se proteger mutuamente contra a pobreza e a violência doméstica e estatal. Essas práticas expressam um mundo em que laços comunais são ainda fortes: entretanto, elas não devem ser vistas como “naturais” ou pré-políticas, tampouco como oriundas tão-somente de tradições arcaicas, na medida em que após sucessivas fases de colonização, a natureza e os costumes só resistiram onde as pessoas tem lutado para preservá-los e reinventá-los. (TONUCI, 2017, p. 86)

A política do comum em Federici (2014) é inspirada pelo feminismo materialista norte-americano. A autora defende a transformação do trabalho doméstico e do espaço da casa, e a criação de formas coletivas de viver que passam pela perspectiva do comum. Com isso haveria uma profunda transformação na vida cotidiana. Na interpretação de Silvia Federici por Tonuci (2017) essa transformação tem o intuito de “recombinar o que a divisão social do trabalho no capitalismo separou, e portanto de superar a perversa conexão que há entre a reprodução de nossas vidas e a exploração e extermínio de muitas outras vidas no mundo” (TONUCI, 2017, p. 84).

Ainda dentro da perspectiva feminista do comum, gosto particularmente do trabalho que vem sendo desenvolvido por Alana Moraes. Em seu artigo “Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo”, Moraes (2018) realiza uma etnografia pelos “espaços de construção coletiva da cotidianidade” (Galindo apud Moraes, 2018) de uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST.

Com o olhar atento para as relações que se estabelecem no cotidiano de uma ocupação

cozinhar junto, ajudar nos casos de doenças, compartilhar informações sobre as burocracias necessárias para o cadastro de espera pela casa própria; correr o risco de fragilizar os laços familiares domésticos enquanto se produz outros, “na rua”, “na luta”; “passar a noite no acampamento”, escutar o sofrimento de outros e oferecer o seu relato de sofrimento como exercício permanente de alteridade. Cuidar da segurança do grupo, das crianças e dos mais velhos (MORAES, 2018, p. 67)

Alana reinterpreta os problemas sociais e as lutas urbanas como práticas de experimentação do estar junto e da gestão das vulnerabilidades individuais e coletivas. Em seu trabalho é central a discussão sobre o problema da reprodução social, dos cuidados e do sofrimento. Alana nos conduz pelos lugares historicamente invisibilizados de produção do comum, onde é possível encontrar as sementes de onde brotam práticas ancestrais de resistência e sobrevivência: cozinhas, relações, curas e novas corporalidades.

Essa política sem-teto que se atualiza na possibilidade de viver junto e se fabrica desde a matéria-prima de uma vulnerabilidade compartilhada é, sobretudo, uma composição das mulheres – empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras, babás, mães, avós, “donas de casa”, mulheres que vendem bolo e café na saída do trem ou metrô - a classe que cuida – e é com elas que seguimos vários caminhos que aqui se abrem (MORAES, 2018, p. 66)

Em Moraes (2018) nos direcionamos para as fabricações cotidianas de vínculos, suas implicações e relações. Para a autora, essa é uma questão sobre pensar as lutas urbanas e os novos movimentos sociais de uma perspectiva das relações. No caso do MTST, sua hipótese é

a de que a experiência do “fazer junto” neste movimento de ocupação e reivindicação de moradia se constitui como um comum urbano. São as mulheres do movimento, durante o período de ocupação, que estavam vinculadas ao trabalho cotidiano de fazer relações e (re)constituir comunidades, dimensão fundamental da luta coletiva.

Essas relações que se produzem no cotidiano permitem uma experiência de geração de uma infraestrutura capaz de permitir a reprodução da vida material mais básica – desde as cozinhas coletivas que possibilitam a alimentação, a “segurança” do terreno responsável pela proteção do grupo, o compartilhamento dos cuidados das crianças. Dividir a pasta de dente, elaborar um dispositivo de fiação elétrica para esquentar a água do café e assim economizar o gás. O trabalho afetivo das mulheres que sustentam as ocupações é um trabalho indispensável para o funcionamento do cotidiano e tem a ver com uma certa habilidade para contornar e amortecer os momentos mais difíceis. (MORAES, 2018, p. 71)

Tanto Federici (2014) quanto Moraes (2018) tratam sobre as experiências que as mulheres têm acumulado em relação à luta pelos recursos comuns e que fazem parte da luta anti-capitalista. Santana e Almeida no artigo “Mulheres negras e o comum: memória, redes sociais e táticas cotidianas” abordam as soluções coletivas que mulheres negras inventam para a manutenção de suas vidas e comunidades. Soluções que abrangem o compartilhamento de alimentos e cuidados com crianças e idosos a moradias entre núcleos familiares distintos. Essas táticas que fazem parte das memórias dessas mulheres negras, que são compartilhadas oralmente e pelas redes, e que estão presentes “nos quilombos, nas ações cotidianas de sabotagem e recusa, no candomblé, no samba, essas mulheres forjam soluções culturais para os problemas econômicos” (SANTANA e ALMEIDA, 2017, p. 58), são consideradas comuns. O comum da perspectiva feminista está muito mais vinculado ao que é necessário para a reprodução social, como a partilha dos meios materiais, e os mecanismos ligados a ela, como os laços de apoio mútuo. Segundo Moraes (2018), é comum encontrar relatos de mulheres que afirmam que o encontro com o movimento de ocupação foi uma possibilidade de “curas” para suas doenças:

um momento no qual o sofrimento individual e o desespero, encontram, justamente, uma nova dimensão capaz de produzir implicações e interdependências. A “cura” é produzida por esses diversos deslocamentos. O primeiro tem a ver com o reconhecimento da vulnerabilidade do outro, o segundo com a nova espacialidade vivida para além da casa e do espaço doméstico e uma nova comunalidade radical, o terceiro deslocamento tem a ver com o momento de novas implicações e responsabilidades com a vida coletiva, o “tornar-se alguém que importa” porque se é capaz de “fazer funcionar” as demandas do acampamento (MORAES, 2018, p. 73)

Nesse sentido, é interessante observar que pelas palavras de Moraes (2018), as mulheres da luta por moradia, ao passarem do acampamento para a casa própria, conquista muito bem vinda após vários anos de luta, reconheceram que a propriedade privada promoveu o desmoronamento dessas dinâmicas coletivas. É por isso que observamos no debate sobre o comum a associação do conceito a possibilidade de modos de existências mais saudáveis em sentido amplo e irrestrito.

Para Hedva apud Moraes (2018), o gesto mais profundamente anti-capitalista em nossas sociedades é o cuidar de alguém e cuidar de si, e isso engloba cuidar, alimentar, receber - práticas que são historicamente invisibilizadas, além de apoiar, honrar e fortalecer o outro em suas vulnerabilidades e fragilidades. Hedva defende o cuidado no centro da política “proteger uns aos outros, fazer e praticar comunidade. Um parentesco radical, uma socialidade da interdependência, uma política do cuidado” (Hedva, 2015 apud Moraes, 2018)

É importante salientar que a luta e a produção do comum estão alinhadas a outras lutas que rejeitam o progresso e o etnocentrismo a ele associado, como o bem viver, o decrescimento, a luta dos povos indígenas por território e afirmação cultural, a permacultura, os direitos animais e dos não-humanos, entre outras que apontam para a existência de outras economias e práticas de valor fora do capital (TONUCCI, 2017).

1.4.3. O comum da práxis de David Bollier

David Bollier (2016), escritor, ativista e estrategista de políticas americano, publicou em 2014 o livro “Think Like a Commoner: A Short Introduction to the Life of the Commons” ainda sem tradução para o português. O que mais se destaca no trabalho de Bollier (2016) é como ele articula o debate teórico sobre o comum com as práticas coletivas, fazendo com que haja um avanço em relação a uma concepção da experiência vivida do comum, ou seja, do conceito vivenciado na prática. A meu ver essa é uma das obras que mais se destaca na missão de tornar o debate acessível e vinculado a sua práxis.

Porém, é inegável que Bollier (2016) atribui significados para o comum que podem ser contraditórios entre si. Como quando ele vincula o “novo” e a “inovação” ao “comum”. Em alguns trechos o próprio autor reconhece que o “redescobrimto do comum” tem seu lado irônico justamente porque para milhares de pessoas em todo o mundo o comum nunca esteve escondido, muito pelo contrário, faz parte da cotidianidade dessas pessoas há séculos em forma de alimentos, lenha, água, pesca, caça, frutos e muito mais. Portanto não acredito que seja possível falar que o comum foi redescoberto novamente, tendo em vista que a

sobrevivência de inúmeras comunidades depende exclusivamente dele. Uma enorme quantidade de pessoas segue fazendo a gestão coletiva de suas terras, águas, culturas e conhecimentos sagrados.

Para Bollier (2016), o comum é

Um sistema social de gestão sustentável dos recursos, que protege os valores compartilhados por uma comunidade e sua identidade; Um sistema de auto-organização através do qual as comunidades gerenciam recursos (renováveis e não renováveis) com pouca ou nenhuma dependência do Estado e do mercado; A riqueza que herdamos ou criamos juntos e que deve chegar intacta ou ampliada para nossos filhos. Esta riqueza coletiva inclui os dons da natureza, infraestrutura urbana, obras culturais, tradições e conhecimentos; Um setor da economia (e da vida!) que gera valor de maneiras que muitas vezes consideramos certas, e que tanto o mercado como o estado muitas vezes ameaçam (BOLLIER, 2016, p. 173, tradução nossa)

Como é possível observar, a definição do comum em Bollier (2016) tem um caráter fluante, onde ora é um recurso, ora é um recurso que está sempre atrelado a uma comunidade; ora é um princípio político. Para minimizar as dúvidas que sua definição causa, Bollier (2016) resolve o impasse propondo uma equação que ao me ver se torna muito elucidativa: Comum = recurso + comunidade + um conjunto de protocolos.

Essa simplicidade na busca por definir o comum é justamente o que torna a sua obra acessível, tornando o comum de fácil difusão e incorporação no vocabulário político das ruas, pautas e reivindicações de diferentes naturezas, o que é muito valioso quando se trata de um conceito que se pretende orientador de lutas sociais.

Eu gosto de pensar que ao nomear os comuns podemos aprender a recuperá-los. Podemos começar a adquirir uma perspectiva mais clara dos limites do mercado e aprender a participar fazendo comum com os outros. (BOLLIER, 2016, p. 13)

Ainda que difundindo e tornando acessível o debate sobre o comum, Bollier (2016) tem a compreensão do quanto falar sobre ele envolve dimensões epistemológicas e ontológicas.

Não há maneira possível de lidar com a complexidade de todas as arestas metafísicas e epistemológicas colocadas pelos comuns [...]. E, de fato, esses assuntos estão de alguma forma cercados de mistérios, pelo menos para aqueles de nós que se encontram confinados na concepção ocidental, moderna e científica do mundo. Nossa cultura e nossa língua não nos preparam para perceber as raízes espirituais e humanistas dos comuns. Apesar disso, é possível vislumbrar maneiras de ver, ser e agir no mundo muito diferente das que conhecemos. (BOLLIER, 2016, p 150)

Um exemplo disso que Bollier (2016) cita acima é o bem viver proposto pelos povos indígenas latino-americanos, uma proposta que engloba uma cosmovisão totalmente diferente da ocidental, não antropocêntrica, posto que surge de raízes comunitárias não capitalistas, mais alinhadas ao que podemos considerar sociobiocêntricas (SAVAZONI, 2018). Dessa perspectiva, devemos viver sob os princípios da reciprocidade, fraternidade, convivência com outros seres da natureza e no profundo respeito pela terra. O bem viver e o comum estão construídos a partir de cosmogonias distintas, mas ambos são aliados na construção de um processo real de transformação anticapitalista (SAVAZONI, 2018).

Nesse sentido, o comum desafia a lógica materialista e questiona alguns dos mitos que constituem a essência do neoliberalismo, da economia de mercado e da modernidade ao rejeitar a ideia de que a inovação tecnológica, o crescimento econômico e o consumismo irão melhorar nossas vidas. Bollier (2016) afirma que a atividade econômica da sociedade capitalista gera tanto sofrimento ou miséria quanto riqueza.

Para Bollier (2016), há um paradigma do comum que consiste em modelos evolutivos e funcionais de autoabastecimento e gestão que combinam o econômico e o social, o coletivo e o individual. No quadro a seguir (quadro 2), traduzida do livro de Bollier (2016), fica claro o choque entre o paradigma do lucro a todo custo e o paradigma do comum.

Quadro 2 – Paradigma do lucro vs. Paradigma do comum

	Paradigma do lucro	Paradigma do comum
Recursos	A escassez de recursos é um fato e também pode ser criada (com barreiras e exclusões)	A troca permite que haja uma quantidade suficiente de recursos não simultâneos para todos. Os recursos que podem ser consumidos simultaneamente existem em abundância
	Estratégia: alocação “eficiente” de recursos	Estratégia: o fortalecimento das relações sociais é decisivo para garantir o intercâmbio equitativo e o uso sustentável dos recursos.
Pensamentos	Os indivíduos maximizam	Os seres humanos são, antes

individuais	seus próprios benefícios (Homo economicus).	de mais nada, seres sociais cooperativos
Relações humanas e separação com a natureza	Individualismo vs. coletivismo. Sociedade vs. Natureza	Interdependência Os indivíduos e o coletivo estão aninhados um no outro e apoiam-se mutuamente.
Agentes de mudança	Lobbies políticos poderosos, grupos de interesse e políticas institucionalizadas voltadas para os governos	Comunidades diversas trabalham em redes distribuídas com soluções da periferia social
Prioridades	Intercâmbio comercial e crescimento (PIB) por iniciativa individual, inovação e "eficiência".	Valor de uso, riqueza comum, meios de subsistência sustentáveis e complementaridade comercial.
Questão central	O que pode ser comprado e vender?	O que eu preciso ou preciso para viver?
Governança		
Tomada de decisão	Hierárquica, de cima para baixo, estruturas de comando e controle	Horizontal, descentralizado, de baixo para cima, Organização, monitoramento e ajuste autônomo de uso de recursos
Princípio de decisão	Por maioria	Consenso
Relações sociais		
Relações de poder	Centralização e Monopólio	Descentralização e colaboração.
Relações de propriedade	Propriedade privada exclusiva: Eu posso fazer o que quero com o que é meu.	Posse e uso coletivo: todos nós somos responsáveis pelo que nós co-utilizamos

Acesso a recursos de consumo não simultâneo (terra, água, florestas, etc.)	Acesso limitado: o proprietário define as regras.	Acesso limitado: os usuários definem as regras
Acesso a recursos de consumo simultâneo (ideias, código, etc.)	Acesso limitado: a escassez é criada artificialmente com leis e tecnologia.	Acesso ilimitado: o acesso aberto é a norma padrão.
Direitos de uso	Concedidos pelo proprietário (ou não).	A prioridade são direitos individuais. Concedido pelos usuários co-produtores. Prioridade é equidade e acesso para todos.
Prática social	Sucesso às custas dos demais, predomina a concorrência.	Criação de bens comuns, a cooperação predomina.
Produção de conhecimento	Ideologia e valores corporativos incorporados na educação e na produção de conhecimento	Produção em pares, em redes colaborativas que permitem perspectivas diversas.
	Conhecimento como um bem escasso, bom para comprar e vender.	Conhecimento como um recurso abundante para o bem comum da sociedade.
	Tecnologias proprietárias	Tecnologias gratuitas e de código

		aberto
	Conhecimento e experiência especializados	O conhecimento está sujeito ao controle democrático e social
Consequências para		
Recursos	Esgotamento / abusos de recursos. Cercamentos	Conservação / manutenção. Reprodução e expansão.
Sociedade	Individual vs. Interesses coletivos. Exclusão	"Meu crescimento pessoal é uma condição para o sucesso de os demais e vice-versa". Emancipação através de laços cordiais.

Fonte: Quadro extraído do livro *Pensar desde los comunes: una breve introducción* (2016) de David Bollier, traduzido pela autora. Segundo Bollier, esse quadro foi criado por Silke Helfrich e apareceu pela primeira vez no "The Wealth of the Commons: A World Beyond Market and State" publicado em 2012.

Como é possível reparar no quadro acima, mudar a chave do paradigma do lucro para o paradigma do comum demanda acreditar no potencial criativo das relações sociais. O comum funciona porque as pessoas chegam a conhecer e a experimentar as condições singulares da gestão de um recurso e terminam dependendo um dos outros e se afeiçoando ao recurso em si, seja um bosque, um lago ou um pedaço de terra. Essas relações que se criam entre as pessoas e seus recursos são fundamentais para a manutenção do comum.

Para ver os bens comuns - para realmente vê-los - é necessário fugir da mentalidade hiper reducionista da economia e da cultura baseadas no mercado. Temos que aprender a ver que a lógica cooperativa pode estimular as instituições humanas e que, com normas e estruturas sociais corretas, essa ética humanística de fato funciona. A cultura de mercado estreitou insidiosamente nossa imaginação (BOLLIER, 2016, p. 149, tradução nossa).

E para recuperar nossas capacidades de imaginação, Bollier (2016) elenca quatro forças do comum nas quais devemos nos apegar. A primeira é uma visão de mundo e uma sensibilidade ecumênica em espírito e análise, sem ser uma ideologia rígida e totalizadora, mas sim uma semente para uma mudança não determinada, flexível e acessível para distintas

culturas e sociedades. A segunda é a bagagem histórica legal venerável que remonta ao Império Romano, fonte de ensino, credibilidade e modelos para inovação política e legal atual. A terceira é o discurso e marco intelectual que nos permitem criticar a cultura de mercado e validar a cooperação humana e a comunidade. E por última é a variedade de protótipos exitosos que podem servir como exemplos.

Rodrigo Savazoni, pesquisador, co-diretor do Instituto Procomum e autor de “O Comum entre nós”, primeira obra nacional transformada em livro que se dedica exclusivamente sobre o conceito, afirma que não há comum sem “comunar”, ou seja, não há comum sem o processo de produzi-lo. E a partir dessa afirmação, se dedica em seu livro a apontar diversos exemplos onde o comum é produzido, narrando histórias que vão desde movimentos de ocupação de espaços públicos até os fazeres próprios das diversas manifestações da cultura popular.

Esse meu livro procura posicionar um pouco as várias teorias, os vários pensamentos, e ao mesmo tempo começar a lançar mão de alguns questionamentos, algumas tentativas de tradução e aproximação das ideias sobre o comum com o universo do sul global, com a realidade brasileira, com outras referências epistêmicas que não as do norte, não centradas nos estudos que de alguma maneira se referenciam muito sobretudo na Europa. (SAVAZONI, 2020)

Savazoni (2018) faz o vínculo entre o comum e os laboratórios cidadãos, inspirado por LaFuente, Fressoli e Parra (2017), afirmando que sempre que houver um comum em construção, há a necessidade de se instituir um laboratório cidadão, que se constitui enquanto espaços de convivência, onde aprendemos novas maneiras de se viver, maneiras abertas, sustentáveis e autogestionadas. “No centro da discussão política sobre o comum está a busca por outra forma de viver, baseada na colaboração, na partilha e nos afetos” (SAVAZONI, 2018, n.p)

Iremos retomar a questão dos laboratórios mais para frente, por agora é importante estabelecer as diferenças entre um laboratório tradicional acadêmico e um laboratório cidadão ou, como também vamos denominar mais para frente, laboratório do comum. O primeiro é um ambiente com rígidas fronteiras com o mundo exterior, delimitando quem pesquisa de quem é pesquisado, asséptico. O segundo não faz distinção entre o de fora e o de dentro, mobiliza (e se enriquece com) conhecimentos distintos, é marcado pela experiência e realiza um esforço permanente de abertura (PARRA e MORAES, 2019).

Tanto para Bollier (2016) quanto para Savazoni (2018), o comum nos oferece uma poderosa plataforma com que articular um léxico capaz de renovar nosso pensamento político,

afirmando a partir disso que outro mundo é possível, mas não existem respostas pré fixadas, temos que cria-las nós mesmos. E para isso o comum nos proporciona diversas esperanças.

1.4.4. O comum como princípio político de Dardot e Laval

Considerando que Hardt e Negri (2016) inauguram uma nova perspectiva do comum ao não mais resumi-lo somente aos bens naturais, Dardot e Laval (2016) deram um passo adiante e refundaram de maneira rigorosa o conceito. Em *Comum: Ensaio sobre a revolução do século XX*, Dardot e Laval (2016) fazem uma enorme contribuição para o debate teórico ao realizarem um esforço para construir uma completa genealogia sobre o comum, propondo um diálogo crítico entre os seus sentidos mais variados e nos possibilitando acesso à dimensão tanto da polifonia quanto da polissemia da palavra.

Os autores filósofos propõem uma interpretação própria do conceito que consiste no comum enquanto um princípio político, desvinculando-o do sentido de coisa, de substância ou de qualidade própria. Assim, o comum não pode ser um objeto, ele está aquém de qualquer objetivação e não pode ser confundido com um recurso. Para Dardot e Laval, o comum seria então o princípio que faz buscar o objetivo: no caso tornar um recurso um comum. E para isso é necessário participar de uma atividade de deliberação. Dessa forma, verifica-se que o comum, enquanto um princípio, vem antes do recurso em si.

Os autores também estabelecem uma diferenciação entre aquilo que é um recurso comum em razão da sua natureza, como a luz ou ar, e em razão do direito, como o mar, os patrimônios comuns da humanidade, a linguagem, as obras intelectuais de domínio comum; e o comum enquanto princípio que orienta as atividades de tornar o recurso um comum. Nesse sentido, é sempre a atividade que põe algo em comum. Portanto, o comum é uma decisão, cada comum deve ser instituído através de um fazer-comum que parte dos coletivos que lhes dão vida.

Já está evidente a partir dos subtópicos anteriores que o debate sobre o comum está situado em um contexto de crítica e oposição ao capitalismo. Em Dardot e Laval (2016) ele ocorre a partir da constatação de que o sistema vigente atual está destruindo todas as condições de vida no planeta. Para os autores, a humanidade ainda não se deu conta de um destino comum, em referência a isso e ao famoso artigo de Garret Hardin (1968), eles brincam sobre a existência de uma “tragédia do não comum”.

Essa tragédia não vem do fato de a humanidade ignorar o que a espera, mas de ser dominada por grupos econômicos, classes sociais e castas políticas que, sem abrir mão de nenhum de seus poderes e privilégios, querem prolongar o exercício da dominação por meio da manutenção da guerra econômica, da chantagem do desemprego, do medo dos estrangeiros [...] Ao mesmo tempo que pagamos o preço da ilimitação capitalista, somos atormentados pelo enfraquecimento considerável da “democracia”, isto é, dos meios que, apesar de raros e limitados, possibilitavam contar a lógica econômica dominante, conservar espaços vitais não mercantis, apoiar instituições regidas por princípios que não fossem do lucro, corrigir ou atenuar os efeitos da “lei da concorrência mundial” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 14)

Quando os autores citam o enfraquecimento considerável da democracia eles se referem a subordinação do Estado às exigências do mercado. Para Tonucci (2017), vivenciamos um momento de euforia com o último ciclo global de protestos, que justamente se manifestavam contrários às forças desumanizadoras e ambientalmente destrutivas do capitalismo neoliberal sob a permissividade do Estado e a serviço da reprodução da desigualdade e da injustiça, para a seguir nos depararmos com o estreitamento do horizonte democrático e a emergência de discursos distópicos e apocalípticos (TONUCCI, 2017, p. 21). Perante a isso, é preciso buscar por forças sociais, modelos alternativos, modos de organização e conceitos que deem esperanças de que existem possibilidades para além do capitalismo.

Para Dardot e Laval (2016), é nesse contexto, ou melhor, nessa busca pelo que pode vir depois que o comum ganha importância, pois aponta justamente para uma outra direção, dessa vez não mais vinculada às crenças e esperanças progressistas depositadas no Estado, mas sim nas buscas coletivas de novas formas democráticas.

[...] o “comum” tornou-se princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso. Longe de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo “comum” designa não o ressurgimento de uma ideia comunista eterna, mas o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 17)

Os autores questionam a base filosófica, jurídica e econômica do capitalismo, cujo princípio exclui as coisas de uso comum. Essa “ficção proprietária”, a qual os autores se referem, se estende ao campo da cultura, das ideias, da tecnologia e da vida, ao mesmo tempo que também demonstra seus limites e efeitos. E se engana quem acha que a propriedade quando pertencente ao Estado se configura como contrária a essa ficção, sendo mais a sua transposição e complemento.

[...] foi o Estado que, no Brasil, entregou os transportes públicos das grandes cidades ao setor privado; também é o Estado que, em Istambul, privatiza os espaços urbanos em benefício das grandes empresas imobiliárias; e é ainda o Estado que, na Etiópia, concede a multinacionais as terras das quais é o único proprietário com contratos vigentes por 99 anos. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 19)

Em sua obra, Dardot e Laval (2016) buscaram identificar no princípio político do comum o sentido dos movimentos, lutas e discursos que se opuseram à essa racionalidade neoliberal de privatização de todas as esferas da vida. O princípio, segundo os autores, é aquilo vem primeiro e fundamenta todo o resto. Dessa forma, o comum enquanto um princípio ordena, comanda e rege toda a atividade política. Nesse sentido político, o comum nos obriga a imaginar uma nova instituição dos poderes na sociedade. “O comum, tal como o entendemos aqui, significa antes de tudo o governo dos homens, das instituições e das regras que eles adotam para organizar suas relações” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 485). É por isso que os filósofos tecem críticas aos autores que adotam uma definição que está sempre oscilando em relação ao conceito ao sobrepor significados. Para ambos, há uma distinção clara entre o comum e os comuns.

Nada é comum em si ou por natureza, apenas as práticas coletivas decidem, em última análise, o caráter comum de uma coisa ou um conjunto de coisas. Portanto, há comuns de espécies muito diversas, em funções do tipo de atividade dos atores que os instituem e se empenham em conservá-los e mantê-los vivos (comuns fluviais, comuns florestais, comuns de produção, comuns de sementes, comuns de conhecimento, etc) [...] é sempre a atividade que “comuniza” a coisa, inserindo-a num espaço institucional pela produção de regras específicas relativas a seu encargo” (Dardot e Laval, 2016, p. 618)

Ao final de sua obra, Dardot e Laval (2016) redigem um programa sobre o que seria uma “política do comum” sob a forma de nove proposições, que podemos resumir como: 1) Adotar o comum enquanto princípio para criar instituições de autogoverno onde as pessoas agem em conjunto e devem ter a possibilidade de participar das regras que os afetam, do governo das instituições nas quais atuam, vivem e trabalham; 2) Rever e criar alternativas contra o direito de uso à propriedade, especialmente quando se trata dos comuns que devem permanecer distantes da esfera da propriedade, como os saberes coletivos e as sementes, por exemplo; 3) Desvincular o trabalho com e pelo outro do trabalho da lógica capitalista. O trabalho pelo comum pressupõe engajamento, cooperação concreta em grupos livremente constituídos. O trabalho do capitalismo se reduz a um meio de acumulação de capital onde ocorre a cooperação forçada; 4) Instituir a empresa comum, liberando o trabalho do domínio do capital, tornando a empresa uma instituição da sociedade democrática, onde existe escolha individual de consumo, mas em esquemas decididos coletivamente, preferencialmente a nível

local, construindo assim uma nova instituição “cívica” do mercado, unindo o autogoverno dos produtores e a soberania dos consumidores; 5) Democratizar a economia, transformando-a em economia social, recusando assim a submetê-la a lei do lucro; 6) Fundar a democracia social a partir do princípio do comum, prevalecendo a participação política direta na decisão e na gestão daquilo que é posto em comum; 7) Submeter todos os serviços públicos ao princípio do comum, tornando-os instituições públicas do comum; 8) Instituir os comuns mundiais, reorganizando toda a sociedade e inventando um “direito comum mundial” de forma que seja possível superar a dificuldade da intergovernabilidade; 9) Fundar uma federação dos comuns de forma a organizar as relações entre as instituições dos comuns.

As quatro abordagens expostas até o momento exigiram uma apresentação muito maior. No entanto, como deixei claro no início deste capítulo, o objetivo aqui foi encontrar os pontos de aproximação entre elas para construir uma narrativa capaz de responder a pergunta posta lá no início: “sobre o que estamos falando quando falamos do comum?”. Nesse sentido, acredito que ao percorrer as perspectivas teóricas dos quatro autores escolhidos e dos muitos outros que contribuíram com essa narrativa, conseguimos estar mais próximos a uma resposta do que antes. Com a intenção de sanar eventuais dúvidas que possam ter permanecido, proponho no próximo capítulo os “Diálogos sobre o comum” onde realizo entrevistas com pesquisadores brasileiros que também se dedicam ao tema. Vale ressaltar que não se trata de buscar uma resposta única ou definitiva para a pergunta orientadora. A verdadeira intenção é, a partir de elementos extraídos do debate teórico e dos “Diálogos sobre o comum”, lançar luz sobre determinados aspectos do conceito que podem nos permitir olhar para as experiências que envolvem coletivos, grupos e comunidades, e identificar esse princípio orientador do comum, que gosto de chamar de fazer-comum. O que podemos aprender com essas experiências? O que elas têm a nos ensinar sobre o futuro que desejamos construir?

CAPÍTULO II

2. Diálogos sobre o comum

Diálogos sobre o comum reúne um conjunto de entrevistas realizadas a fim de compor dados para a presente pesquisa. Fui totalmente inspirada pelo projeto-capítulo “Diálogos sobre o feminismo contemporâneo” da tese de doutorado de Ana Paula Martins (2018), onde a autora pesquisadora transcreve e discute entrevistas com intelectuais, pensadoras e ativistas, buscando compreender as diferentes formas de expressão da ação política feminista e de mulheres a partir de seus corpos e visões de mundo. Apesar dos temas de nossas pesquisas serem distintos, o trabalho de Ana Paula Martins (2018) foi fonte constante de inspiração por seu cuidado e compromisso com a produção de conhecimento e sua forma de disponibilizá-lo e devolvê-lo ao mundo.

O que chamou a atenção de Ana Paula Martins para compor o “Diálogos sobre o feminismo contemporâneo” e que me fez reproduzir aqui a minha versão de “Diálogos sobre o comum” foi a possibilidade de produzir uma narrativa compartilhada, uma produção simultânea de dados, um modo de produzir um discurso em forma de mosaico que se constitui de uma série de experimentações e percepções postas lado a lado (MARTINS, 2018, p. 82). No que distingue nossas formas de compor os diálogos foi que Ana Paula Martins fez uso de som e imagem para a gravação das entrevistas, o que faz sentido no que enseja sua pesquisa acadêmica. Falar de corpo sem corpo soa anacrônico, como afirmou a própria pesquisadora.

Não tive a oportunidade de encontrar pessoalmente meus entrevistados. Para além da pandemia do novo coronavírus, a questão da distância física não facilitaria nosso contato presencialmente. Sendo assim, as entrevistas foram realizadas por e-mail, com todas as limitações que uma entrevista realizada à distância pode ter. A falta do olho no olho, a impossibilidade de apreender trejeitos, identificar incômodos, suspiros, entre outras possibilidades que a interação entre corpos pode captar. Consciente disso, me apeguei ao fato da produção do comum se encontrar em um contexto marcado pela disseminação das chamadas tecnologias de informação e comunicação, especialmente a Internet (PIRES, 2014), e segui em frente com a ideia das entrevistas.

As entrevistadas e entrevistados seguiram os critérios da pesquisa qualitativa, onde busquei reunir um número de vozes capazes de garantir representatividade de áreas de pesquisa e de atuação. A produção científica sobre o Comum está crescendo no Brasil, o que é um grande avanço para o debate se considerarmos que a bibliografia disponível sobre o tema

é majoritariamente produzida no hemisfério norte. Segundo Savazoni (2020), é preciso aproximar as “ideias sobre o comum com o universo do sul global, com a realidade brasileira, com outras referências epistêmicas que não as do norte, não centradas nos estudos que de alguma maneira se referenciam muito sobretudo na Europa”.

Realizei as entrevistas entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2021 com pesquisadores cujas pesquisas de alguma forma dialogam com a minha. Observo que minhas perguntas e as respostas dos entrevistados e entrevistadas estão situadas em seus contextos datados, tanto em relação à pandemia do novo coronavírus quanto em relação ao amadurecimento da própria pesquisa (neste caso diz respeito a minha capacidade de formular novas perguntas). Não limitei o número de páginas para que me respondessem, só deixei claro que faria entrevistas com mais pesquisadores, portanto não tive controle no tamanho das entrevistas, visto que a ideia original era publicar na íntegra todas as respostas.

Para a realização deste capítulo, entrei em contato com os pesquisadores informando as intenções da entrevista e o tema da pesquisa, deixando claro que utilizaria na íntegra suas respostas e que elas seriam colocadas lado a lado com outros entrevistados e entrevistadas. Todos foram receptivos e aceitaram participar. Como realizei as entrevistas à distância, enviei por e-mail as perguntas e aguardei as respostas conforme a disponibilidade de tempo dos entrevistados e entrevistadas. Apenas a entrevista de Marília Guarita foi realizada por whatsapp, através da troca de mensagens de voz. Algumas perguntas se repetem entre os entrevistados, outras não. Antes de elaborar as perguntas, mergulhei na trajetória de pesquisa de cada entrevistado, li suas produções e busquei, a partir disso, construir um conjunto de perguntas que me ajudassem a compreender melhor o conceito de comum da perspectiva de trabalho de cada um deles. Nesse contexto, é importante ressaltar que a minha formação como jornalista foi também um dos principais motivadores para a construção deste capítulo.

Para compor o “Diálogos sobre o Comum” me aproximei desses pesquisadores e pesquisadoras a fim de produzir conhecimento compartilhado. De alguma forma a solidão da produção acadêmica era algo que me gerava alguns incômodos. Se por um lado minha pesquisa me colocava em contato com coletividades, por outro foi de forma solitária que tive que elaborar muitos dos questionamentos que surgiram durante esta caminhada. Uma das formas de minimizar essa solidão foi construir coletivamente o “Diálogos sobre o Comum” para “experimentar uma ciência do Comum que possa restituir nossas capacidades de pensar em companhia” (PARRA e MORAES, 2019).

O engajamento coletivo é um dos pilares da produção, manutenção e sustentação do Comum. Este fazer-pensar-juntos me orientou para a definição desta metodologia para uma

tentativa de construir coletivamente a produção de conhecimento, um comum entre nós. Meu objetivo foi o de apreender o Comum a partir de diálogos com outras pessoas que se dedicam ao tema, pensar-com e não pensar-para as pessoas (PARRA e MORAES, 2019), para poder realizar uma espécie de triangulação (MARTINS, 2017) com o debate teórico e o relato de caso do terceiro capítulo, presentes respectivamente na primeira e na terceira parte desta dissertação.

O intuito aqui é que o leitor ou leitora chegue ao terceiro capítulo, onde apresento o relato do caso da Feira Cultural – Encontro na Praça, com a compreensão do comum, de modo que faça jus ao que ele é: não um objeto, tampouco uma essência que pode ser apropriada. Para isso apresento a seguir entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras com intuito de realizar um percurso coletivo de investigação de um comum que é da ordem da colaboração, do fazer-junto, da convivência e do cuidado. Ao fim de cada entrevista realizo uma breve sistematização do conteúdo abordado pelos entrevistados e entrevistadas, dialogando com os autores que foram apresentados no primeiro capítulo. Durante o processo de leitura e sistematização pude perceber que cada entrevistado e entrevistada faz emergir uma compreensão muito particular sobre o comum, a partir de suas próprias experiências e pesquisas, o que torna essa produção de conteúdo muito rica para avançarmos na compreensão do conceito.

Quadro 3 – Síntese das informações sobre entrevistados e entrevistadas

	Entrevistada(o)	Atuação	Pesquisa / experiência
1	Vladimir Sibylla Pires	Museólogo, professor da Escola de Museologia da UNIRIO	<i>Museus</i> e território para além do consumo cultural: o desafio do “ <i>comum</i> ” (2014).
2	Georgia Nicolau	Co-fundadora e diretora do Instituto Procomum	O Instituto Procomum é uma organização sem fins lucrativos, criado em 2016 na cidade de Santos/SP, que vem atuando no reconhecimento, fortalecimento e proteção dos bens comuns e novos arranjos comunitários.

3	Alana Moraes	Antropóloga, doutora pelo Programa em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ, integra o Pimentalab – Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento da UNIFESP.	Laboratório do Comum Campos Elíseos: corpos, território e tecnopolíticas do fazer-bairro (2019); Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo (2018).
4	João Tonucci	Doutor em geografia pela UFMG, professor de Economia Regional e Urbana do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG	Comum urbano: a cidade além do público e privado (2017)
5	Marília Guarita	Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo e diretora de recursos do Instituto Procomum.	A saúde integral e as práticas de cuidados na construção do Comum (em andamento)

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

2.1. Vladimir Sibylla Pires (UNIRIO) – Entrevista realizada em janeiro de 2020

Fernanda Martins: O que diferencia um espaço público de um comum?

Vladimir Pires: No meu entendimento, em uma primeira abordagem, todo “espaço público” é, em essência, um “espaço comum” (no sentido de “espaço compartilhado”, comum a mim e a

ti), embora a recíproca não seja necessariamente verdadeira. Creio que a diferença seja dada, em essência, pela existência e atuação do Estado (que, por sua vez, acaba condicionando a existência e atuação de todos nós). Por ele (Estado), temos que, se algo não me pertence, então pertence a todos; se pertence a todos, então não pertence a ninguém (em particular); se não pertence a ninguém (em particular), então é um bem público (comum a todos) e, por isto, pertence ao Estado (que, por sua vez, deve cuidar para que aquele bem / espaço público siga ali para todos; siga comum a todos, algo do qual todos possamos usufruir). Observe que, embora comum (a todos), passível de ser usufruído e compartilhado por todos, **esse espaço público é gerenciado pelo Estado, não pelos que compõem a coletividade, a [comun]idade. Por isto ele é “público”, não “comum” (no sentido que nos interessa).**

Mas vejamos isso melhor em um exemplo bastante simples: minha esposa é portuguesa e um dos núcleos familiares dela é de uma localidade chamada Paço D’Arcos, uma freguesia do Concelho de Oeiras, na Grande Lisboa. Quando pequena, minha esposa passava férias na casa dos avós paternos, que residiam em um anexo do pequeno palácio do século XVIII (o primeiro, do século XV, ruiu com o terremoto de 1755) que dá nome à localidade. Naquela ocasião o palácio ainda era residência dos descendentes do Conde de Arrochela. Em 2001, no entanto, seus descendentes alienaram o usufruto do bem para a municipalidade de Oeiras (que tinha, entre outras, a responsabilidade de transformar parte do prédio em uma casa-museu). Na ocasião, seus jardins foram abertos à visitação (ou seja, viraram um “espaço público”, algo a ser compartilhado por todos, comum a todos, da freguesia e não só), sob a administração da municipalidade.

A casa-museu nunca aconteceu e aquilo, com o tempo, foi se degradando. Em 2010, a municipalidade de Oeiras, alegando incapacidade de manutenção do bem público (enquanto bem público), decide transformá-lo em uma unidade hoteleira (um “hotel de charme”), por meio de uma concessão de 50 anos (ganha pelo grupo Vila Galé). Em 2012, quando lá estive durante minha bolsa-sanduiche, o gesto e o projeto ainda eram alvos de muita discussão, incluindo-se aí a preocupação dos autarcas (os localizados mais à esquerda no espectro político da municipalidade, pelo menos) de que o acesso aos jardins (seu usufruto), por exemplo, ficasse condicionado com a construção da nova unidade hoteleira, a ponto de afirmarem que não fazia sentido crer que, para se salvaguardar um patrimônio, fosse preciso se alienar tudo para a hotelaria. Mas estamos no neoliberalismo e o fato é que efetivamente o foi.

O fenômeno não é exclusivo português, obviamente, vem acontecendo direto em todo o mundo: antigos conventos, palácios, equipamentos militares etc., outrora sob a tutela do

Estado (cuja função, dentre outras, é a de cancelá-los como “patrimônio” e, com isso, garantir o usufruto dos bens e espaços públicos por todos, ou seja, fazer com que aquele espaço público tombado / patrimonializado seja um espaço comum, compartilhado), hoje estão virando espaços privados a partir de processos de licitação / concessão que, em seus termos, com vistas a minimizar o impacto do gesto junto à opinião pública, procuram garantir que parte do bem siga sendo pública.

Ou seja: o que é público é comum (neste sentido: de todos) mas o que é comum (certas áreas destinadas a esta coletividade chamada “hóspedes”, por exemplo) não é necessariamente público (pois está privatizado). **O comum que me interessa hoje, portanto, não é propriamente uma experiência conduzida pelo Estado ou mesmo pelo mercado (com suas indústrias criativas baseadas em redes colaborativas, co-workings e outros quetais); o comum que me interessa é o que, a um só tempo, embasa a (e resulta de uma) experiência cidadã. Sabe o “nós, o povo” das revoluções? Algo assim...**

No entanto, abrimos mão de nossa autonomia ao assinarmos aquele contrato com o Leviatã, no século XVIII. O Estado, então, no meu entender, tornou-se o fiel dessa balança (sendo aquele que poderá se comportar como um parceiro na garantia, um facilitador desse **exercício de cidadania, desse exercício coletivo, desse exercício comunal...ou poderá ser aquele que auxiliará / garantirá, ao contrário, o processo de expropriação do comum em prol da iniciativa privada**).

F.M. Quais diferenças podemos estabelecer entre patrimônio (ambiental, cultural, etc) e o comum?

V.P. Patrimonializar – dito de forma bastante simples, quiçá simplista / simplória – é dotar algo de valor (ou reconhecer, identificar, realçar esse valor). Tal valor pode ser venal (o que quer dizer que eu posso chamar um carro ou um imóvel de “meu patrimônio”, sem problema algum) ou pode ser simbólico. Normalmente ambos os valores andam juntos (pois um carro pode ter um valor afetivo para mim, assim como um quadro de Picasso pode valer milhões para um museu ou colecionador). **Quando eu tiro algo do mundo da vida, da sua cotidianidade, da sua ordinaridade, e digo que essa determinada coisa (seja um artefato, seja um saber-fazer, seja uma paisagem) precisa ser preservada (das inúmeras degradações possíveis e imagináveis) porque tem um valor (venal, simbólico ou ambos) que a torna excepcional (para além, portanto, de seu caráter ordinário), estou, então, patrimonializando.** Se eu vou além e digo que precisa ficar sob a tutela, sob a guarda específica de uma instituição própria para a preservação e comunicação do patrimônio (o museu), então estou musealizando. Todo objeto de museu, portanto, é um patrimônio, embora

nem todo patrimônio seja musealizado (ou seja, esteja dentro ou sob a tutela de um museu). Se eu identifico e realço esse determinado valor excepcional, que faz com que aquela determinada coisa (material ou imaterial) seja preservada (se eu a patrimonializo / musealizo), eu o faço para garantir, entre outras coisas, o seu usufruto (ou, pelo menos, o seu deleite) por todos. Ou seja, aquilo é um bem comum (a ser compartilhado por todos, ainda que sob a tutela do Estado, como nos casos dos bens tombados pelo IPHAN, por exemplo). E o comum aqui pode ter um caráter local (comum aos moradores que frequentam o Museu da Maré, por exemplo, e contribuíram para a sua formação), nacional (comum a todos os brasileiros que visitam o Museu Histórico Nacional atrás dos símbolos materiais de uma dada brasilidade) ou mesmo mundial (quando cidadãos do mundo todo – não importa seu país de origem, sua língua ou religião etc – encontram-se diante de um bem – cultural ou natural – identificado por um órgão supranacional como a UNESCO como de valor excepcional por representar justamente parte da história e do desenvolvimento da humanidade, dessa nossa história comum nesse planeta azul). Todo patrimônio é, neste sentido, comum porque tem um caráter público (ser acessível a todos, estar disponível para todos).

No entanto, nem todo patrimônio é um bem comum nos moldes de um Negri / Hardt ou de um Dardot / Laval (ou mesmo de um Garrett Hardin). Embora, certamente, um bem com essas características (uma paisagem ou um saber-fazer construído cotidianamente por todos) seja, por si só, um patrimônio (mesmo que a esfera oficial de reconhecimento do que seja patrimônio – o Estado – não o reconheça como tal). A Festa do Divido Espírito Santo, em Paraty, por exemplo, é algo **construído cotidianamente**, ano após ano, por uma coletividade desde o século XVIII. Por anos a fio, a festa foi “apenas” uma prática comum envolvendo a todos (ou a muitos) dessa comunidade. Porém, com o seu crescimento e fortalecimento, dada a excepcionalidade adquirida (para além da comunidade local), no entanto, foi reconhecida, em dado momento, como Patrimônio Cultural Brasileiro. O mesmo aconteceu com o Círio de Nazaré, a maior procissão brasileira e uma das maiores do mundo, hoje reconhecido(a) como Patrimônio da Humanidade (não apenas Brasileiro, portanto.).

Tudo isto é um “comum” e este comum era patrimônio – no sentido de que “tem valor” – muito antes dessas esferas (IPHAN, UNESCO) assim o designarem. Todo o comum construído cotidianamente por uma coletividade, portanto, é (ou poder ser encarado como) um patrimônio (ao menos dessa comunidade). E todo patrimônio, por sua vez, é comum.

A tua pergunta e a minha resposta, no entanto, trazem para jogo duas compreensões de “comum”: **aquilo que herdamos da natureza, por exemplo, e, neste sentido, deve ser de usufruto de todos (como a água, o ar etc.) e aquilo que é fruto de um empenho coletivo,**

um compromisso de todos com a construção cotidiana de algo (uma festividade ou um saber-fazer, por exemplo). Ambos são expressões disso que chamamos de “comum”, ambos podem ser patrimonializados / musealizados.

A diferença entre “patrimônio” e “comum”, portanto, no meu entender, reside nas nuances de atuação dos agentes envolvidos e o “produto” gerado: a festividade é um comum porque é uma construção coletiva de um conjunto de instâncias e cidadãos...esse comum é um patrimônio dessa [comum]idade (ainda que o Estado – o ente que a modernidade institui como responsável por sua identificação e preservação – não o reconheça como tal) porque é algo que tem valor para essa comunidade (é parte importante de suas crenças, é parte central de sua identidade etc.)quando o Estado, por sua vez, o reconhece como tal, o faz para preservar as características que fazem desse bem comum de uma dada coletividade algo excepcional e, ao fazer isto, garantir que não desapareça, que siga sendo de usufruto ou deleite de todos, que seja comum a todos, da coletividade original, mas não só)...é nesses jogos, nessas nuances, de ações *top-down* ou *bottom-up* que residem as possíveis diferenças entre “patrimônio” e “comum”, no meu entender (de outra forma, para mim, inexistentes, visto que – sob determinados aspectos - todo patrimônio é [ou pode ser entendido como] um “comum” e todo “comum” é [ou pode ser entendido como] um patrimônio). Mas, obviamente, importante lembrar, não são palavras sinônimas.

F.M. Em um trecho do seu livro você expõe uma fala de Borja-Villel em que ele fala que é primordial que as estruturas devolvam para a sociedade o que capturaram dela e que não se produza o sequestro do comum. Como romper com esse modelo de captura?

V.P. Grosso modo, a museologia e os museus com os quais lidamos hoje nasceram em um paradigma fabril extrativista (século XVIII): tiramos do mundo da vida para expormos dentro de vitrines (ou, o que é basicamente a mesma coisa, mandamos vir espécimes de todo o mundo para concentrá-los em jardins botânicos, aquários etc.). Com o tempo este modelo foi gradual e duramente criticado e, ao seu lado, passamos a contar também com uma musealização *in situ* (que mantém o bem patrimonializado / musealizado no seu local original: um ecomuseu ou um parque natural, por exemplo). Hoje, nem tudo precisa ser extraído do mundo da vida para ir para dentro de um museu, mas tudo pode ser musealizado.

O que acontece nos dias de hoje é que o paradigma fabril não é mais o hegemônico (embora a fábrica – é claro – não tenha desaparecido). **O modo de produção hoje é, em larga medida, cognitivo.** Com isto, a produção encontra-se “espraiada” pelo mundo da vida, no território, entre as ruas e redes, valendo-se de nossa capacidade cognitiva, de nossos afetos, de nossa cultura e linguagem...do comum, enfim. **São subjetividades produzindo subjetividades,**

formas de vida produzindo formas de vida. O comum, neste sentido, a um só tempo, é modo de produção (produzimos a partir de uma base comum, compartilhada, em coletividade) e o resultado dessa produção (o que o comum produz é mais comum).

Se, no passado, eu me concentrava na recolha, para os museus, da *master piece*, e esta obra era compreendida como de autoria do fulano de tal, **hoje, a produção cultural é, em larga medida, coletiva.** E é neste sentido da produção cultural coletiva, comunal, muito impactada / facilitada / propiciada pela **disseminação das tecnologias de informação e comunicação**, influenciada por múltiplas fontes de inspiração / referência, que o Borja-Villel diz que os museus precisam ser “instituições do comum”, ou seja, focadas neste “novo” bem cultural produzido na contemporaneidade: o bem comum (os *procomunes* dos espanhóis). E que, por definição, por natureza, pertence (ou deveria pertencer) a todos. **O museu, nestas circunstâncias, funcionaria meio que como um *hub*, um lugar de passagem, um facilitador, não como um depósito.** E trabalharia em rede, com outros arquivos / museus, fazendo esta obra comunal circular (e servindo de base para a produção de mais obras comuns [a ideia do *sampling*, na música: você pega a base de uma música e constrói outra música em cima]).

Apesar de interessante, confesso que não tenho muita certeza se, na prática, funciona tão bem assim, tão plenamente assim: pois segue havendo curadoria (e curadoria é sempre uma seleção / extração), segue havendo preocupação com formação de acervo (o que é sempre uma forma de tirar do mundo da vida), segue, sobretudo, sendo um museu do Estado espanhol (o Reina Sofia, que ele dirige). Se ele tivesse **radicalizado, rompido o “contrato”**, se ele tivesse abdicado da gestão em prol de uma gestão efetivamente comunitária, quem sabe? Mas isto é algo que estou falando em termos absolutamente abstratos, teóricos. Era preciso uma etnografia no Reina Sofia para observar, na prática, no dia a dia, como um museu do Estado (público, pelo contrato firmado com Leviaatã, não comunal) vira efetivamente uma instituição do comum (ou seja, nas mãos e decisões de uma comunidade).

Uma alternativa plausível (com todos os seus problemas, também, obviamente) são os museus sociais e comunitários da chamada museologia social. Normalmente eles nascem de uma luta, de uma causa (e **não podemos esquecer que a luta não é uma abstração; ela nasce do que é comum e constitui mais comum**) e visam trabalhar essa luta comum e esse comum da luta com a comunidade na qual estão inseridos (e para quem mais, de fora, nela se interessar). Aqui também há seleção de coisas do mundo da vida e esta seleção pode resultar numa extração (objetos reais foram efetivamente deslocados das casas dos moradores para irem compor a expografia do Museu da Maré, por exemplo). Podemos dizer que há uma diferença

central ali que é dada pela atuação dos agentes envolvidos: não é uma extração comandada pelo Estado (muito menos pelo mercado); são os próprios moradores que cedem os objetos para verem uma história (a sua história) ali narrada. E se precisarem do objeto, basta ir lá, apanhá-lo de volta, usá-lo e, depois, devolvê-lo (e isto não é um modo de falar... no Museu da Maré realmente acontece!). Fico aqui pensando o quão difícil é eu ir ao Louvre pegar a Mona Lisa emprestada só um pouquinho e depois devolvê-la... ué... mas aquilo não é parte do patrimônio da humanidade? Eu não sou parte dessa humanidade? O patrimônio, a rigor, não é para ser de todos (ou seja, comum)? Não entendo, então, porque não posso pegá-la emprestado só um pouquinho... há, então, comuns e comuns?

Talvez aí esteja o cerne desta questão: quem é o sujeito da ação (quem é o sujeito disso que estamos chamando de “sequestro do comum”)? Eu, produtor daquele bem comum (nascido de um comum maior que alimenta a mim e à coletividade à qual pertencço), em conjunto com essa coletividade, decido o que é melhor, o que deve ser feito com aquele bem que é meu, mas é de todos também, porque fruto de uma ação coletiva, fruto de um estar coletivo no mundo? No meu entendimento, o cerne da museologia social (esta, que se encontra por trás de museus como o da Maré, das Remoções, de Favela etc) é esta virada de ponto de vista: de um olhar “sobre” o outro, “para” o outro, até mesmo “com” o outro típicos da museologia convencional para uma perspectiva “a partir” do outro (esse outro que sou eu, sujeito em busca do resgate de minha autonomia perdida com o maldito contrato assinado com Leviatã no século XVIII, fruto de uma ação coletiva, compartilhada com outros, em comum, em [comum]idade).

F.M. O que corremos o risco de deixar escapar quando extraímos e recontextualizamos o comum? Ou o que não podemos deixar escapar?

V.P. Para mim, **no cerne do comum está a dinâmica da vida** (dos afetos, da linguagem, da cultura etc.). O comum ao qual eu me refiro é, sobretudo, a um só tempo, o modo atual de produção (como demonstram Hardt e Negri) e um fundamento político, algo com o qual nos comprometemos (como preconizam Dardot e Laval). Claro que é também o produto desse comprometimento e desse modo de produção. E claro que é também aquilo que herdamos da natureza, como os rios e as montanhas. Entendo tudo isto, mas efetivamente me interessa, hoje, sobretudo, pelas compreensões dos autores citados no início do parágrafo. A captura do comum (visto meramente como um bem, um produto), sua extração do mundo da vida para alimentar uma coleção, o acervo de um museu – que não é a minha abordagem, importante ressaltar –, significa justamente romper os fios dessa imensa teia que é a vida (em suas inúmeras dimensões: psicológica, simbólica, econômica, política, etc.). É meramente uma coisificação e, por extensão, sua transformação em representação (lembremos que a

representação não é a coisa em si, mas uma imagem da coisa). Claro que, na dinâmica da vida produtora de comum (comum produzindo comum) eu posso decidir ter registros pontuais, eu posso decidir documentar. Isso é uma coisa. **Outra coisa é eu interromper o fluxo, interromper a dinâmica e pendurá-la na parede de um museu. Outra coisa mais é o Estado (ou o mercado) dizer / impor que eu deva fazer isto. Só há uma perspectiva, a única perspectiva que interessa não é a do Estado ou a do mercado, mas a de quem está na luta (seja lá pelo que for; de qualquer maneira, provavelmente será contra o Estado e contra o mercado).**

Um exemplo simples: nas grandes manifestações de 2013 tivemos o fenômeno da mídia ninja produzindo milhares de registros fotográficos enquanto o acontecimento acontecia, enquanto *kayrós* (o tempo oportuno) se manifestava. Museu algum, naquela ocasião, parou para refletir sobre tudo aquilo. Porque a museologia, a rigor, não sabe trabalhar com o acontecimento (só com a representação do acontecimento, só com o seu registro). Em 2014, passados não sei quantos meses do acontecimento enquanto ele acontecia, uma série de fotos da mídia ninja viraram uma coleção exposta no MAM de São Paulo (para falar do que foi, não do que está / estava sendo). A partir desse exemplo sempre pergunto para os meus alunos: reconhecer para esvaziar... teu nome é museu?

Onde a mídia ninja fazia mais sentido: na rua, no calor dos acontecimentos ou na parede de um museu como objeto propiciador de recordações (ou novos imaginários)? Claro que, um dia, podem virar peças de coleção, de arquivo, de museu. Podem constituir narrativas. Não é este o problema. A questão é justamente o que você pergunta: o que se perde ao se extrair a coisa do mundo da vida? Ora, tudo...

Penso, por exemplo, por outro lado, no Museo de la Dignidade, constituído por um coletivo chileno para preservar as obras de arte surgidas durante as manifestações recentes no Chile (preservá-las nas próprias ruas onde surgiram): uma musealização *in situ*, preservando as coisas no próprio mundo da vida, para a memória coletiva de todos aqueles que, de alguma forma, vivenciaram aquelas manifestações, que circulam para lá e para cá, que não precisam ir para uma sala qualquer, em um museu qualquer, para rememorar sei lá o quê que um curador quer que se rememore.

Numa leitura absolutamente superficial, são procedimentos (o MAM-SP e o Museo de la Dignidade) claramente bem distintos para o mesmo conteúdo: as manifestações urbanas contemporâneas. Não se trata de uma questão de “melhor” e “pior”. São procedimentos distintos, com funções, finalidades distintas. Apenas estou mais interessado em experiências como a Chilena.

F.M. Quais os limites entre a preservação do espaço urbano/ambiental e da gentrificação do espaço urbano e sua espetacularização?

V.P. De novo, aqui, a questão: quem é o sujeito da ação?

Em Lisboa, no tradicionalíssimo bairro da Alfama, muitos velhinhos foram (e vem sendo), aos poucos, removidos de suas habitações para darem lugar a projetos de “requalificação urbana” para atrair não apenas europeus endinheirados, mas jovens artistas, designers e outros quetais. A Câmara Municipal de Lisboa, como tantas outras câmaras municipais mundo afora, visa(va) induzir uma determinada nova ocupação (e um determinado novo perfil) em um bairro tido como degradado, embora reconhecido como “tradicional” (logo, merecedor de ser preservado), em uma cidade, todavia, totalmente voltada para sua vocação cosmopolita, global etc. Muitos dos “criativos” que iam para bairros como a Alfama o faziam alegando que queriam justamente usufruir desse “espírito de vizinhança” que tão bem o caracterizam (ou seja, queriam compartilhar do comum que se constrói numa vida compartilhada, comprometida com o outro). No entanto, estudos demonstram que a maioria se fechava em casa, com os seus (pares), deixando de lado qualquer interação com os vizinhos. Não constituíam um comum, não conformavam uma [comum]idade. **Bem sabemos que estarmos todos em um mesmo lugar não conforma uma comunidade (certamente não do ponto de vista de Dardot e Laval; é preciso o comprometimento ao qual eles se referem; há uma intencionalidade por trás da constituição do comum, desse comum, pelo menos).**

Acho que é nisso que reside o cerne da tua questão. Em tese, a preservação de um espaço se dá pelo seu uso (embora a sua degradação também). O que faz uma cidade, o que faz o urbano, o que faz o território não é arquitetura, não é o urbanismo. É o uso cotidiano pelos seus cidadãos (penso aqui, por exemplo, em “Direito à cidade”, de Henri Lefebvre; ou “A invenção do cotidiano”, de Michel Certau ou os lugares / não-lugares, de Marc Augé). Se uma Alfama da vida é hoje (desde muito tempo) um bairro “tradicional” de Lisboa, se carrega esta aura identitária da lisboetidade (caso isto exista), é porque vida foi, de fato, vivida ali: lutas, amores, afetos, paixões, ódios, mortes, sangue, construção, destruição, toda uma dinâmica social, econômica, urbanística, política, amorosa etc etc etc aconteceu ali. O comum. Um comum. Comuns. A preservação do bairro, portanto, precisa (ou deveria) ser *bottom up* (a partir desses construtores cotidianos do comum, da comunalidade, da comunidade), não *top down* (como costuma ser dentro da lógica neoliberal). A preservação deveria se dar pela ação do Estado, ação garantidora, facilitadora das dinâmicas do comum (como rapidamente mencionadas no início destas respostas), não pela disneylandização do território.

Acho que, de uma certa forma, tivemos um pouco disto, deste espírito, um vislumbre dessa

possibilidade, nos primeiros governos do PT e sua dinâmica de construção de políticas públicas por meio de amplas consultas populares, vindo das conferências municipais, passando pelas conferências estaduais, até chegar nas conferências nacionais. Um Brasil de baixo para cima, como menciona o livro de Célio Turino. A atuação do Estado e a definição do real “sujeito da ação” são, talvez, esses limites (ou fatores).

F.M. Na prática, como o comum poderia parar em um museu?

V.P. **O comum que vai para o museu é, em geral, o comum-bem, o comum-produto, o comum-obra, o comum-que-virou-coisa, a parte, nunca o todo. O produto da ação, nunca a ação. Nunca a dinâmica da vida, nunca a coletividade, nunca a sua rede de afetos.** Afinal, como dizem os indígenas do Altiplano em uma imagem hoje já meio clássica: “Nuestra cultura no cabe en sus museos”. Os únicos museus que podem, TALVEZ, lidar com a dinâmica da vida, logo, com o comum-enquanto-modo-de-produção-e-enquanto-compromisso, com o acontecimento enquanto acontecimento (não enquanto representação), são os museus sociais e comunitários da chamada museologia social (conforme praticada no Brasil).

Lembro que “museologia social” não é a museologia tendo preocupações com o social, mas o social tomando para si as ferramentas da museologia para produzir suas próprias narrativas. Muitos desses museus ditos comunitários (ou sociais) trabalham com as dinâmicas da memória e do patrimônio (enquanto dinâmicas). Claro que produzem registros, claro que coletam e organizam representações como qualquer museu tradicional. Claro que fazem exposições. Porém as dinâmicas da vida, o comum que alimenta a luta que deu origem àquele museu (e que [re]nasce da continuidade dessa luta, numa espiral virtuosa), são aqui centrais (e, em boa medida, o principal acervo desse museu, ainda que não esteja coisificado dentro de quatro paredes e siga, lindo e faceiro, subindo e descendo a ladeira das favelas que lhe dá sentido). Por fim, lembre-se que, se o comum não vai ao museu (pois ESSE comum é muito maior, não cabe lá dentro), o museu pode ir ao comum (o comum pode ser “musealizado” *in situ*).

*

O diálogo com Vladimir Sibylla Pires foi, de fato, o primeiro a ser realizado. As perguntas e respostas transcritas acima fazem parte do “diálogo oficial”, aquele que combinamos que faria parte desta dissertação. Porém, nossas trocas de mensagens não se limitaram ao conteúdo aqui exposto, se estenderam para além da entrevista e foram muito importantes para a condução desta pesquisa.

Considerando a sua esfera de atuação, interessa observar como Vladimir Sibylla Pires

aproxima dois campos: o da museologia e o do comum. Por um lado, Vladimir critica a apreensão do comum através da musealização, já que os museus são justamente os lugares que [na teoria] preservam os patrimônios públicos [um recurso comum a todos nós], mas que para isso acabam por submeter esses patrimônios a uma espécie de cercamento; por outro enseja esforços para pensar uma museologia que não capture o comum do mundo da vida. Para tal, Vladimir cita exemplos de musealizações *in situ*, que ampliaria o sentido de preservação para além dos muros dos museus e outras instituições; e cita também o museu comunitário da favela da Maré, que opera a partir de outras lógicas da curadoria à preservação e manutenção do espaço. Ou seja, o próprio museu comunitário pode ser considerado um comum.

O diálogo com Vladimir foi fundamental para esclarecer questões [e acima de tudo nos permitir refletir sobre elas] que muitas vezes se confundem quando se trata de debater o comum. Entre elas as diferenças entre aquilo que é público e aquilo que é comum; as diferenças entre patrimônio e patrimonialização e comum e produção do comum; e preservação e cercamento.

O discurso de Vladimir é atravessado especialmente pelas ideias de Michael Hardt e Antonio Negri, onde o comum [e a vida] precisa ser pensado no contexto da biopolítica e do capitalismo cognitivo, ou seja, subjetividades produzindo novas subjetividades e formas de vida produzindo novas formas de vida (PIRES, 2018); e pelas ideias de Pierre Dardot e Christian Laval, onde o comum é um princípio político que emerge de uma nova forma de se opor ao capitalismo, a fórmula encontrada pelos movimentos sociais para se opor à apropriação privada de todas as esferas da sociedade, cultura e vida.

Portanto, dentro da sua esfera de atuação, Vladimir sugere que o comum não constitui um novo objeto para a ação museológica. O comum, neste caso, seria “uma práxis e uma poiésis para a qual o comum é, a um só tempo, um operador da ação e aquilo que resulta dessa ação, não algo sobre o qual a ação opera” (PIRES, 2018, p. 12). Assim, o comum seria o princípio a guiar as práticas da museologia social

aquela que desloca os olhares da museologia tradicional - “sobre” o outro, “para” o outro, até mesmo “com” o outro – para se estabelecer efetivamente como uma museologia do comum, ou seja, posicionada “a partir” do outro, como uma prática perspectivista, portanto, para a qual só há um ponto de vista que interessa: não o do Estado, não o do mercado, mas o ponto de vista da luta: o ponto de vista do comum que constitui a comunidade. (PIRES, 2018, P. 12)

2.2. Georgia Nicolau (diretora do Instituto Procomum) – Entrevista realizada em fevereiro de 2020

F. M: O que pode o comum?

G.N: O comum oferece uma estrutura de pensamento e existência que é capaz de modificar o modo como enxergamos nossa existência, nossa relação com o outro, nossa relação com a natureza e com o mundo. Para mim, o comum pode e pede expansão, revisão, reflexão, cura, comunhão. Pede e pode alerta, presença, abertura. Pensamento crítico. A premissa das coisas. Para que é mesmo que estamos aqui, fazendo o que para quem? Falar das coisas que importam, citando minha amiga e parceira de Instituto Procomum, Marina Pereira, em uma entrevista que fiz com ela sobre o Instituto Procomum, e, portanto, sobre o Comum que acreditamos: "Eu tenho achado importante isso de partir do princípio das coisas. Acreditar no quê? Acreditar só. Confiar. O que pessoas como nós fazem por aí é muito ilógico. Porque no meio da ordenação lógica-vigente do mundo - a criada por quem(s) detém o poder-substantivo, falar do princípio das coisas é proibido. Não se fala sobre o amor, sobre o poder de criar, sobre o cuidado, sobre o encontro, sobre as transformações, sobre o tempo, sobre rir e chorar. Sobre gente. Sobre a terra. Sobre o cachorro e a roseira. Sobre as cores dos livros e a meia em cima do fogão... **Então acho, de verdade, que o que a gente tá fazendo é inventar o mundo que queremos. E pra mim, esse mundo é o do princípio das coisas: o amor, a terra, a alegria, as pessoas.**

F.M: O que é um corpo voltado para a produção do comum?

G.N: **Um corpo voltado para a produção do comum é um corpo que se enxerga em relação, em movimento.** Um corpo que se escuta, que se sente. Conversar com o corpo. Relacionar-se através do corpo. **A partir do movimento, do espaço e da existência construímos o comum, não como anulação do outro para a construção do todo, mas como uma negociação, um jogo, uma dança. Assim construímos o meu, o seu, o nosso.**

F.M: O que diferencia um espaço público de um comum?

G.N: No mundo em que vivemos público significa estatal. Epistemologicamente, público e estatal não são a mesma coisa, mas eles se tornaram. A modernidade nos trouxe a invenção que tomamos como certa: só há Estado ou mercado. (alguns diriam que hoje só existe mesmo o mercado, até mesmo no Estado). Um espaço do comum poderia ser um público não estatal. Ainda assim, **para que ele seja um comum, é preciso que existam cidadãos e cidadãos auto-governados, com modelo de governança, possibilidade de rever este modelo,**

comunicação, escolha, construção coletiva, mecanismos de entrada e de saída. Não é anarquia. Não é *free rider*. Um espaço comum é um espaço que é de todos e de cada uma. **Espaços do comum são sistemas sociais vivos onde as pessoas (as comunidades) compartilham seus problemas de maneira auto-organizada.**

F.M: Mulheres e produção do comum... como você pensa essa relação?

G.N: **Pensar o papel das mulheres na sociedade moderna passa necessariamente para mim por pensar o trabalho de cuidado, de manutenção.** Basta olhar para qualquer coisa que um dia nova, foi submetida ao tempo. **Qualquer matéria, seja ela humana ou não, necessita de cuidado, de manutenção, para que ela possa se reproduzir, acolher, existir. Historicamente, este papel foi dado às mulheres.** E a partir deste trabalho, que é o princípio de tudo, onde a vida acontece, onde saberes sobre a vida, a morte e a existência, são construídos, compartilhados, tecidos. Escuta, cuidado e repertório. Eram esses os eixos que trabalhamos no nosso primeiro projeto, quando ainda nem sede tínhamos, quando fundamos o Procomum. Mulheres e o Comum: Escuta, cuidado e repertório. A roda, a bruxaria, os aromas, as leituras, a troca, o corpo, a cozinha. Tudo isso compõe o que experiencio quando penso em mulheres e o comum.

F.M: Como o comum pode contribuir para a transformação de cidades em espaços sociais mais justos, vivos, acessíveis, democráticos?

G.N: **Não vejo o comum como adjetivo, nem substantivo, mas como verbo. Em português fica difícil dizer (commoning), mas acredito que praticar o comum nas cidades implica em partirmos de premissas totalmente diferentes das que hoje vivemos.** Objetivamente falando, a cidade, em sua essência é um bem comum- não tem (ou não deveria ter) dono, mas é um organismo vivo, que é construído todos os dias a partir dos seres vivos que a compõem. Para mim, pensar nas cidades como comum é **pensar em cidades em que o próprio sistema de governança passa pelos seus cidadãos. Onde não existe participação, mas sim co-produção política do espaço da cidadania. Pensar as cidades como comum implica em reconhecer acima de tudo os deveres e responsabilidades que todas e todos temos em relação a algo que é de todos, que é compartilhado. Implica em dismantelar a falácia a que fomos submetidos que prega que a competição nos é inerente - não é, e a cooperação já foi comprovadamente o meio mais eficiente de existirmos no mundo.**

A entrevista com Georgia Nicolau está marcada pelas vivências e experimentações do Instituto Procomum, localizado em Santos, litoral de São Paulo. Georgia vem experimentando o conceito na prática através de vivências, oficinas, debates, entrevistas, rodas de conversa, reflexões. O comum de Georgia articula as lutas práticas contra a mercantilização de todas as esferas da vida e os estudos sobre outras formas de organização baseadas no cuidado; na relação com o outro, com a natureza e o mundo; na reflexão, comunhão e cura; na presença, abertura e pensamento crítico.

Para Savazoni (2018)² quando falamos do comum encontramos todo um campo político sendo forjado a partir não de uma reivindicação do comum, mas sim da possibilidade de uma criação política baseada no comum. Encontramos incentivadas por essa demanda algumas práticas inovadoras de cidadãos, coletivos e organizações que impulsionam o bem comum e influenciam diretamente na solução de problemas de origem pública.

Vale observar que quando eu pergunto sobre a relação entre mulheres e comum, a resposta de Georgia se alinha com a perspectiva feminista de Silvia Federici (2014). Em sua pesquisa, Federici (2014) apresenta dados que demonstram ao redor do mundo inteiro o protagonismo das mulheres na sustentação de modos de vida coletivos. Segundo a autora, as mulheres são sujeitos principais do trabalho reprodutivo logo dependem mais que os homens do acesso aos recursos comuns e estão mais comprometidas com a sua defesa (FEDERICI, 2014). A luta dessas mulheres deixa evidente quem mais resiste à dependência do trabalho assalariado e à subordinação às relações capitalistas. Como bem escreveu Silvia Federici, “essas práticas constituem [...] a expressão de um mundo em que os laços comunais ainda são poderosos” (FEDERICI, 2014, p. 152).

2.3. Alana Moraes (Pimentalab – Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento da UNIFESP) – Entrevista realizada em maio de 2020

FM: O que pode o comum?

AM: O Comum é uma possibilidade sempre latente, emergente, de pensarmos e sustentarmos **um mundo de paixões não proprietárias**. O Comum, nesse sentido, sempre emerge de uma **experimentação, uma prática de viver junto**. Do ponto de vista de uma economia política, ele nos desafia a pensar formas de produção de vida e de conhecimento **fora dos arranjos proprietários**; do ponto de vista da sua forma-política, ele nos faz pensar as muitas e

² Assim como Georgia Nicolau, Savazoni é um dos fundadores do Instituto Procomum.

heterogêneas práticas de organização da vida comum que escaparam e seguem escapando das formas modernas de pensar e fazer política: a forma-quilombo, a forma-aldeia, as muitas práticas de ocupações urbanas, a forma-terreiro. Do ponto de vista das relações que o constituem, gostamos de pensar que o Comum nos faz retomar uma **ontologia da interdependência**, uma forma de habitar o mundo que acontece pela dedicação e cuidado das relações que o constituem, nossas tecnologias de pertença

F.M: O que é um corpo voltado para a produção do comum?

A.M: Preciado disse em um texto recente que "É precisamente porque nossos corpos são os novos enclaves do biopoder e nossos apartamentos as novas células da biovigilância é que se torna mais urgente do que nunca inventar novas estratégias de emancipação cognitiva e resistência e lançar novos processos antagônicos". Os poderes passam pelo corpo, atuam diretamente na nossa capacidade de sentir, de nos relacionar. O comum, de alguma forma, é sempre uma experimentação entre corpos, uma investigação sobre o que pode ativa-los, nos fazer reagir. Falamos de um "corpo-sensor" como forma situada de conhecer - não tem a ver com um "sujeito", mas com as possibilidades de composição, de intra-ação, de pensarmos sobre a crise de presença que todos nós habitamos hoje, atravessados que somos pelos inúmeros dispositivos de desempenho, de guerra ao tempo livre e ao tempo do encontro. Tudo isso saturou nossos corpos de comandos, informações, mobilização total. O Comum é uma possibilidade também de "enxergar as nossas feridas" como me dizem as minhas amigas sem-teto nos acampamentos, de experimentarmos o que pode nos curar.

F.M: O que é necessário para se constituir um laboratório do comum?

A.M: O Laboratório do Comum instaura-se como um dispositivo de pesquisa e intervenção, na medida em que a produção coletiva de conhecimento sobre as atuais possibilidades de fabricação de uma vida não fascista torna-se urgentes. Copesquisar, cartografar, inventar alianças, fabricar arranjos sociotécnicos, experimentar um conjunto de práticas e saberes orientados para a criação e sustentação dos Comuns urbanos nos parecem pistas importantes para um novo terreno de experimentações democráticas. O laboratório do Comum é uma arquitetura que se esforça em criar a possibilidade de pensarmos juntos, de formularmos melhores perguntas, de recuperarmos nossa inteligência coletiva. Por isso ele é sempre situado, sempre implicado em uma questão que afeta a todos, ele constitui uma "comunidade ontoepistêmica" porque ao mesmo tempo em que se pretende conhecer, pesquisar, também pretendemos experimentar um modo de existência, um modo de habitar. Ele desfaz assim a fronteira que separa especialistas e amadores. É também uma aposta na política que poderia ser, uma aposta na abertura de possíveis.

F.M: Mulheres e produção do comum... como você pensa essa relação?

A.M: Muitas pensadoras feministas já vem apontando para o fato de que as formas de vida coletivas e não proprietárias sempre foram sustentadas e importantes na vida das mulheres - como faz o já clássico trabalho da Silvia Federici, por exemplo. Se pensamos no evento colonial, ele foi e segue sendo um arranjo de poder que depende da domesticidade enquanto forma de vida heterosocial, privada, generificada. A plantation sempre dependeu da família como unidade biológica, heterossexual, garantidora das práticas de transmissão de heranças. O Comum é perigoso para o mundo heterosocial e doméstico porque ele perfaz formas coletivas e companheiras de viver a vida - entre espécies, entre gêneros. O Comum sempre nos possibilita uma travessia, uma experimentação sobre o que podemos ser. Por isso, de certa forma, ele também torna um pouco incômoda a categoria de "mulher" como um sujeito coletivo de enunciação, as práticas do Comum são também o que nos permite enxergar os dispositivos coloniais de fixação dos corpos, as feministas negras têm nos ensinado muito sobre isso. Gosto muito da formulação da Audre Lorde sobre a urgência de recuperarmos o prazer, a dimensão do erótico nas nossas vidas, como potência que nos foi também usurpada. Os usos do erótico são o que nos faz experimentar os encontros, as práticas de travessia, a singularidade dos nossos corpos, nossas diferentes marcas, todo o mundo que existe para além da casa burguesa heterossexual que nos apresentaram como o único horizonte possível de viver em companhia, uma ficção sustentada também pelas fabricações de "feminilidade" das mulheres brancas.

F.M: Como o comum pode contribuir para a transformação de cidades em espaços sociais mais justos, vivos, acessíveis, democráticos?

A.M: O Laboratório do Comum se constitui assim como uma zona de transição da reivindicação pelo direito à cidade para práticas e reflexões sobre o próprio fazer-cidade, levando em conta a produção de corpos, subjetividades, cuidados e interdependências que conformam o tecido de confianças, muitas vezes invisível, mas absolutamente necessário para todo processo de cooperação e criação de formas de vida. A natureza do poder se modificou de tal forma que hoje se confunde com a própria vida: a paisagem da cidade e suas infraestruturas, as centenas de dispositivos que conduzem nossa atenção, localização, desejos, frustrações, movimentos e que também produzem novas formas de desempenho (se pensamos na expansão do capitalismo de plataforma) ao mesmo tempo em que vigiam e controlam toda possibilidade de fuga com inúmeros dispositivos de neutralização preventiva. O poder se organiza de forma imanente à vida e sua expressão de exterioridade é apenas uma expressão performativa e mais visível dele. Na metrópole, como vem falando o Conselho Noturno, o que

presenciamos não é mais o velho poder que dá ordens, o poder que se localiza a partir de uma exterioridade, mas é uma forma de poder que conseguiu se constituir como se fosse de uma ordem "natural" de sustentação do mundo em que vivemos. No Laboratório do Comum do Campos Elíseos estávamos muito interessados em pensar, por exemplo, sobre o avanço da securitização da vida cotidiana. Com os poderes disseminados nas tramas biopolíticas da vida, as tecnologias securitárias precisam produzir territórios como zonas livres de apropriações, mas para isso é necessário convocar sua população num engajamento permanente nos dispositivos de vigilância e controle. Para tal empreendimento, não basta instalar um extenso e complexo sistema integrado de câmeras de vigilância a cada esquina, é preciso também que as pessoas desejem instalar câmeras em suas portas, se engajem em redes de segurança feitas pelo WhatsApp que denunciem “pessoas suspeitas” em suas ruas ou lugares de circulação. Começamos a investigar coletivamente como poderíamos criar então tecnologias de confiança - pensar sobre o problema simples de fazer-vizinhança como forma de constituir um tecido de copertencimento, formas de vida não-securitárias, como por exemplo, uma cozinha aberta e coletiva em uma praça. O laboratório sempre nos permite experimentar algo, por mais precário que seja, mas precisamos sempre apostar nessa capacidade de "fazer funcionar" as relações em um sentido não-autoritário, experimentar uma situação na qual podemos pensar juntos, decidir o que fazer, nos dar um tempo para depois formular novos problemas.

*

Alana Moraes traz em suas respostas alguns conceitos que valem a pena serem revisitados. Entre eles, destaco dois que contribuem para uma maior compreensão do seu discurso. O primeiro é que já nos conduz para o segundo é biopolítica, conceito que também é central na obra de Hardt e Negri (2016), conforme vimos na parte I.

O conceito foucaultiano em linhas gerais trata sobre como o poder se desenvolve, deixando de olhar exclusivamente para a soberania dos territórios, e passa a conduzir a vida, a regular a população. Segundo Foucault (2008), essa mudança ocorre a partir do século XVIII e articula-se com a história das transformações políticas e econômicas. A biopolítica segue se desenvolvendo e faz parte hoje de todas as relações sociais através de estratégias políticas que englobam mecanismos e procedimentos tecnológicos (saber-poder) e que tem o intuito de manter e ampliar uma relação de dominação através de fenômenos próprios da população: higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, educação, longevidade, raça, o que mostra que o objeto da biopolítica é toda a dinâmica da vida (FOUCAULT, 2008).

É dentro dessas estratégias de dominação da população que encontramos os

dispositivos. Giorgio Agamben (2005) em “O que é um dispositivo” analisa de que forma o termo aparece em Foucault. Em linhas gerais, um dispositivo tem sempre uma função estratégica e se inscreve em uma relação de poder. É preciso considerar a multidimensionalidade dos dispositivos, é preciso considerar a rede que se estabelece entre elementos linguísticos e não linguísticos, como os discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc.

Foucault assim mostrou como, em uma sociedade disciplinar, os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua "Liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento. O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e enquanto tal é uma máquina de governo (AGAMBEN, 2005, p. 15).

É evidente no trabalho de Alana como o comum é tanto um princípio quanto uma forma de ser-estar-agir no mundo capaz de orientar nossos esforços e nossa capacidade imaginativa para inventar coletivamente soluções que desarmem esses infinitos dispositivos de produção de concorrência, violência, medo, isolamento e autoritarismo que nos atravessam cotidianamente (MORAES e PARRA, 2020). Nesse sentido Alana apresenta outras formas de experimentação e práticas de viver junto fora do que ela chama de arranjos proprietários, como a forma-quilombo e forma-terreiro, por exemplo. Temos também as experiências dos laboratórios do comum como práticas sociais em que coletivos experimentam um fazer-comum ao identificarem juntos demandas em seus contextos vividos e criarem soluções em constante movimento.

Um Laboratório do Comum dedica-se a investigar com o corpo e dar consistência aos diversos mundos que já estão acontecendo diante da guerra declarada contra nós – uma guerra de mundos. Infraestruturar o que dá consistência àquilo que atravessa a revolta e a desobediência: o mundo que germina antes e o mundo que se torna possível no dia seguinte – numa cozinha coletiva, numa deriva de escuta-conversa nos intervalos da metrópole, nas pequenas conspirações que inventam formas de narrar uma experiência, nos novos mapas que somos capazes de fazer e visualizar, a cada dia (MORAES e PARRA, 2020, p. 137).

São essas experiências que afirmam que existem modos outros de existências, e para enxergar o comum nisso trata-se de uma questão de ordem de percepção, exige de nós todo um regime de sensibilidades. Se não há uma mudança no regime de sensibilidade, não somos capazes de perceber como o comum nos atravessa e como é ele quem sustenta a vida.

Um dos primeiros problemas do laboratório foi justamente conseguir visualizar o que faz um bairro, quais as relações que o constituem e como as cidades e seus dispositivos atuam no sentido de apagar as redes de cooperação, bloquear a possibilidade de encontros e de reconhecimento do Comum sempre latente e indispensável para a vida. O problema do “Comum”, como bem descreveu Ricardo Teixeira (2015), não pode ser separado de um problema da “percepção do Comum”. Por isso, a forma de o Comum transitar entre o intangível e o sensível depende de um regime de sensibilidades em que as dimensões afetivas, culturais e econômicas são indissociáveis (MORAES e PARRA, 2020, p. 122)

É nesse sentido que Alana afirma que o comum é ameaçador para o sistema mundo vigente, pois nos mostra que existem outras formas potentes de viver a vida.

2.4. João Bosco Moura Tonucci (Cedeplar/FACE/UFMG) - Entrevista realizada em junho de 2020

Fernanda Martins: Quais são os pressupostos necessários para a produção do comum?

João Tonucci: Na minha opinião, a produção do comum requer antes de tudo uma **prática de compartilhamento**. Esse compartilhamento pode ser de uma coisa, um recurso, um espaço, mas envolve também o **compartilhamento da própria experiência coletiva**, assim com das decisões e regras que regem como um comum deve ser produzido, apropriado, usufruído e cuidado ao longo do tempo. Nesse sentido, **não há também comum sem comunidade**, sem coletividades cujo sentido de comunidade pode surgir no próprio processo de produção do comum, não lhe sendo necessariamente anterior ou previamente definido. O comum se tece com a comunidade, e vice-versa. Comunidade sem comum é uma deformação que resulta em comunidades fechadas, exclusivas, definidas por identidades estanques, ou mesmo na comunidade imaginada maior, o Estado-nação. A comunidade criada pelo comum, ainda que possa estar cingida por desigualdades e regras de inclusão/exclusão, define-se mais pelas práticas do que por identidades. Por último, a produção do comum pressupõe estas práticas que, ancoradas em regras e instituições (entendidas no sentido amplo, para além do Estado), permitam que determinado recurso coletivo, material ou imaterial, seja compartilhado e aberto ao uso coletivo, para além da apropriação exclusivista privada ou da gestão estatal do mesmo.

F.M: O que é um corpo voltado para a produção do comum?

J.T: Talvez possamos falar **da comunidade como um corpo coletivo, uma multiplicidade composta por corpos singulares que se pluralizam no âmbito do comum**. A produção do comum, em contraposição à produção capitalista de mercadorias, feita sob o jugo da lei da valorização do capital, implica na desalienação do trabalho, na primazia do uso sobre a troca,

da apropriação sobre a propriedade. Assim, é o valor de uso e o uso dos recursos coletivos que importam, o que destaca a materialidade e o corpo das coisas e espaços compartilhados. **Os corpos que produzem o comum são afetados (enquanto afeto) pelas práticas de compartilhamento, de cooperação, de tomada de decisões coletivas, e isso pode lhes tirar da passividade alienada à qual o corpo está sujeito sob regimes capitalistas de subjetivação.** Isso não significa que todo processo de produção do comum envolve a presença física de sujeitos, mas a **concatenação material e imaterial de atos, ações, afetos e decisões de corpos implicados em uma prática social coletiva da qual eles são indissociáveis, e não apenas meios e instrumentos.** Em última instância, como o comum diz respeito às necessidades sociais, à reprodução ampliada em detrimento da acumulação incessante de capital, estamos falando de **corpos múltiplos cujo engajamento no compartilhamento tem como medida e finalidade a própria vida.**

F.M: Como identificar o comum em situações em que as coletividades não estão debatendo o conceito de comum?

J.T: É preciso ter cuidado para distinguir o comum enquanto um conceito teórico, uma bandeira de luta e as práticas do comum que há milênios sustentam diferentes comunidades humanas. Nem sempre há encontro entre estas três “dimensões” do comum. Identificar o comum que não se chama por este nome que nós – acadêmicos e militantes – lhe damos significa questionar as próprias categorias que aplicamos na tentativa de compreensão e ação sobre o mundo. **Além disso, significa se aproximar da comunidade não enquanto objetos de pesquisa, mas enquanto sujeitos sociais que produzem tanto realidades materiais distintas quanto entendimentos próprios – que produzem “mundos” – que resultam na produção de categorias nativas (como o mutirão caipira) utilizadas para nomear e distinguir o real.** É portanto necessário que transitemos entre diversos registros e estejamos abertos às múltiplas traduções necessárias para transitar entre as múltiplas manifestações do comum. Aqui, as contribuições teórico/metodológicas da Antropologia são valiosas, assim como de metodologias participantes, como a pesquisa-ação, dentre outras. **Difícilmente é possível estudar e identificar o comum sem tecer algum laço entre pesquisador e comunidade; só a partir daí pode-se procurar pelos sinais e rastros (tantas vezes invisíveis porque subsumidos sob o cotidiano, o dia-a-dia que parece banal) que geralmente marcam a produção do comum: a identificação do recurso, a delimitação da comunidade, o mapeamento das práticas e normas.** Mas devemos não nos esquecer no poder performativo dos conceitos e ideologias, e das trocas que existem, de modo que o

vocabulário do comum pode também ser apropriado e ressignificado pelas comunidades.

F.M: Como construir uma relação de simetria entre o debate conceitual do comum e as práticas comunitárias diversas?

J.T: Não sei se se trata de construir uma relação de simetria, mas talvez de estabelecer transversalidade, em que **tanto o debate conceitual quanto as práticas de produção do comum podem se enriquecer mutuamente por meio de atravessamentos permitidos pelas práticas de diálogo e tradução.** Como já mencionei, esses caminhos de mão dupla não são simétricos nem vias perfeitas: há ruído por toda parte, há desentendimento e, também, trocas criativas em que novos sentidos podem surgir. **O importante é que o diálogo aconteça, que as comunidades sejam incorporadas como coparticipantes do processo de pesquisa, e que tanto o processo quanto os resultados sejam compartilhados da maneira mais aberta e honesta possível.** Claramente há limitações, diferenças de linguagem, temporalidades distintas, que devem ser consideradas, mas nada disso costuma ser um impedimento para que **a própria experiência de pesquisa se torne uma prática de produção do comum, de produção de um conhecimento colaborativo que tenha um alcance para além das torres de marfim das universidades.** Talvez assim possamos fomentar práticas mais inclusivas e horizontais contra a separação moderna entre sujeito e objetivo, entre pesquisado e pesquisador, entre universidade, conhecimento e sociedade.

F.M: Na sua experiência enquanto pesquisador, de que forma as práticas locais reconfiguraram a ideia de comum presente na sua bibliografia?

J.T: Meu campo de pesquisa é principalmente focado na produção do comum urbano, que inclui considerar tanto recursos comuns produzidos na cidade quanto a própria cidade e a vida urbana que lhe sustenta enquanto comuns, obras coletivas. Diferentemente de comunidades tradicionais e populações indígenas, pesquisar o comum urbano em geral me exige uma maior atenção ao problema das fronteiras e delimitações porosas entre recursos e comunidades em um espaço de imensa complexidade e de fluxos intensos. Um mesmo indivíduo pode participar de várias comunidades, usufruir dos efeitos de um bem comum sem saber que o ajuda a produzir, além de estar tanto integrado à produção de mercadorias quanto à produção do comum em outras instâncias. Outra dificuldade é conseguir “encontrar” o comum no espaço construído, tão marcado pela ação do capital quanto regulado pelo Estado. **Geralmente, o comum vai aparecer nos interstícios, nos espaços liminares, às vezes de maneira efêmera, outras de modo mais permanente, mas sem tomar a “cara” que se**

espera de espaços estruturados, urbanizados etc. É na periferia – nas periferias em suas múltiplas manifestações – que acredito que o comum urbano está mais presente, nos esforços de sobrevivência e inventividade coletiva envolvidos na construção das casas e bairros populares, nos compartilhamentos e trocas que acontecem na economia popular, na forma como o espaço é apropriado coletivamente de maneiras que excedem todas as tentativas de regula-lo, no modo como a propriedade privada é afrontada pela ocupação. Estas são apenas algumas das instâncias em que posso encontrar indícios deste comum urbano popular, que finca raízes no mundo rural brasileiro e nos conhecimentos das populações negras e indígenas, e que contribui para sustentar e dar sentido à existência da maioria da população trabalhadora para além de todas expropriações, privações e explorações a que estão geralmente submetidos na cidade capitalista. Às vezes, estas práticas alcançam a mobilização política em prol de demandas coletivas, ou de transformações mais amplas, podendo ser pensadas enquanto lutas pelo direito à cidade, à cidade enquanto bem comum do qual ninguém deveria estar excluído.

*

As falas de Joao Tonucci que eu gostaria de destacar e que contribuíram para que eu avançasse em meu trabalho de pesquisar o comum em Santa Cruz Cabrália são especialmente as que me apontaram caminhos para relacionar o conceito às práticas sociais presentes no território. A pesquisa de Tonucci acontece em uma ocupação por moradia na periferia de Belo Horizont (MG). É no dia a dia da ocupação, em suas hortas, creches e cozinhas comunitárias, espaços coletivos de discussão, que João encontra a produção de comum pela comunidade. “Trata-se de um microcosmo de alta intensidade onde o comum é produzido e ameaçado sob situações de extremo risco, vulnerabilidade, exploração e violência, a isto se contrapondo como possibilidade emancipatória.” (TONUCCI, 2017, p. 31).

A fórmula que Tonucci aponta para encontrar o comum: identificar o recurso, delimitar a comunidade e mapear as práticas e normas, segue a equação de Bollier (2016): **COMUM = RECURSO + COMUNIDADE + CONJUNTO DE PROTOCOLOS**, conforme exposto no parte I desta dissertação. Mesmo com uma “fórmula” orientadora, concordamos que prática e debate conceitual se enriquecem mutuamente. Por isso a necessidade de construir um percurso de pesquisa que intente debater o conceito vinculado a um relato de caso.

Segundo Tonucci aponta e eu concordo, pesquisar o comum impõe a construção de laços entre pesquisador e comunidade. É por isso que a pandemia do novo coronavírus

reorientou todo o meu trajeto de pesquisa. Os sinais e rastros aos quais Tonucci se refere e que podem passar despercebidos por olhos desatentos por estarem justamente inscritos na cotidianidade, renegados a meras banalidades, sempre estiveram mais evidentes para mim na minha relação pessoal com a Feira Cultural – Encontro na praça do que nos outros movimentos que tentei pesquisar no início deste percurso, conforme aponte na introdução. Se o pesquisador precisa seguir esses rastros para encontrar a produção do comum, ficou evidente para mim que – neste estado de exceção imposto pela pandemia - eu deveria escolher o movimento cujos rastros já estavam postos e a mim caberia apenas segui-los.

2.5. Marília Guarita (Instituto Procomum / UNIFESP) – Entrevista realizada em fevereiro de 2021

Fernanda Martins: A produção do comum dentro do nosso coletivo Feira Cultural não estava imune aos conflitos internos. Como é a sua experiência em relação a isso com o Lab Procomum?

Marília Guarita: É um *case* de conflito, é conflito o tempo todo. No começo a gente sofria muito com isso, sabe? Mas depois a gente foi entendendo o quanto esses conflitos são inerentes a todo o processo, inerentes ao processo, inerentes a humanidade, inerentes ao comum. Que pena que não vai dar tempo de você ler o meu capítulo de gestão, porque eu não consegui acabar. Eu quero acabar esse final de semana. Eu falo muito sobre isso. Tem até uma citação que depois eu posso passar para você, que é se você quer abraçar a vida, você tem que abraçar o caos. O caos de todas essas relações. Então assim, como é que a gente foi se preparando para lidar com isso... Primeiro: uma coisa mais nova que a gente tem percebido é a importância da instrumentalização da equipe nesses processos de comunicação e mediação. Então assim para as pessoas que vão estar mais a frente, a gente está tentando fazer com que essas pessoas façam cursos, workshops em facilitação, em comunicação não violenta. Eu fiz um no ano passado para o terceiro setor, gratuito, que foi muito legal, depois eu posso até te passar os materiais. Por que é isso, a Géó [Georgia Nicolau] sempre fala que só a comunicação poderá nos salvar. Isso para todas as áreas, então é tipo: como tornar a comunicação mais eficiente? Porque muitos dos dilemas e conflitos não são por divergências de processos ou de quererem, são pela falta de conseguir comunicar o que você realmente está sentindo. Essa coisa que a sociocracia fala entre concordar, consensuar, então assim quais são os meios termos, o que eu posso abrir mão e não me ferir. Ou não, eu não vou abrir mão disso, porque se eu abrir vai me ferir. Essas diferenças, essas nuances entre os pontos de

partida e de chegada. Então, enfim, esse é um ponto que a gente tem aprendido mais nesses últimos anos, 20019/2020.

FM: No processo de produção da Feira Cultural uma das maiores reclamações era a divisão desigual das tarefas. Ou seja, alguns se comprometiam mais do que outros e isso gerava ruídos...

MG: A outra coisa que no meu mestrado eu estou tentando falar... tem uma coisa que a gente sabe é que o comum depende das comunidades, protocolos e um recurso comum. Mas quando a gente fala de comunidade, do coletivo, esse coletivo não pode ser um coletivo que oprima o indivíduo, as singularidades dos indivíduos. Então de que forma a gente constrói um coletivo a partir das singularidades e não das individualidades? Eu meio que trato isso um pouco no meu texto. A gente olha pro indivíduo, cuida do indivíduo, para então olhar para o coletivo. E aí eu acho que dentro disso está justamente essa questão de entender as sombras e luzes. De entender as potências e os poderes de cada um. Essa coisa do trabalho que não é dividido igual, a gente entende ali no Procomum que os protocolos são para todos, mas de que forma a gente trata os diferentes de forma diferente? Então assim, obviamente para um mãe é muito mais difícil ela ter tempo do que para um recém formado, ou para um jovem que só estuda, então não faz sentido essa pessoa doar mais tempo... Quais são os recursos de cada um? Tempo é um recurso. Como é que a gente consegue equalizar essas divisões através de outros indicadores que não só o tempo, não só o dinheiro, como é que a gente compõe uma divisão equalitária através de vários fatores. Não é simples, tudo isso que eu estou falando são coisas que às vezes a gente não consegue chegar a um lugar, às vezes a gente consegue. Então acho que tem muito dessa coisa, do indivíduo, individualidade vs. singularidades, coletivo vs. unidade.

Também tem a importância, e acho que é a primeira coisa, da construção dos protocolos de forma coletiva, que todas as pessoas participem das regras e combinados. Esses protocolos ao serem colocados em prática precisam ser revisitados para ver se fazem sentido ou não fazem, porque enfim, às vezes a gente cria umas coisas que não tem o menor uso na prática. E aí também, além dos protocolos, certas ferramentas nos ajudam a remediar ou prevenir. Por exemplo, a gente criou ano passado uma política de proteção e prevenção à violência. E é isso, quando tem um possível caso de violência dentro do lab, a gente aciona esse comitê e esse processo que a política nos dá. Então ir criando... para um feira talvez não seja uma política de violência, talvez seja uma política de entradas e saídas do coletivo, ou então de distribuição e arrecadação. Não sei, estou aqui viajando, tá? Mas assim... construir esses instrumentos com a participação do todo, obvio que não dá para todo mundo, cachorro com

vários donos fica sem comida. Mas como é que você envolve a todos? E aí tanto esses protocolos quanto essas políticas elas têm que ser comunicadas. As pessoas tem que estar a par disso, serem divulgados nos encontros, assinar termos... os nossos participantes assinam termos. São instrumentos que dizem exatamente os saberes e deveres deles. Enfim...

FM: Nossa Feira Cultural – Encontro na praça buscava reativar o potencial de geração de encontros da cidade, além disso, disputava a narrativa de que somente o poder público municipal ou a iniciativa privada poderiam promover e produzir cultura. A gente fazia com pouco recurso e muito empenho o que se fosse feito pelo Estado custaria uma fortuna. Apesar de ser uma relação conflituosa, a gente sempre teve a prefeitura municipal como apoiadora, mas não sem que eles tentassem levar mais créditos do que deveriam ou então dificultassem um pouco através da demora em responder nossos ofícios, por exemplo. Apesar disso, a gente sempre se sentiu provocativo, pois provocava o Estado, no caso a prefeitura municipal, a pensar o que era possível ser realizado, o que a gente queria que fosse feito, o que a gente gostava... Como você vê essa relação entre Estado e produção do comum?

M.G: Cara a nossa relação com o Estado por muito tempo foi “ajudava muito se não atrapalhasse”. A gente acabava fazendo todas as nossas coisas a partir da gente mesmo, sem contar muito com eles, porque quando eles podiam, eles atrapalhavam. Então agora, depois de quase cinco anos, a gente tá conseguindo otimizar. Primeiro a gente tá conseguindo acessar mais editais deles, fazer parcerias, ter pessoas que conhecem o nosso trabalho e que são da prefeitura. Mas a gente tenta montar esquemas e fluxos em que esses órgãos eles operam muito mais andando no paralelo, stakeholders - eu odeio essa palavra, mas pode ser, do que efetivamente uma parceria. O que eu quero dizer é: não depender do Estado, assim a gente tenta construir processos e iniciativas em que a gente não dependa deles. Se eles tiverem no rolê, pode melhorar e a gente tenta mapear como eles podem nos potencializar, mas não fazer nada em que a gente dependa deles, porque afinal, no fundo e ainda mais agora, eles não foram feitos para ajudar, né.

*

Em janeiro de 2021 eu recebi um email de Marília comentando que sua orientadora Marina Guzzo participou de minha banca de qualificação e disse que nossas pesquisas tinham várias confluências, mesmo possuindo abordagens distintas. Trocamos nossos textos de qualificação e seguimos trocando mensagens sobre nossos processos de conclusão da dissertação. Foi ao mergulhar no terceiro e último capítulo desta pesquisa e refletir sobre os vários desafios que enfrentamos ao longo da produção da Feira Cultural – Encontro na praça que resolvi partilhar nossos dilemas com Marília e convidá-la para participar do “Diálogos

sobre o comum”.

Sua contribuição vêm de um lugar da prática e da convivência direta com o fazer-comum do Lab Procomum, um laboratório de inovação cidadã em Santos, na Baixada Santista, São Paulo, e me evidenciaram as características processuais do fazer-comum da Feira Cultural – Encontro na praça, ou seja, como afirma Parra (2020) o fazer-comum será da ordem as relações, sempre construído na dimensão do “entre”.

Esse intercâmbio de experiências entre a Feira Cultural – Encontro na praça e o Lab Procomum me faz refletir o quanto a proposta de Dardot e Laval (2016) de fundar uma federação dos comuns de forma a organizar as relações entre as instituições dos comuns pode contribuir para a criação de uma política dos comuns, visto que são esses os espaços de experimentação política ancoradas em formulações e experimentações. As instituições do comum representam uma resposta para momento de desestruturação de certezas e têm sido construídos por pessoas que querem cuidar de si, do seu coletivo, de umas das outras e, menos óbvios, de sistemas que precisam ser curados (GUARITA, 2021).

CAPÍTULO III

3. Pistas de um fazer-comum

São duas as perguntas que norteiam a construção deste capítulo lado a lado com os relatos sobre a Feira Cultural – Encontro na Praça (doravante Feira) que nos servem de matéria prima: de que modo as práticas de produção da Feira nos permitem atualizar o debate sobre a produção do comum? Como engendrar no debate sobre o direito à cidade e a cidade comum a partir da experiência da Feira?

Neste capítulo procuro refletir sobre tais indagações através da construção de um relato de caso da Feira, ou do fazer-Feira como me refiro ao ato de produção da Feira Cultural, adentrando sobre a percepção que os sujeitos envolvidos com a organização coletiva da Feira têm sobre o próprio movimento. Aqui trabalho o fazer-comum junto a outros conceitos, sendo eles: convivência (PIMENTEL, 2013) cooperação (SENNET, 2012), direito à cidade (HARVEY, 2014), cidade comum (TONUCCI, 2019; SAVAZONI, 2018), sociedade em movimento (PERES, 2019), laboratório (LAFUENTE, 2017; PARRA, 2019) e laboratório do comum (PARRA E MORAES, 2020; SAVAZONI, 2020; PARRA, 2020)

Ademais, tentei enfatizar as dimensões relacionais e processuais da produção da Feira com as ambiguidades imanentes ao trabalho coletivo do fazer-comum que acontece no “entre” (PARRA, 2020), tensionado “entre” múltiplas singularidades que nem sempre concordam “entre” si.

Assim, trata-se de ver a Feira como “sociedade em movimento” que absorve tanto a ética quanto a estética, relacionadas ao fazer-comum. “Sociedades em movimento” é um termo que encontrei em Peres (2019) em distinção à noção cunhada nos anos 80 por “novos movimentos sociais”. As “sociedades em movimento” estão em busca de alternativas em prol da imaginação e da invenção de novos modos de fazer, de informar, de agir e de se associar, de perceber e de superar situações problemáticas, e mesmo quando não se manifestam diretamente, mesmo quando não adquirem visibilidade, seguem em processo, movimentando-se organicamente (PERES, 2019, p. 86). As conclusões preliminares apontam que as observações de Silvia Federici (2014) e de Alana Moraes (2018) sobre o protagonismo das mulheres na luta pelo fazer-comum se aplicam no caso da Feira. No nosso caso, as mulheres sempre foram esmagadoramente as protagonistas deste fazer-comum da Feira.

As cenas, reflexões, embates e debates que atravessam as próximas páginas são frutos de meu envolvimento pessoal com o movimento. Acompanho o processo desde a primeira reunião e participei como co-organizadora de todas as edições da Feira.

As entrevistas foram feitas com as participantes do coletivo Feira Cultural. Para que isso fosse possível, fiz uma chamada em nosso grupo de whatsapp convidando aqueles que teriam interesse em participar. É a partir dos relatos produzidos que seguiremos as pistas do fazer-comum.

A Feira funciona como uma incubadora de novas práticas cidadãs, nos colocando em copresença, atualizando novas formas de resistência e convivência em sociedade. Dessa incubadora de novas práticas cidadãs nos deparamos com dois conceitos que nos importam aqui. O primeiro é o de laboratório cidadão, definido por Lafuente (2017) como um espaço de produção aberta de conhecimento, uma comunidade de aprendizagem aberta a toda variedade de atores e a toda pluralidade de pontos de vista, um espaço que torne possível a conversação sem que ninguém imponha seu ponto de vista e sem que ninguém tenha o poder de bloquear um tema porque considera que já se discutiu o suficiente.

Um laboratório cidadão é, portanto, um espaço para aprender a viver juntos: uma incubadora de comunidades [...] As práticas do laboratório cidadão são realizadas entre todos e, conseqüentemente, dá-se forma a bens comuns. Eu gosto de especular a ideia de que sempre que há um bem comum é necessário que haja um laboratório que o sustente e que é sustentado por ele. Como o *procomún* poderia sobreviver a impérios, autoritarismos, neoliberalismos e a circunstâncias tão hostis não fosse pela comunidade que o sustenta (e que é sustentada por este comum), que nos dão provas constantes de saber adaptar-se e de interpretar corretamente os signos externos? [...] Criar e sustentar um bem comum demanda muito conhecimento, muita capacidade de análise ou, em outras palavras, um laboratório cidadão plenamente operativo (LAFUENTE, 2017).

O segundo conceito é derivado deste primeiro. Um laboratório do comum, de acordo com Savazoni (2020), acontece nesse processo de experimentar com o comum. Para Parra (2019), um laboratório do comum é sobretudo, um lugar de coinvestigação, pesquisa e experimentação. Nesta perspectiva, a partir de fragmentos da live “Futuros possíveis no limiar da pandemia: laboratórios do comum para a gestão social de territórios”³, construí ao longo

³ A live foi realizada no dia 22 de julho de 2020, organizada por mim e pela professora Valéria Giannella da Universidade Federal do Sul da Bahia e contou com a participação de Henrique Parra, da Universidade Federal de São Paulo e Pimentalab; Georgia Nicolau, do Instituto Procomum; e Rodrigo Savazoni, da Universidade Federal do ABC e do Instituto Procomum. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rc9J11aA6qQ>

deste capítulo alguns feixes dialógicos⁴ a respeito da importância dos laboratórios do comum, a saber:

Rodrigo Savazoni: os laboratórios do comum [...] são essas comunidades, rede, são esses espaços borrados, furados, dinâmicos, em que se pode experimentar com essa ideia de que é preciso organizar-se autonomamente a partir das nossas próprias forças e das nossas próprias diferenças para poder gerir aquilo que nós chamamos de bens comuns.

Henrique Parra: eu gosto de pensar também que o laboratório não é só uma coisa que a gente organiza, um espaço entre, uma prática compartilhada de produção de conhecimento situado sobre um problema que nos afeta coletivamente, mas é também um conjunto de experiências que já estão acontecendo sobre as quais a gente consegue reconhecer que acontece ali uma dupla articulação tanto de um processo de produção de conhecimento, portanto é um movimento digamos de ordem epistêmica de produção de saberes, mas é também uma ação sempre política de fundação de mundo.

Rodrigo Savazoni: O mais importante de um laboratório do comum na minha compreensão é essa tecnologia social ou essa metodologia aberta ou esse arranjo distribuído que permite que a gente se conecte com e em comunidade entre nós uns com os outros para poder pensar em soluções situadas, para poder apresentar respostas que não são necessariamente respostas fechadas porque elas nos são orientadas a um fim específico, mas talvez seja inclusive formas da gente conseguir rearticular o como viver. Como viver em comum, como viver em comunidade, em sociedade. Acho que isso está dentro do eixo estratégico do que a gente tem realizado.

As falas de Rodrigo e Henrique nos ajudam a pensar a Feira como um laboratório do comum que pensa e fabrica possibilidades de resistência, atualiza novas possibilidades de se viver junto, e de se pensar a cidade desde seus lugares de encontro e convivência.

*

Era final de abril de 2017 quando reunimos seis pessoas em uma tarde chuvosa no cais do porto de Santa Cruz Cabralia. Não tinha passado nem uma semana do I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento, evento que coordenei com o apoio da Prefeitura Municipal local e da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia através do edital setorial de cultura popular. No I Encontro tivemos um dia inteiro de apresentações culturais que representam a cultura tradicional de Belmonte, Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, oficinas, roda de conversa, feira de artesanato regional e culinária local. Na época alguns grupos no whatsapp foram criados para promover o diálogo entre os participantes do evento. E foi justamente em um desses grupos que uma centelha se acendeu: havia vontade de continuar promovendo eventos como aquele, mas como? O encontro da tarde chuvosa era justamente

⁴ Os feixes dialógicos aparecem em Pimentel (2004), quando o autor utiliza-se desta metodologia para buscar estabelecer intersecções casuais a partir da identificação de nexos entre os enunciados e símbolos dos relatos com quais trabalhou. A utilização desta metodologia favorece a abertura de novas sínteses dos discursos a partir da constituição de metadiálogos entre atores e autores da pesquisa.

para descobrirmos isso.

Depois de algumas horas de conversa, saímos dali com a missão de organizarmos algo que fosse uma feira de artesanato, mas que não fosse apenas um lugar de expor e de vender, mas também de promover encontros, de apoiar artistas locais, de ser um espaço que acolhesse crianças, jovens, adultos e idosos. Tinha que ter atividade para todo mundo. Da conciliação entre tantas vontades surgiu o embrião do projeto Feira Cultural – Encontro na Praça. O tempo para tirar o projeto do papel e fazê-lo crescer era um recorde. O desejo era fazer a primeira edição na véspera do dia das mães, algo que nos dava aproximadamente quinze dias para organizar tudo.

Eram muitas as tarefas e nos dividimos para poder cumpri-las: encontrar novos expositores interessados em participar, encontrar os artistas locais que topassem se apresentar por uma ajuda mínima de custo (que ainda nem sabíamos como pagar), organizar a grade de horário das apresentações culturais, pensar e fazer circular a divulgação, resolver a questão de som e iluminação, dialogar com o poder público municipal, pensar em soluções para as mesas onde as artesãs iriam expor seus produtos e em como transportá-las...

Em seu livro “Juntos”, Richard Sennet (2019) explora a cooperação como uma habilidade. Para o autor, o ato de cooperar requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto, conseguindo juntos o que não conseguiríamos sozinhos. Nós tivemos que aprender a cooperar para fazer com que a Feira não só acontecesse, mas funcionasse da forma como desejávamos.

A primeira edição da Feira aconteceu no dia treze de maio de 2017, na Praça da Âncora, no cais do porto de Santa Cruz Cabrália, com artesanato, culinária e uma grade de apresentações culturais do início ao fim. Conseguimos uma parceria com o poder público municipal que nos concedeu som, iluminação e as mesas da feira livre municipal e o transporte delas, contanto que nos responsabilizássemos por coloca-las e retirá-las do caminhão. Para seguir os protocolos municipais, tivemos que pedir a cessão de uso do espaço para a secretaria do meio ambiente.

Só realizamos uma única reunião presencial antes da primeira edição da Feira, que foi justamente aquela da tarde chuvosa. O restante foi tudo discutido via grupo no whatsapp. Conforme encontrávamos mais interessados em expor e participar, inseríamos no grupo e tentávamos incorporar a nova ou o novo participante nas atividades que ainda restavam fazer. Foram muitos ofícios para a prefeitura, texto e arte para divulgação, encontrar uma gráfica para a impressão dos cartazes, espalhar os cartazes pela cidade, divulgação massiva na redes sociais e whatsapp. Nosso primeiro processo de produção coletiva não foi fácil. Enfrentamos

alguns abismos intergeracionais, já que uma parte do nosso coletivo Feira Cultural não tinha tanta familiaridade com as tecnologias digitais, portanto não conseguia contribuir com as tarefas que dependiam disso. A geografia de Santa Cruz Cabralia também dificultou. Em um primeiro momento, a maior parte do nosso coletivo era da orla norte da cidade, o que as obrigava pegar ônibus ou van e ainda uma balsa que atravessa o rio João de Tiba para chegar ao centro.

Figura 2 – Arte divulgação da primeira edição da Feira Cultural – Encontro na praça. Produção coletiva sob orientação da ilustradora Ana Raquel.



Fonte 1: Página do Facebook da Feira Cultural - Encontro na Praça

A questão da divisão de tarefas foi um ponto de tensão que nos acompanhou em todas as edições da Feira. Havia um conflito sempre que algumas pessoas se davam conta de que trabalhavam mais do que outras para que a Feira acontecesse. Tentávamos exercer o diálogo e a compreensão de que cada um doava aquilo que podia, se dedicava o quanto podia, mas não foi só uma vez que o mal estar imperou durante e após a realização da Feira. Na medida em que as edições foram ocorrendo e essa situação ganhou maior evidência, o período de tempo entre uma edição e outra foi aumentando. Havia um cansaço que pairava no grupo após cada realização.

Independente do mal estar, havia algo que sempre foi levado em consideração e discutido abertamente: conviver e produzir coletivamente é também aceitar os limites e as vontades de cada um. Portanto, para a Feira acontecer, aqueles que tivessem disposição deveriam tomar à frente. Observo assim que o nosso fazer-comum do fazer-Feira centra-se antes de tudo nas práticas de interação e cuidado com o processo. Sendo tal como todo comum, um problema de ação coletiva.

Rodrigo Savazoni: O comum é uma questão que envolve como organizar-se, como nós nos organizamos para agir coletivamente.

Henrique Parra: está na dimensão do entre, portanto tem uma dimensão aí de ordem relacional, sempre relacional.

Nesse sentido, Pimentel (2013), que em sua pesquisa percorre caminhos diversos para nos apresentar as genealogias do conviver, destaca justamente aquilo que observo como o que de mais importante ocorre ao redor do comum: o estar-junto, o fazer-junto, o conviver em coletividade.

A existência em copreença é vigorosa (e virtuosa) e pode contribuir para a emergência de novas formas de resistência. Também pode contribuir para a criação de outras formas de emancipações sociais no presente. A convivência, enquanto dimensão de múltiplas temporalidades existenciais, inspira outras pedagogias do nosso tempo (PIMENTEL, 2013, p. 394).

Ao estarmos juntos e nos colocarmos em convivência, experimentamos uma condição de interdependência. Alana Moraes (2018) investigou as práticas políticas de experimentação do estar junto das mulheres acampadas do MTST e as implicações que fazer parte do movimento traz para a gestão das vulnerabilidades individuais e coletivas. A dinâmica de troca e interação que a produção coletiva impõe, desperta, ensina e aposta em uma outra forma de viver, diferente das disputas de tempo e recurso que o capitalismo impõe. Não é

incomum ouvirmos relatos de curas para sofrimentos individuais dentro da produção coletiva. Segundo Moraes (2018),

A “cura” é produzida por esses diversos deslocamentos. O primeiro tem a ver com o reconhecimento da vulnerabilidade do outro, o segundo com a nova espacialidade vivida para além da casa e do espaço doméstico e uma nova comunalidade radical, o terceiro deslocamento tem a ver com o momento de novas implicações e responsabilidades com a vida coletiva, o “tornar-se alguém que importa” porque se é capaz de “fazer funcionar” as demandas do acampamento (MORAES, 2018, p. 73)

O depoimento de dona Beth, mulher negra artesã, nos convida a pensar o quanto o fazer-comum do nosso fazer-Feira alcançava uma dimensão capaz de produzir implicações e interdependências.

Passava a semana ansiosa esperando o dia da feira. Dividia meu tempo com os afazeres de casa e a confecção dos produtos da feira. Nessa época eu administrava a cantina do Centro Cultural e aproveitava toda folga para fazer os produtos da feira. Na festa junina os doces vendidos na feira foram feitos na cantina.

Meus sábados ficaram mais radiantes e com significado por conta dos encontros na feira. A troca de energia que prezo muito, as comidinha deliciosas e diferenciadas que conheci na feira, a maneira cortês que cada artesã tinha com a colega na hora de desmontar a feira, sempre muita colaboração, estou achando muita falta (Dona Beth, 76 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça)

Comigo não foi diferente. A Feira Cultural – Encontro na Praça transformou a minha relação com Santa Cruz Cabralia. Até então ainda me sentia um tanto quanto forasteira na cidade, com relações que se baseavam exclusivamente na família do meu companheiro e com uma rotina de trabalho remoto que não facilitava o entrosamento local. Realizar o I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento foi um pontapé para estabelecer relações pessoais com a população local, mas foi a produção da Feira Cultural que fez com que eu estabelecesse vínculos fortes e me fizesse sentir verdadeiramente parte da cidade.

Lembro até hoje da sensação de quando vi pela primeira vez a praça, que aos sábados a noite costuma estar vazia, cheia de gente, de diferentes faixas etárias. O clima de celebração se misturava com o tanto de trabalho que durante a Feira ainda restava fazer. Era preciso controlar o tempo das atrações, coletar dinheiro de todos os expositores (para a primeira edição da Feira, cada expositor contribuiu com a taxa de dez reais que foi revertida para os artistas. Disponibilizamos uma caixinha próxima ao local das apresentações para quem

quisesse contribuir também), fazer os pagamentos, fotografar... Nossa primeira edição da Feira Cultural – Encontro na Praça foi um sucesso. E desde então, já realizamos sete edições.

Figura 3: A praça da âncora em uma edição da Feira Cultural – Encontro na Praça



Fonte 2: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 4: Crianças brincando em segurança na praça sob os olhares de toda uma comunidade



Fonte 3: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 5: Oficina de poesia na programação de uma das edições da Feira.



Fonte 4: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Para que fosse possível realizar mais edições, nos apegamos a alguns combinados, entre eles: a horizontalidade na tomada de decisões, a cooperação contínua, o cuidado com as pessoas e com os processos, e a valorização da diversidade, das artes e dos saberes locais. Mas os combinados não nos livraram dos conflitos. Inclusive eles mesmos entravam em pauta de vez em quando. A própria forma de fazer-Feira foi questionada muitas vezes. Havia quem defendesse um formato mais vertical de tomada de decisões.

A gente, e mais algumas pessoas, pelejava para implementar um “novo” modo de fazer: com horizontalidade entre nós, com participação ativa da criação e organização. Com maior independência com a esfera da prefeitura. Já tinha uma galera que queria que a prefeitura nos adotasse, resolvesse nossas questões e não se importavam que a prefeitura tomasse decisões por nós. Isso me parece vir de uma visão paternalista e também pouco proativa e mais demandativa. Em que elas não se sentiam a vontade ou com possibilidades reais de serem protagonistas. Tinha o costume (histórico e estrutural – acho) de deixarem ser conduzidas e discordarem nos cantos. O que acho que tem bem a ver com a herança e prática política mesmo da nossa sociedade. (Paula Pimenta, 34 anos, coletivo Feira Cultural)

Nos deparávamos constantemente com outros pontos de discordância. Lembro de alguns deles.

“Aceitar que os artistas que se apresentam às 20h passem o chapéu⁵ é justo com o artista que se apresentou nos primeiros horários da Feira, onde não tinha muito público ainda?”

“Deveríamos assumir essa função de passar o chapéu para então dividir o recurso entre todos os artistas?”

“Como fazer a divisão dos espaços dos expositores de forma justa? Sorteio? Quem chegar primeiro escolhe o seu lugar? Exercitar o desapego e parar de ligar para isso?”

“Artistas das cidades da região podem se apresentar na Feira, mas para expor é preciso residir em Cabrália?”

“Como lidar com os anseios de vendas das artesãs enquanto os objetivos da Feira nunca foram pautados apenas na geração de recursos, mas sim em outros valores como convivência, diversidade, cultura, promover encontros no espaço público...?”

Para David Bollier (2016), e eu concordo, fazer-comum não é nenhuma utopia ou panaceia. Existem desacordos entre os comuneiros, existem choques de personalidades.

Lembro de algumas discussões que tomavam as reuniões e no Whatsapp [que] não era legal, os desabafos das pessoas que se sentiam desmotivadas pelo excesso de funções acabava por me desmotivar também, mas sempre houve muito diálogo dentro do grupo e quando isso acontecia todos tentavam conciliar a situação, era um espaço onde podíamos ser ouvidos. (Gabriela Medina, 22 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça)

Muitas das soluções dos problemas do nosso fazer-feira foram criadas a partir da discussão em grupo, para isso o grupo é composto por diferentes pessoas, com diferentes saberes aprendendo a conviver juntas, de forma aberta, sustentável, democrática, autogestionada. Fazer-comum exige disponibilidade para a troca e compromisso com a construção de formas de se relacionar que passem pelos princípios da cooperação, participação, inovação de baixo para cima, inclusão, equidade e transparência (BOLLIER, 2016).

Mesmo com nossos esforços, entre a terceira e quarta edição da Feira houve um movimento dissidente dentro do nosso coletivo. Após alguns desentendimentos internos, um outro grupo se formou e montou a Feirinha das Artes em outra praça da cidade, com uma proposta de organização diferente da nossa. As edições ali eram semanais, havia uma taxa

⁵ Passar o chapéu é uma expressão utilizada entre os artistas e significa pedir uma contribuição financeira do público pela apresentação realizada.

mensal de participação, um número limitado de expositoras, e o foco era mais na venda de artesanato do que nas apresentações culturais. Em dezembro de 2017 conseguimos realizar uma Feira Cultural – Encontro na Praça reunindo também o grupo dissidente.

As atividades culturais eram nossa marca registrada, faziam parte da concepção original e mesmo o grupo já tendo discutido a possibilidade de reduzir o número de atrações por uma questão de recursos, esse era um ponto em que sempre voltávamos atrás e nos lembrávamos do motivo que nos fez iniciar o movimento. “A nossa ideia sempre foi dar vida à cidade, principalmente aquela parte da cidade [praça da âncora]. Ocupar o espaço público. Acho que a arte faz bem esse papel” (Carolina Noronha, 32 anos, coletivo Feira Cultural). Sem contar que havia sempre artistas interessados em participar.

As apresentações culturais que já passaram pela Feira Cultural falam por si só sobre a diversidade que sempre almejamos: roda de capoeira; apresentação de rap; apresentação de mpb; dança afro; circo; mímica; ônibus biblioteca itinerante; maculelê; caça ao tesouro; lambada; bandas de reggae, rock; roda de conversa sobre racismo; sarau de encerramento de componente dos alunos do Colégio Universitário da Universidade Federal do Sul da Bahia; oficina de poesias; exposição de fotografias; cinema; performance artística; espaço de trocas e desapego; rifas e bingos. Ao redor de tudo isso: exposição de artesanato e culinária local.

Era um espaço lindo, que valorizava o trabalho das pessoas, seja no artesanato, comida, música, roupas, seja, na troca de experiências, na afetividade e no comércio local. Mas principalmente acredito que era um espaço que valorizava as tradições, as comidas típicas, a cultura cabraliense! (Gabriela Medina, 22 anos, coletivo Feira Cultural)

Figura 6: Arte divulgação com a programação da Feira Cultural



Atracões culturais

15h - Emanuel Marinho (voz e violão)

16h - Gincana com as crianças (Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer da prefeitura municipal de Santa Cruz Cabralia)

17h - Palhaçaria: Jerus Mirra em um Sonho de Clown

18h - Contação de histórias (Livraria Nobel)

19h - Bingo solidário

20h - Apresentação de dança (Centro de Convivência e Cultura de Santo André)

20h30 - Banda Guiné (Reggae)

15h às 19h - Ônibus Leitura em movimento (O Livreiro com participação da livraria Nobel)



07/10
SÁBADO
A PARTIR DAS 15H

Fonte 5: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 7: Sábado movimentado na praça da âncora - Apresentação de circo na Feira Cultural - Encontro na Praça



Fonte 6: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Por trás do fazer-comum em nosso fazer-Feira, o intuito sempre foi mostrar que era possível realizar a partir de nós mesmas, sem a dependência do Estado ou da iniciativa privada, ainda que ambos contribuíssem para a realização das edições, com o tipo de relação que desejávamos, o que tem a ver com à permanente abertura e conexão com o outro, para em posição de contínua colaboração produzir uma praça-cidade disponível para todos.

[A Feira] tinha um convite para um modelo de sociedade que a gente também queria fazer acontecer [...], ela transformava a praça em uma escola, não só em um espaço mais movimentado, com arte, com conhecimento, com encontro, com partilha, como também formas de fazer isso acontecer, formas de passar para a mão das pessoas o potencial de realizar as coisas. (Paula Pimenta, 34 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça)

Figura 8: De uma praça vazia a uma praça ocupada.



Fonte 7: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na praça

Figura 9: Apresentação de dança afro.



Fonte 8: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na praça

3.1. A cidade do comum

Pergunta: Quais são suas melhores lembranças da Feira Cultural?

Miriam: A alegria nos olhos dos moradores e artesãos, a praça com vida cultural (Miriam Silva, 57 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça)

A praça Pedro Álvares Cabral, mais conhecida como Praça da Âncora, está localizada no cais do porto de Santa Cruz Cabrália, na beira do rio João de Tiba. Durante o dia é frequentada pela comunidade pesqueira e pelos turistas que passam obrigatoriamente por ali para ter acesso ao embarque e desembarque das escunas que realizam os passeios fluviais e marítimos. De noite a pequena praça que em tempos remotos - quando Santa Cruz Cabrália ainda era uma pequena vila de pescadores, abrigava uma televisão comunitária, hoje não possui atrativo algum.

Todo dia um funcionário ligava a televisão a partir das 18h e desligava às 20h30. Foi construído um monumento para ela e ela ficava lá disponível o dia inteiro, mas o funcionário só ligava nesse horário. Os jovens e as crianças eram os que mais frequentavam (Claudio Monteiro, 52 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça).

A lembrança da praça com a televisão me faz lembrar uma nota de rodapé no artigo "ativar o animismo" de Isabelle Stengers que chama muito a atenção. Na versão de língua inglesa, Stengers utiliza o termo "reclaiming", que entre suas várias interpretações, encontramos reivindicar, recuperar, regenerar, reafirmar... Na nota de rodapé, a tradutora avisa que “‘reclaiming’ não significa retomar o que foi confiscado, mas aprender o que é necessário para habitar novamente o que foi destruído. Dessa forma ‘reclaiming’ estaria associado a “‘curar’, ‘reapropriar’, ‘aprender/ensinar de novo’, ‘lutar’, ‘tornar-se capaz de restaurar a vida onde ela se encontra envenenada’” (STENGER, 2017). A opção por traduzir o verbo "to reclaim" para “reativar” teve como intenção levar em conta o potencial terapêutico e político da ideia. Reativar diz respeito não a um gesto nostálgico de repetição do passado, mas a ações e práticas situadas, norteadas pelo empirismo e pelo pragmatismo.

A ideia inculcada no “reativar” me faz pensar tanto no comum quanto nos espaços públicos das cidades. Como reativar o potencial gerador de encontros desses espaços? O processo de produção da Feira Cultural – Encontro na Praça nos aponta alguns caminhos.

A praça ganhou muita vida em todos os encontros, no primeiro especificamente eu lembro muito da sensação viva no meu corpo de sentar cansada, mas muito feliz, muito emocionada de ver as pessoas interagindo, de ver criança brincando... já era o fim da feira, era umas 22h30, e tinha uma grávida conversando com outra mulher, tinham crianças brincando na âncora,

estava um clima lindo. [...] Eu sentia que era um espaço de compartilhamento em um espaço público que estava adormecido. Era como se estivesse adormecido, e a Feira trazia uma sensação de sonho, de realização. Não só para a gente que organizava, mas economicamente também tinha um retorno, o comércio ao redor começou a reconhecer e a querer investir, as pessoas perguntavam quando ia ser a próxima, as feirantes queriam mais... (Paula Pimenta, 34 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na praça)

Harvey (2014) defende que é preciso reivindicar algum tipo de poder configurador sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental, pois o tipo de cidade que queremos não pode estar separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser e do tipo de relações sociais que buscamos. A liberdade de intervir em nossas cidades é, para Harvey, um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que menosprezado. E eu acrescentaria pouco conhecido.

[...] até hoje carecemos de uma consciência bem definida de nossa tarefa, talvez seja útil refletir, primeiro, sobre o modo como fomos feitos e refeitos, ao longo da história, por um processo urbano impulsionado por forças sociais poderosas. Os últimos cem anos significam, por exemplo, que fomos refeitos várias vezes, sem saber como ou por quê. Essa dramática urbanização terá contribuído para o bem-estar humano? (HARVEY, 2014, p. 29)

Ao afirmar que nos últimos cem anos fomos refeitos várias vezes por um processo urbano impulsionado por forças sociais poderosas, sem saber como ou o por quê, Harvey me faz refletir sobre a relação repleta de ruídos que estabelecemos com o Estado, através da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabralia, desde o início do nosso movimento. Solicitávamos a cada edição da Feira a cessão do uso do espaço, o som e a iluminação. O uso das mesas da feira livre municipal foi descartado após nos darmos conta de que a logística de retirar e devolver as mesas não valia a pena. Após isso, cada feirante passou a improvisar a sua forma de expor. Em algumas edições solicitamos um carro de som para divulgar a Feira, mas a parceria foi interrompida após o carro circular pela cidade afirmando a prefeitura como protagonista da realização do nosso evento. Passamos por situações parecidas algumas outras vezes. De certa forma tínhamos que constantemente defender nosso protagonismo e liberdade.

Essa experiência me faz lembrar que Harvey (2014) defende uma ideia um tanto quanto polêmica quando se trata de defender o comum. Para ele é preciso, em alguns casos, cercar o comum. Cercá-los, para protegê-los.

Já ficou claro anteriormente que, apesar de emergente, o debate conceitual sobre o comum não é novidade. Debater o comum urbano ou a cidade como comum também não é privilégio de uma nova geração de grupos ativistas, pelo contrário, talvez encontrar o comum das cidades nos faça voltar para a afirmação de Parra e Moraes (2020) que identificar o comum é uma questão de ordem de sensibilidade. Como afirma Tonucci (2017)

nas metrópoles do Sul global, o fazer-comum há muito tempo encontra-se incorporado nas favelas, periferias e espaços designadas aos pobres urbanos, devido ao entrelaçamento entre estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social. A incompletude da organização do espaço urbano na periferia do capitalismo, ao mesmo em que implica múltiplas formas de privação, vulnerabilidade e segregação, é responsável pela sobrevivência, reprodução e estímulo à modos de vida urbana mais densos, abertos e imprevisíveis: à urbanidades mestiças e à hibridismos urbanos que muitas vezes se agenciam como comum (TONUCCI, 2017, p. 137)

Os exemplos levantados por Tonucci (2017) nos colocam perante a dimensão ontológica do conceito.

Henrique Parra: Quer dizer, o comum ele existe. O comum é o que resiste. É aquilo que é continuamente produzido entre todos e não só aquilo que é para todos. Essa distinção entre aquilo que é para todos, que tem uma orientação universalista, o entre todos, ele nos coloca como sujeitos implicados e co-dependentes.

Georgia Nicolau: quais são as respostas que a gente vai tentar experimentar para esse mundo que a gente acredita, e que mais ele existe. Não é que ele vai existir. Esse mundo que a gente acredita ele existe e eu experimento ele várias vezes. [...] Mas eu experimento esse mundo possível, ele existe, ele está em mim e eu tenho esse conhecimento dentro de mim.

Rodrigo Savazoni: a gente tá debatendo que hoje é preciso colocar a vida em experimento, é colocarmo-nos como parte de um experimento de viver, como nos expormos com nossos corpos, com nossos conhecimentos de forma generosa e franca em direção a esse desconhecido.

Georgia Nicolau: eu acho que a partir da experiência do local a gente consegue entender também ali que é possível que a gente construa formas de convivência e que apesar dos conflitos se a gente entende o tempo também como um comum é possível tecer essa ética de uma convivência entre os diferentes. E ainda assim não só sobreviver, mas existir.

Tonucci (2017) também propõe uma distinção epistemológica entre a cidade como espaço diverso de muitos comuns urbanos (bens, recursos e espaços comuns) e a cidade como comum, em sua totalidade de espaços, relações e oportunidades associadas à complexidade e riqueza da vida urbana. Para Savazoni (2018) a cidade do comum.

é uma cidade co construída pelos seus habitantes, uma cidade que permite a governança colaborativa do que nos habituamos a chamar espaço público: as ruas, praças, parques, várzeas dos rios, rios, bosques remanescentes etc. Essa cidade do comum também permite a reversão de processos de privatização, dando lugar a novos arranjos comunitários de usufruto cidadão, como ocorre quando terrenos baldios passam a ser usados para a construção de hortas urbanas, solários ou mesmo praças autogestionadas (SAVAZONI, 2018, p. 75).

No caso, a Feira Cultural – Encontro na Praça se utilizava de um recurso urbano comum, a praça da âncora, mas almejava por uma cidade do comum.

A Feira tem totalmente a ver com cuidado, tem a ver com a gente cuidar de deixar vivo essa circulação, essa comunicação das pessoas. De valorizar o conhecimento cultural e tradicional também, o reconhecimento das pessoas como artistas numa cidade em que não tem tanto olhar pra isso. Tem a coisa do cuidado com o espaço público, com a vida, não só em relação a estrutura, mas no sentido dele como vivo

mesmo, no sentido dele como melhor, de enfeitar lá [a praça]. [Há o] cuidado das pessoas enquanto uma comunidade, de cuidar de nós mesmas, de cuidar da comunicação, a gente tinha esse desafio de cuidar das ansiedades... A gente tinha o olhar atento para isso. (Paula Pimenta, 34 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça)

Uma cidade do comum precisa passar obrigatoriamente por esse fazer cidade. Isso implica na participação direta dos seus moradores nas decisões que dizem respeito a ela (FOSTER e IAIONE, 2016; LEFEVBRE, 1968; DE ANGELIS e STRAVIDES, 2010, HARVEY, 2014). O que nos leva novamente à definição de laboratório cidadão de Lafuente (2017) e a Feira como um laboratório do comum.

são laboratórios cidadãos onde se está experimentando outras formas de habitar a cidade, distintos modos de nos conectarmos que não estejam mediados (ou determinados) pelo consumo, pelo valor ou pela utilidade. Estamos, entre todos, dando forma à ideia de que uma cidade são suas relações e não suas construções. Estamos reinventando a cidade como um espaço comum (LAFUENTE, 2017, online).

É assim que identifico a forma com que o fazer-comum da Feira dialoga com o debate sobre direito à cidade e a cidade como um comum, pois ela funda um novo arranjo comunitário para a construção de uma cidade do desejo.

Para Lefebvre, o direito à cidade é o direito de criar a cidade como uma obra coletiva de arte. A cidade, portanto, pode ser produzida através de encontros que abrem espaço para novos significados, novos valores, novos sonhos, novas experiências coletivas. E esta é realmente uma maneira de transcender a utilidade pura, um maneira de ver comuns além do horizonte utilitarista. (DE ANGELIS e STAVRIDES, 2010, p. 16, tradução nossa)

A Feira Cultural – Encontro na Praça é um caso eloquente da forma como produzir coletivamente pode contribuir para a emergência de novas formas de resistências e emancipações sociais. Sua produção foi gerida por um processo autogestionado, que mesclava encontros presenciais com interações constantes via grupo no whatsapp. A experiência produziu conflitos e aprendizados, mas acendeu em todos os participantes a chama do movimento em defesa de uma cidade aberta a intervenções. O resultado foi a transformação da narrativa que sempre vinculou ao poder público municipal ou a iniciativa privada a responsabilidade por fazer e promover a cultura e os encontros. A visão de que as praças e ruas a noite não são seguras para as famílias também foi superada pela ideia de que a “praça é nossa, vamos ocupá-la”.

O comum surge nesse contexto como um sopro de esperança, terceira dimensão possível, baseada na auto-organização e na coletivização do espaço urbano em benefício das maiorias. O espaço público, ressignificado, tornou-se espaço de encontro e de produção da política. (SAVAZONI, 2018, p. 73)

É dessa forma que enxergo como processos vivos como a Feira Cultural – Encontro na Praça representam a reivindicação de um comum urbano e a luta por uma cidade do comum.

Figura 10: Praça da âncora às 19h, em uma noite qualquer. É assim que a praça fica quando não há edição da Feira Cultural - Encontro na Praça



Fonte 9: Fernanda Martins

Figura 11: Arte divulgação da Feira Cultural – Encontro na Praça



Fonte 10: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 12: Expositores da Feira Cultural – Encontro na Praça



Fonte 11: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 13: Arte divulgação. Como a Feira não tinha datas pré-definidas, investíamos em *cards* que era compartilhados nas redes sociais. Tudo para lembrar a população que a próxima edição da Feira estava próxima



Fonte 12: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 14: Sábado agitado na praça da âncora



Fonte 13: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 15: Apresentações culturais: Roda de capoeira – Feira Cultural – Encontro na Praça



Fonte 14: Página do Facebook da Feira Cultural – Encontro na Praça

Figura 16: Expositores da Feira Cultural – Encontro na Praça



Fonte 15: Página do Facebook da Feira Cultural - Encontro na Praça

Figura 17: Atividades culturais da Feira Cultural – Encontro na Praça: ônibus-biblioteca itinerante



Fonte 16: Página do Facebook da Feira Cultural - Encontro na Praça

Figura 18: Espaço de trocas e desapegos da Feira Cultural – Encontro na Praça



Fonte 17: Página do Facebook da Feira Cultural - Encontro na Praça

Figura 19: Atividades da Feira Cultural – Encontro na Praça: cinema



Fonte 18: Página do Facebook da Feira Cultural - Encontro na Praça

Figura 20: Cartaz de agradecimento postado nas redes sociais após edição da Feira



Fonte 19: Página do Facebook da Feira Cultural - Encontro na Praça

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou as possibilidades da encruzilhada)

A trajetória desta pesquisa foi marcada por encruzilhadas – o lugar da dúvida, da situação que nos faz perder o rumo e exige o esforço para encontrar um novo equilíbrio (RUFINO, 2019). Dentro deste cenário, foi preciso eleger saídas. A encruzilhada se apresenta como o lugar das possibilidades. Nela é preciso escolher o caminho e estar disponível para os novos rumos que se abrem a partir desta escolha. Meus impulsos me levaram a trilhar os caminhos que possibilitam ao leitor ou leitora ter acesso a um repertório que possa gerar mudanças de percepção para que dessa forma seja possível passar a observar o fazer-comum nas diversas experiências coletivas espalhadas mundo afora.

No filme iraniano de Ebrahim Forouzehd intitulado de “O Jarro (The Jar, 1992)” um professor sai em busca do apoio dos moradores da aldeia onde leciona após o jarro de água da escola quebrar. A aldeia, no meio de um deserto, enfrenta problemas de escassez de recursos, e para conseguir o material necessário para conserto, o professor mobiliza os alunos e suas famílias. O Jarro é um filme sobre o devir-comum em-e-entre nós. Sobre como um problema de ordem comum é capaz de reconstruir vínculos entre as pessoas. Sobre nossa capacidade imaginativa a serviço do local onde vivemos e de novas formas de conviver.

Se meu leitor ou leitora chegar até aqui e enxergar nessa breve descrição sobre o filme “O Jarro” (1992) uma relação com o comum, meu objetivo foi alcançado. São essas experiências que comunicam sobre as formas de resistência e [re]existências que anunciam outros futuros possíveis.

Neste processo de escolhas, tive que optar por uma perspectiva do Comum a ser estudada, por isso não pude me dedicar a outras tantas que faziam sentido e me encantavam. Ainda assim, gostaria de apresentar algumas das saídas que surgiram durante o percurso e suas encruzilhadas, mas não sem antes honrar os caminhos percorridos.

Pensar essa dissertação como uma possibilidade de produzir Comum teve forte impacto tanto nos modos pelos quais desenhei essa pesquisa quanto nas abordagens teóricas adotadas. Tal possibilidade foi sendo trabalhada ao longo dos três capítulos que compõe essa dissertação, cujos conteúdos e conclusões parciais são aqui sintetizados.

No Capítulo 1, apresentei inicialmente alguns conceitos de partida que contribuem para uma maior inteligibilidade do conceito. Em seguida apresento quatro abordagens teóricas do debate crítico contemporâneo sobre o comum: o comum da produção biopolítica de Michael Hardt e Antonio Negri (2016); o comum da reprodução social de Silvia Federici (2014); o comum da práxis de David Bollier (2016); e o comum como princípio político de

Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Busquei junto às principais ideias e conclusões dos autores apontar caminhos que conduzissem o leitor do conceito à prática do fazer-comum.

Para o capítulo 2, convidei alguns pesquisadores brasileiros para pensar o conceito em companhia. Realizei cinco entrevistas e as exponho integralmente, compondo assim os “diálogos sobre o comum”. Minha intenção com isso foi atualizar o debate que ainda está muito localizado no norte global para a realidade do hemisfério sul. As entrevistas são datadas, portanto correspondem à minha própria trajetória de pesquisa. As primeiras delas ainda estão muito focadas em uma maior compreensão do conceito, sendo as últimas mais interessadas na própria experiência do fazer-comum.

No capítulo 3, expus o relato de caso da Feira Cultural – Encontro na Praça, buscando através de entrevistas com os participantes do coletivo Feira Cultural e a partir da minha própria vivência com o movimento conectar nossas experiências com a produção do comum. Neste capítulo, abordo também as proximidades entre o Comum e outros conceitos como convivência (PIMENTEL, 2013) cooperação (SENNET, 2012), direito à cidade (HARVEY, 2014), cidade comum (TONUCCI, 2019; SAVAZONI, 2018), sociedade em movimento (PERES, 2019), laboratório (LAFUENTE, 2017; PARRA, 2019) e laboratório do comum (PARRA E MORAES, 2020; SAVAZONI, 2020; PARRA, 2020). Abordo também a relação entre direito à cidade e a cidade comum a partir da experiência da Feira Cultural – Encontro na Praça cujas relações e práticas de cooperação ativa processos de intervenção urbana, através da ocupação de uma praça ociosa, e da reivindicação do espaço público como Comum.

O intuito não foi romantizar o conceito, nem tampouco aponta-lo como único horizonte possível, mas mostrar que ele faz parte hoje de um discurso político que anima as lutas, resistências e experiências alternativas e que são essas experiências que têm muito a nos ensinar. Convoco meus colegas pesquisadores para contribuírem com o que venho (e que gostaria de seguir) pensando através das provocações que os caminhos e descaminhos desta pesquisa geraram em mim. Novamente recorro aos “feixes dialógicos” (PIMENTEL, 2004) para introduzi-los nesta conversa.

Rodrigo: Tem um universo gigantesco de proposições em relação ao comum que vem das experiências indígenas, afro-brasileiras, afroamericanas que estão centradas em outras matrizes [...]. É muito importante que a gente se referencie em outras metáforas que não essas que nos chegam por meio desses textos, dessa bibliografia eurocêntrica, que é por exemplo olhar para as malocas, olhar para os terreiros, olhar para os lugares onde os encontros entre as diferenças que foram produzidas ao longo das nossas histórias e que são lugares de elaboração e de produção do comum.

Henrique: há muitas décadas é praticado, é se falado, se estudado os modos de se fazer quilombo, o *quilombismo* como uma super prática de produção do comum, a retomada dos territórios indígenas como exemplo das lutas pelo comum. Então acho que a própria palavra retomada nos é muito importante como talvez uma categoria de luta aí para pensar o comum. Porque a gente faz a retomada daquilo que nos foi tirado e o comum muitas vezes ele só aparece nesse momento que ele tá sendo ameaçado. Ele é quase um elemento tão presente a nossa vida, mas ele tem essa dimensão que muitas vezes ela é não codificada, ela passa por nós.

GEORGIA: Muitas vezes a cultura popular, por exemplo, ou os coletivos não institucionalizados que a gente conhece, falam uma outra língua, é uma outra forma de produção de conhecimento. E às vezes não é nem língua, é corpo, é toque, é ritmo. E aí eu fico me perguntando se agora a gente não tem que de uma vez por todas radicalizar esse lugar também de que construção democrática é essa?

Henrique: Reivindicar uma outra forma de produção e de participação no mundo, não a reivindicação de uma parte que me cabe, mas o meu direito de copertencimento, de cogestão, de coprodução, sem o qual eu não posso ser outra coisa (...) eu quero, eu reivindico o meu direito de copertencimento, o meu direito de coprodução porque através disso eu posso ser outra coisa. Eu posso, devir-outro.

É nesse sentido que o estudo dessas práticas de fazer-comum não se esgota. Tonucci (2017) estuda o fazer-comum de uma ocupação em Belo Horizonte. Alana Moraes (2018) estuda o comum a partir das cotinianidades de um acampamento do MTST em São Paulo. Rodrigo Savazoni (2018) descreve em seu livro alguns exemplos de produção do comum no Brasil, como a Praia da Estação em Belo Horizonte e o Ocupe Estelita em Recife. Mariana Ferreira (2015) estuda a produção do comum no ItsNoon e Mineo, plataformas online de trabalho criativo. Aqui apresento o estudo de caso da Feira Cultural – Encontro na Praça. A compreensão de que nós, do coletivo Feira Cultural, estávamos imersos na defesa do comum foi consequência do meu mergulho nos estudos sobre o conceito, da experiência de reviver nossos momentos através da pesquisa, de conversar com outras membras do coletivo... Acredito que a análise das relações e dos conflitos que atravessam a produção do comum na Feira Cultural – Encontro na Praça e estão descritos neste trabalho podem contribuir com pesquisas tanto sobre as formas de produção do comum como na própria compreensão do conceito.

Entre os caminhos que ficaram para trás, sugiro que vale a pena investigar os elos entre o debate sobre o comum e a gestão social através das experiências públicas (PERES, 2020). Escrevi junto com a professora Valéria Giannella em 2020 um artigo intitulado “Tecendo elos no limiar da pandemia: laboratórios do comum e experiências públicas para a gestão social de territórios” que faz uma introdução sobre o tema. Também é possível aprofundar nas várias semelhanças entre o debate sobre a convivência (ILICH, 1976; PIMENTEL, 2013), ao qual dei o pontapé inicial nessa pesquisa, e os estudos sobre o comum, explorando o viés ontológico do conceito, que me agrada muito por sinal. Gostaria também de ter me aproximado mais de Richard Sennett e seus estudos sobre as cidades e o uso dos

espaços públicos na vida urbana. Sennett em *Construir E Habitar: Ética Para Uma Cidade Aberta* (2018) afirma que “em termos éticos, uma cidade aberta naturalmente toleraria as diferenças e promoveria a igualdade; mais especificamente, porém, ela libertaria da camisa de força do fixo e do familiar, criando um terreno para a experimentação e a expansão das experiências (SENNETT, 2018, p. 20). Aqui, o debate sobre os comuns urbanos e a cidade como um comum foi apenas introdutório e baseado na experiência da Feira Cultural – Encontro na Praça. O debate sobre o uso do espaço público, a especulação imobiliária, a privatização dos espaços comuns e a gentrificação dos espaços tradicionais de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro dentro da perspectiva do Comum rendem outra pesquisa. Ambas as cidades apresentam em seu território socioespacial um emaranhado de contradições e desigualdades. Desde a década de 1970 ambas as cidades enfrentaram um processo acelerado de urbanização, gerando grandes e rápidas transformações nas dinâmicas locais que contribuíram para a depreciação do meio ambiente e a privatização do espaço público.

Na abordagem aqui explorada, estudar o fazer-comum presente na Feira Cultural – Encontro na Praça configura um interessante instrumento para a análise do próprio conceito e das formas de resistências contemporâneas. Contribui também para um intercâmbio entre experiências sobre o Comum espalhadas pelo Brasil.

Como já foi dito anteriormente, tendo como base uma bibliografia que ainda se concentra majoritariamente em produções do norte global, essas experiências situadas no contexto do hemisfério sul contribuem para uma atualização do debate sobre o Comum e, também, para imaginar outras formas possíveis de nos relacionarmos, de pensarmos a cidade, a vida e o mundo de uma outra perspectiva. Produzir o Comum se torna uma tarefa e um desafio atual de colocar a vida em experimento, de nos colocarmos em conjunto com aqueles que estão ao nosso redor para criar algo em comum.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?**. Outra travessia, n. 5, p. 9-16, 2005.

BOLLIER, David. **Pensar desde los comunes: una breve introducción**. Madri: Traficantes de Sueños, 2016.

CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. **A revolução ecojurídica: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade**. Trad. Jeferson Luiz Camargo. 2018.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p.

DE ANGELIS, Massimo; STAVRIDES, Stavros. **On the commons: A public interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides**. An Architektur, v. 23, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017

_____. **O feminismo e as políticas do comum**. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

FERREIRA, Mariana Faro. **O trabalho criativo e a produção do comum: Uma cartografia nas plataformas de criação**. Dissertação (Mestrado em comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FOSTER, Sheila R.; IAIONE, Christian. **The City as a Commons**. YALE LAW & POLICY REVIEW, v. 34, n. 281, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Martins Fontes, 2008.

HARDIN, Garrett. **The tragedy of the commons**. Science, New Series, Vol. 162, N. 3859, 1968. Disponível em: https://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acesso em: 15 de agosto de 2019

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

_____. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Bem estar comum**. (Tradução de Clovis Marques). 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Record, kindle edition, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 2014.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**, Lisboa, Publicações Europa-América, Coleção Estudos e Documentos, 1976.

LAFUENTE, A. **Sentidos de um laboratório cidadão**, 2017, Disponível em: <https://pimentalab.milharal.org/2017/12/12/sentidos-de-um-laboratorio-cidadao-por-antonio-lafuente/>

LINEBAUGH, Peter. **The Magna Carta Manifesto: liberties and commons for all**. Berkeley and Los Angeles; London: University of California Press, 2008.

LEFEBVRE, Henry. **Direito à cidade**. 1968

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade**. 2018

MENDES, P; TARIN, B. **O comum das lutas – entre Camelôs e hackers**. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (org). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. 2012

MORAES, Alana. **Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo**. arq. urb, n. 23, p. 64-81, 2018.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique ZM. **Laboratórios do comum: experimentações de uma ciência implicada**. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/c23b1355/8dcc/4d12/8fb7/710c54c6d10b.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

NICOLAU, Georgia. In **Futuros possíveis no limiar da pandemia: laboratórios do comum para a gestão social de territórios**. 2020. 154 min. Disponível em: <https://youtu.be/Rc9Jl1aA6qQ>. Acesso em 31 de julho de 2020.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective actions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

O Jarro (The Jar). Irã. 1994, 182 min. Dirigido por Ebrahim Foruzesh.

PARRA, Henrique; FRESSOLI, Mariano; LAFUENTE, Antonio. **Ciência cidadã e laboratórios cidadãos**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 1-6, mai. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/issue/view/244>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

PARRA, Henrique Z.M. **Laboratório tecnopolítico do Comum: protótipos, reticulação e potência da situação: Curitiba, São Carlos, volume 16, número 3, p. 111-120, julho de 2019**. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/70266/39788>.

_____ In **Futuros possíveis no limiar da pandemia: laboratórios do comum para a gestão social de territórios**. 2020. 154 min. Disponível em: <https://youtu.be/Rc9Jl1aA6qQ>. Acesso em 31 de julho de 2020.

_____ O que são os “Laboratórios do Comum. **Outras palavras**, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/o-que-sao-os-laboratorios-do-comum/> . Acesso em 31 de julho de 2020.

PARRA, H; MORAES; A. **Laboratório do Comum & Investigações Insurgentes: corpos, territórios e tecnologias.** Disponível em: <https://trama.pimentalab.net/>. Acesso em 31 de julho de 2020.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF** (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCO, Universidade de Brasília – UnB, 2020, 251f.

PIMENTEL, Álamo. **O Encontro e a Troca: ensaios de antropologias do aprender e genealogias do conviver.** Salvador: EDUFBA, 2013.

_____, Álamo. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semi-árido brasileiro.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 268. 2004

PIRES, Vladimir Sibylla. **Museus e território para além do consumo cultural: o desafio do “comum”.** dObra [s]–revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, v. 7, n. 16, p. 70-78, 2014.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas.** Mórula Editorial, 2019.

SANTANA, Bianca. “Silvia Federici: ‘O capitalismo tenta destruir as nossas memórias’”. **Revista Cult.** Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/silvia-federici-o-capitalismo-tenta-destruir-memorias/>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

SANTANA, Bianca; DE ALMEIDA, Marco Antonio. Mulheres negras e o comum: memória, redes sociais e táticas cotidianas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. Esp., p. 57-61, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** Cortez Editora, 2008.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós: Da cultura digital à democracia do século XXI.** São Paulo: Edições Sesc SP, kindle edition. 2018.

_____. **In Futuros possíveis no limiar da pandemia: laboratórios do comum para a gestão social de territórios.** 2020. 154 min. Disponível em: <https://youtu.be/Rc9Jl1aA6qQ>. Acesso em 31 de julho de 2020.

SENNET, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta.** São Paulo: Record, 2018.

STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo.** Caderno de leituras, n. 62, p. 1-15, 2017.

TONUCCI FILHO, Joao Bosco Moura. **Comum urbano: a cidade além do público e do privado**. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 244. 2017.